



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO AMAPÁ

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2021

Junho/2022



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO AMAPÁ

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2021

Relatório de Gestão do Exercício de 2021 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 111, § 2º da Constituição Estadual, elaborado de acordo com as disposições da IN TCE/AP nº 01/2017, da DN TCE nº 018/2021 e das orientações do órgão de controle interno AUDIN IN 07/2016 – CAESA.

Unidade Responsável pela Elaboração:
Comissão – Portaria n.º 64/2022-CAESA

MACAPÁ - AP
Junho/2022

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
------------------	----

PARTE A

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE

1.1 Identificação da Unidade	11
1.2 Finalidades e Competências Institucionais	11
1.3 Organograma Funcional e descrição sucinta das competências	12
1.4 Principais serviços/produtos da organização	12
1.5 Composição da Sociedade	12
1.6 Principais Parceiros relacionados á atividade-fim da unidade.....	12

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E AÇÕES.....

3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Informações sobre Estrutura Orgânica de Controle	14
3.1.1 Conselhos Fiscais - Base normativa, atribuições e forma de atuação	14
3.1.2 Auditoria Interna – Base normativa, atribuições e forma de atuação	14
3.2 Funcionamento do Sistema de Controle Interno - Auditoria Interna.....	15
3.2.1 Ambiente de Controle	15
3.2.2 Avaliação de Risco	15
3.2.3 Atividades de Controle	15
3.2.4 Informação e Comunicação	15
3.2.5 Monitoramento.....	15
3.3 Informações sobre a Remuneração paga aos Administradores, Conselhos de Administração e Fiscal – Identificação, Fundamento Legal e Valores.....	15
3.4 Informações sobre a Estrutura e Atividades do Sistema de Correição – Base Normativa	16
3.5 Informações quanto ao cumprimento da Instrução Normativa 01/2016 – CGE.....	16
3.6 Informações quanto à publicação em sítio eletrônico oficial da ordem cronológica de pagamentos	16
3.7 Informações sobre Indicadores de transparência e avaliação dos Programas de Governo – SIPLAG	16
3.8 Informações sobre a Implantação do SIGA	17

4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Relação dos Programas do PPA 2020 -2023	18
4.1.1 Identificação do Programa	18
4.1.2 Precisão e Execução Orçamentária.....	18
4.1.3 Avaliação dos Resultados dos Indicadores	18
4.1.4 Reflexos de Contingenciamentos sobre os resultados do Programa.....	19
4.1.5 Reflexos dos Restos a Pagar na Execução do Programa	19
4.2 Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual – LOA	19
4.2.1 Função, Sub-função e Programa de vinculação da ação.....	19
4.2.2 Metas e Desempenhos Físicos e Financeiros.....	20
4.2.3 Reflexos de Contingenciamentos sobre os resultados das ações	20
4.2.4 Reflexos dos Restos a Pagar na Execução das Ações	20
4.3 Demonstração e Análise de Desempenho na Execução Orçamentária e Financeira.....	20
4.3.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)	20

4.3.2	Programação Orçamentária das Despesas Correntes, de Capital e da Reserva de Contingência	20
4.3.3	Demonstração do Impacto das Limitações na Execução das Ações	21
4.3.4	Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	21
4.3.5	Execução das Despesas por Modalidade de Licitação e por Elemento de Despesa	21
4.3.6	Demonstração e Análise de Indicadores Institucionais para medir o Desempenho Orçamentário e Financeiro.....	21
5	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	
5.1	Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	21
5.2	Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores e Despesas de Exercícios Anteriores	21
5.3	Informações sobre as Transferências mediante Convênios, Contratos de Repasses, Contratos de Gestão, Termo de Parceria, Termo de Cooperação, Acordos, Termo de Compromissos, e Ajustes	21
5.4	Informações sobre a utilização de Suprimento de Fundo e Contas Bancárias	21
6	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	
6.1	Informações sobre a estrutura de pessoal	21
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho e dos Afastamentos	22
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	23
6.1.3	Custos associados à manutenção dos Recursos Humanos.....	24
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	24
6.1.5	Providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos e funções	24
6.1.6	Providências adotadas nos casos identificados de eventual acumulação remunerada de cargos e funções	25
6.1.7	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	25
6.2	Informações sobre a terceirização de mão de obra e sobre o quadro de estagiários.....	25
6.3	Informações sobre a necessidade de realização de concurso público nos diversos níveis de trabalho da administração	26
7	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	
7.1	Informações sobre Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros.....	26
7.2	Informações sobre a Gestão de Patrimônio Imobiliário Próprio e dos Imóveis locados de Terceiros	27
7.3	Relação de prédios alugados para uso da UJ, identificado pelo menos finalidade da locação, valor mensal e anual, índice de reajuste, vigência do contrato, locador.....	28
7.4	Relação de Controle de Aquisição dos bens patrimoniais	28
7.5	Relação dos bens de natureza permanente, identificando os móveis, imóveis, industriais e semoventes, incorporados e baixados do patrimônio	28
8	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
8.1	Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	29
8.1.1	Planejamento da Área	29
8.1.2	Perfil dos Recursos Humanos envolvidos	29
8.1.3	Segurança da Informação.....	29
8.1.4	Desenvolvimento e Produção de Sistemas	29

8.1.5 Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI	29
8.1.6 Descrição dos sistemas utilizados pela Cia.....	29
9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	
9.1 Critérios de Sustentabilidade Ambiental na aquisição de bens, materiais de TI e na contratação de serviços e obras.....	31
9.2 Medidas adotadas para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água.....	31
9.3 Informações quanto ao estabelecimento e ao cumprimento de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010).....	32
10 CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	
10.1 Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCE ou em relatórios de Auditoria do órgão de controle interno ou as justificativas para o não cumprimento	33
10.2 Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pelo controle interno e/ou justificativas para não atendimento.....	33
10.3 Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei Complementar 010/1995 (art.97)	33
10.4 Relação de Licitações, Dispensas e Inexigibilidade	34
10.5 Relação de Contratos e Convênios	34
10.6 Declaração da área responsável pelas informações sobre licitações.....	34
10.7 Relação de Obras e Serviços de Engenharia.....	34
10.8 Indicação de sítio eletrônico oficial em obediência a Lei Federal 12.527/2011.....	34
10.9 Indicação de Link em sítio eletrônico oficial em obediência Lei Federal 12.527/2011	34
10.10 Informações sobre a constituição das comissões permanentes e especiais de licitação	34
10.11 Informações quanto ao cumprimento do tratamento diferenciado às ME e EPP	34
11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	
11.1 Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10 - depreciação, amortização, exaustão de itens do patrimônio, avaliação, mensuração de ativos e passivos	35
11.2 Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6.	35
11.3 Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas.	36
11.4 Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 ou em lei específica, incluindo as notas explicativas	36
11.5 Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação	36
11.6 Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis	36
12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	
12.1 Informações sobre os impactos decorrentes da pandemia causada pelo novo Coronavírus	36
12.2 - Informações adicionais sobre o exercício 2021.....	37

PARTE B

1 INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS A CONSTAR DO RELATÓRIO DE GESTÃO	40
---	-----------

PARTE C

1. Anexos.....	43
----------------	----

Lista de Quadros

Pag.

Quadro 01 – Principais Parceiros Externos.....	12
Quadro 02 – Remuneração dos Administradores.....	15
Quadro 03 – População Atendida com Água – Município	16
Quadro 04 – Resumo dos Valores PPA 2020-2023	18
Quadro 05 – Previsão e Execução Orçamentária – PPA.....	19
Quadro 06 – Demonstrativo da Força de Trabalho	22
Quadro 07 – Afastamento que Reflete na Força de Trabalho	22
Quadro 08 – Demonstrativo da Faixa Etária	23
Quadro 09 – Demonstrativo do Nível de Escolaridade	23
Quadro 10 – Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos.....	24
Quadro 11 – Terceirização de Mão de Obra... ..	25
Quadro 12 – Quadro de Estagiários e Menor Aprendiz	25
Quadro 13 – Relação de Veículos Próprios e locados	26
Quadro 14 – Patrimônio Imobiliário Próprio	27
Quadro 15 – Aquisição de Bens Patrimoniais.....	28
Quadro 16 – Equipe da Gerência de TI.....	29
Quadro 17 – Módulos do Sistema NASAJON.....	30
Quadro 18 – Módulos do RM TOTVS.....	30
Quadro 19 – Módulos do Protocolo interno.....	30
Quadro 20 –Módulo do Protocolo PRODOC/SIGDOC.....	30
Quadro 21 – Módulos do Vsicos.....	31
Quadro 22 – Histórico do Consumo de Energia e Valor da Despesa	32
Quadro 23 – Composição Acionária do Capital Social - Base: 12/2021	36
Quadro 24 – Volumes Produzidos, Faturados e Consumidos por Município.....	37
Quadro 25 – Receita Total x Arrecadação Total por Município.....	38
Quadro 26 – Demonstrativo das Despesas com Manutenção e Combustível	39
Quadro 27 – Extensão de Rede e Economias de Água e Esgoto	39

Lista de Siglas e Abreviações

AG – Assembleia Geral

AP – Amapá

AUDIN – Auditoria Interna da CAESA

CAESA – Companhia de Água e Esgoto do Amapá

CGE – Controladoria Geral do Estado

CONSAD – Conselho de Administração da CAESA

CONFIS – Conselho Fiscal da CAESA

CPL – Comissão Permanente de Licitação

DIRAD – Diretoria Administrativa e Financeira

DIRCOM – Diretoria Comercial e de Negócios

DIROP – Diretoria Operacional

DIRTE – Diretoria Técnica

DN – Decisão Normativa

ETA – Estação de Tratamento de Água

GERTI – Gerência de Tecnologia da Informação

IN – Instrução Normativa

LOA – Lei Orçamentária Anual

MAINT – Manual de Auditoria Interna

NA – Não se Aplica

NUPLAN – Núcleo de Planejamento

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAINT – Plano de Atividades de Auditoria Interna

PJ – Pessoa Jurídica

PPA – Plano Plurianual

RG – Relatório de Gestão

SAA – Sistema de Abastecimento de Água

SEINF – Secretaria de Estado da Infraestrutura

SICONV – Sistema de Gestão de Convênios

SIGA – Sistema Integrado de Gestão Administrativa

SIPLAG – Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão

TCE – Tribunal de Contas do Estado

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

Lista de Anexos

ANEXO I	- Organograma Funcional
ANEXO II	- Áreas Estratégicas, Competências e Titulares
ANEXO III	- Inventário Anual de Bens Móveis
ANEXO IV	- Relação de Licitações, Dispensas e Inexigibilidade
ANEXO V	- Relação de Contratos e Convênios
ANEXO VI	- Declaração da Área Responsável - Informações estão atualizadas
ANEXO VII	- Relação de Obras e Serviços de Engenharia
ANEXO VIII	- Demonstrações Financeiras
ANEXO IX	- Relatório e Parecer da Auditoria Interna/CAESA
ANEXO X	- Relatório e Parecer dos Auditores Independentes
ANEXO XI	- Parecer do Conselho Fiscal
ANEXO XII	- Parecer do Conselho de Administração
ANEXO XIII	- ATA 48ª AGO e 66ª AGE da CAESA

INTRODUÇÃO

Em atenção a Decisão Normativa (DN) Nº 015/2020 – TCE/AP a Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA apresenta à Sociedade, aos órgãos de Controle Interno, Controle Externo – Controladoria Geral do Estado do Amapá-CGE e ao Tribunal de Contas do Estado do Amapá-TCE, o **Relatório de Gestão 2021**.

A estrutura geral do relatório obedece ao conteúdo proposto pela referida DN e está dividida em duas partes, A e B. Todos os 12 tópicos previstos na “Parte A” quanto às informações gerais sobre a gestão, estão abordados neste relatório. Além das principais informações sobre as funções, finalidades, normas e competências da instituição, estão sendo fornecidas informações a respeito da Estrutura de Governança e de Autocontrole, Contratos e Convênios, Gestão de Pessoal, da Tecnologia do Patrimônio, da Execução Orçamentária, entre outras.

A Parte B do relatório vem trazendo um conteúdo mais específico, com foco nas informações sobre o processo de concessão da Cia.

Desde a criação da CAESA, as atribuições e competências das unidades estão estabelecidas no Estatuto e no Regimento Interno. Apesar do elevado índice de inadimplência e dos altos custos envolvidos, principalmente para aquisição de produtos químicos utilizados no tratamento da água, entendemos que em 2021 a CAESA conseguiu atender e manter a regularidade com fornecimento de água tratada tanto na capital como nos municípios do interior do Estado mesmo com a pandemia do Novo Coronavírus que impactou algumas ações cujo planejamento estava previsto para este ano.

A essencialidade da água à vida talvez tenha ficado ainda mais evidente com a pandemia da COVID-19. E a Companhia de Água e Esgoto do Amapá-CAESA, que presta os serviços de saneamento, foi atribuída a responsabilidade de garantir à população a manutenção do abastecimento de água potável, fornecendo meios para que ela pudesse preservar os hábitos de higiene e controlar a propagação do vírus.

PARTE A

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada – UJ

Poder	Executivo				
Órgão de Vinculação	SEINF				
Denominação abreviada	CAESA				
Código na LOA:	0122 – Saneamento Ambiental Urbano				
Situação Operacional	Ativa				
Natureza Jurídica	204-6 Sociedade Economia Mista – Capital Fechado				
CNPJ	05.976.311/0001-04				
Principal atividade	36.00-6-01 - Captação, Tratamento e Distribuição de Água				
Telefones de contato	(96) 99134-6164 - Ouvidoria				
Endereço Postal	Av. Ernestino Borges, 222. Central - CEP: 68908-198				
Endereço Eletrônico	consad@caesa.ap.gov.br				
SITE	www.caesa.ap.gov.br				
Normas de criação	Dec. Lei Federal nº 490 de 04.03.1969				
Normas Relacionadas à Gestão e Estruturas	Regimento Interno de 31.03.1999.				
	Resolução nº 008/99 – CONSAD				
	Estatuto Social				
Manuais e Publicações Relacionadas às Atividades da Unidade	Manual de Auditoria Interna – MAINT/AUDIN				
	(Resolução nº 012/2016-CONSAD)				
	(Resolução nº 004/2017-CONSAD)				
Unidades Gestoras no Sistema SIPLAG					
	<table><tr><th>Código</th><th>Nome</th></tr><tr><td>200201</td><td>Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA</td></tr></table>	Código	Nome	200201	Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA
Código	Nome				
200201	Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA				

1.2 Finalidades e Competências Institucionais:

A companhia tem por finalidade coordenar o planejamento, executar e explorar os serviços públicos de saneamento, sendo responsável pela captação, tratamento e distribuição de água e coleta de esgoto sanitário no Estado do Amapá, tem sua sede e foro na cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá, na Avenida Ernestino Borges, nº 222, Centro.

A infraestrutura para prestação dos serviços contempla os projetos aprovados junto ao Governo Federal para Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água e a instalação de novas Estações de Tratamento que impulsionam o desenvolvimento do serviço público em saneamento no Amapá, sobretudo no interior do Estado.

1.2.1 Forma de Atuação – A Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA é uma empresa de economia mista, de capital fechado, vinculada à Secretaria de Estado da Infraestrutura, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Amapá com 99,99% das ações.

1.2.2 Instituição e Organização – Foi criada pelo Decreto – Lei Federal n.º 490 de 04.03.1969 e rege-se pelo seu Estatuto, pela Lei n.º 6.404/76 e suas alterações e por seu Regulamento Geral dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Coleta de Esgotos Sanitários aprovado pelo Decreto Estadual (N) n.º 0013 de 11 de abril de 1989. Seus empregados são regidos pela Consolidação das leis do Trabalho CLT no regime Celetista.

1.2.3 Descrição do Negócio – Atua no setor concessionário de abastecimento de água, e coleta e tratamento de esgoto, realizando estudos, projetos, construção, operação e exploração comercial dos serviços. Atua nos 16 municípios do Estado do Amapá, incluindo comunidades e distritos.

1.2.4 Instância controladora – A instância controladora imediata, integrante da administração, é o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

1.2.5 Necessidades e expectativas dos sócios, mantenedores ou instituidores: Promover a universalização de água, ampliar cobertura de esgoto, reduzir índice de evasão de receita, reduzir perdas, manter a qualidade da água, reduzir a poluição ambiental e melhorar a satisfação dos seus clientes.

1.3 Organograma Funcional

1.3.1 Assembleia Geral – AG - A assembleia dos Acionistas possui instância máxima da decisão e tem desempenhado como atribuições: reforma estatutária, deliberação sobre as demonstrações financeiras, tomar anualmente as contas dos administradores, eleição dos membros do Conselho Fiscal e Conselho de Administração, dentre outras.

1.3.2 – Conselho Fiscal – CONFIS - A CAESA conta com um Conselho Fiscal permanente, formado por três membros e suplentes em igual número. Sua principal atribuição é analisar o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia.

1.3.3 – Conselho de Administração – CONSAD - O Conselho de Administração é composto de 4 membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis, com prazo de gestão de 3 anos, permitida a reeleição. É um órgão de administração colegiada, responsável pela definição das políticas e diretrizes gerais da Cia.

1.3.4 – Estrutura organizacional – A estrutura organizacional é composta de quatro (4) diretorias, além da Presidência, que atuam de forma colegiada (ANEXO I)

1.3.5 Áreas Estratégicas, Competências e Titulares – Descrição sucinta e identificação dos principais processos e produtos. (ANEXO II)

1.4 Principais serviços/produtos da organização

A atividade-fim da CAESA é a prestação de serviços públicos de abastecimento de água, por meio dos processos de captação, adução, tratamento e distribuição de água potável e de esgotamento sanitário, por meio dos processos de coleta, tratamento e disposição final.

1.5 Composição da Sociedade

A Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA é uma empresa de economia mista, de capital fechado, vinculada à Secretaria de Estado da Infraestrutura, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Amapá com 99,99% das ações.

1.6 Principais Parceiros Externos

Quadro 01 – Principais Parceiros Externos

PRINCIPAIS PARCEIROS PÚBLICO - 2021		
Parceiro	Termo de Compromisso	Objeto
CAIXA	1 - TC 222.767-59/2007/MC/CAIXA	1 - Esgotamento Sanitário - Macapá/AP

	2 - TC 408.658-88/2013/MC/CAIXA	2 - Abastecimento de Água - Macapá/AP
	3 - TC 424.460-36/2014/MC/CAIXA	3 - Elaboração de Projeto de Engenharia para S.A.A - Santana/AP
	4 - TC 381.485-02/2012/MC/CAIXA	4 - Projeto de Esgotamento Sanitário e Drenagem de Águas Pluviais - Macapá e Santana/AP
	5 - TC 224.285-60/2007/MC/CAIXA	5 - Abastecimento de Água e Desenvolvimento Institucional - Macapá/AP
FUNASA	1 - TC 473/2011	1 - Abastecimento de Água - Porto Grande/AP
	2 - TC 481/2011	2 - Abastecimento de Água - Ferreira Gomes/AP
	3 - TC 2089/2008	3 - Abastecimento de Água - Ambé, Conceição do Macacoari, São Pedro dos Bois - Macapá/AP
Fonte: Gerfisco/Dirte/CAESA		
Elaboração: Núcleo de Planejamento/NUPLAN/CAESA		

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E AÇÕES.

Não foi possível desenvolver nenhum mecanismo para elaboração do planejamento estratégico da Cia, visto que o ano de 2021 foi bastante atípico em decorrência da pandemia que assolou o Brasil e o mundo.

A Cia vem passando por uma crise financeira que impede o investimento com recursos próprios para colocar em prática estratégias que possibilitem a construção desse planejamento, de tal sorte que a contratação de empresas especializadas nesta área também está fora de cogitação, uma vez que a arrecadação não atinge o suficiente sequer para pagamento da folha de pagamento, aquisição de produtos químicos e manutenção do sistema.

No ano de 2021, as Receita Operacional Total (ROT) foi de R\$ 73.533.385,01 e a Arrecadação total (AT) foi de apenas R\$ 29.418.517,98 (40,0%), para uma Despesa de Exploração Total (DEX) de R\$ 78.959.039,08, onde 52,3% foram referente às despesas com Pessoal, 16,6% com Energia Elétrica, 15,6% com Aquisição de Produtos Químicos, 4,1% com Serviços de Terceiros e 11,6% com outras Despesas.

Devido à falta de recursos necessários para estruturar uma política comercial mais atuante, a Cia vem sofrendo constantemente aumentos no seu Índice de Evasão de Receita (IEV), visto que no período de 2017 a 2020, tivemos um percentual médio de evasão em torno de 54,26%, culminando no ano de 2021 com um percentual de 60,0% de evasão de receita.

No ano de 2021, a Arrecadação Total foi suficiente para cobrir apenas 37,3% da Despesa de Exploração, evidenciando desta maneira a falta de recursos necessários para uma contratação de empresa especializada para instituir e desenvolver um Planejamento Estratégico para a Cia.

A CAESA atende com abastecimento de água, 16 (dezesesseis) sedes municipais, 65 (sessenta e cinco) comunidades e opera 98 (noventa e oito) sistemas, bem como, 06 (seis) sedes municipais e 11 (onze) sistemas de esgotamento sanitário em todo o Estado do Amapá. Todas essas unidades são gerenciadas por 05 (cinco) diretorias (presidência, administrativa / financeira, comercial, operacional e técnica) que tem sob sua subordinação 398 colaboradores (base: 12/2020).

Diante do quadro supramencionado, temos uma visão global da complexidade que um processo de planejamento estratégico vai exigir, visto que são áreas distintas e que vão demandar prioritariamente alocação de recursos humanos, orçamentários e financeiros para execução das iniciativas estratégicas.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Informações sobre a Estrutura Orgânica de Controle Interno

3.1.1 Conselho Fiscal

Base Normativa: Decreto Lei nº 490 de 04 de março de 1969 e Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e suas atualizações.

Atribuições: Fiscalizar os atos administrativos e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; Opinar sobre o Relatório Anual da Administração; Opinar sobre as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral; Denunciar aos órgãos da administração ou à Assembleia Geral se for o caso, a concorrência de omissões, fraudes ou condutas delituosas dos administradores; Convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos competentes da administração retardar, por mais de 01 (um) mês essa convocação; Convocar a Assembleia Geral Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves e urgentes que autorizem a medida; Analisar, no mínimo trimestralmente, os balancetes e as demonstrações financeiras da empresa; Examinar a prestação anual de contas da empresa, com o seu relatório e balanços patrimoniais e financeiros; Acompanhar a execução financeira e orçamentária da empresa, podendo examinar livros e quaisquer outros documentos e requisitar informações; Expedir o seu Regimento Interno; Atender às consultas encaminhadas pelo Presidente da empresa sobre assuntos de interesse da entidade.

Forma de Atuação: Reuniões mensais para análise de documentos, com lavratura de Ata; Solicitação de informações adicionais à Presidência e demais Diretorias, quando for o caso; Interação com a Auditoria Interna da Companhia.

3.1.2 Auditoria Interna

Base normativa – A Auditoria Interna da Companhia de Água e Esgoto do Amapá – AUDIN é a Unidade Central de Controle Interno – UCCI da Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA regularmente definida na Instrução Normativa nº 07/2016 – CAESA, aprovada pela Resolução nº 003/2016-CONSAD em conformidade com a Resolução Normativa nº 156/2014 – TCE/AP, sua estrutura está vinculada a Diretoria Presidente.

Atribuições: Fiscalizar a aplicação dos recursos públicos alocados à Companhia, atuando nos pontos obrigatórios de controle de acordo com o Plano de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2020/AUDIN, aprovado pela Resolução nº 013/2018-CONSAD. A estrutura da Auditoria Interna com as alterações aprovadas pela Resolução nº 004/2017-CONSAD, resumidamente compreende:

Auditora Interna: atua na coordenação dos trabalhos de auditoria interna e controle. A auditoria Interna auxilia a organização a alcançar seus objetivos por meio de uma abordagem sistêmica e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gestão de riscos, controles e governança corporativa.

Setor de Apoio Administrativo: atua na organização dos processos administrativos, serviço de arquivamento e protocolo de documentos, apoio nas análises e consultas, agenda de atividades e demais controles da área e organização dos Papeis de Trabalho.

Gerência de Controle Interno I: atua nos pontos de controle de rescisões e verbas indenizatórias, movimentações de funcionários, auxílios e demais questões de pessoal, combustíveis, licitações, contratos, obras e serviços de engenharia e processos judiciais.

Gerência de Controle Interno II: atua nos pontos de controle de contratos continuados como o de locação de veículos, serviços prestados de tornearia, fornecedores de produtos químicos, folha de pagamento, processos de pagamento, almoxarifado.

3.2 Funcionamento do Sistema de Controle Interno

3.2.1 Ambiente de controle – O Controle Interno é desenvolvido objetivando garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos da entidade quanto a sua eficiência e efetividade operacional, confiabilidade das informações e conformidade com as leis, normas e regulamentos aplicáveis à entidade e sua área de atuação.

3.2.2 Avaliação de Risco – Prevenir riscos inerentes aos processos de negócio da entidade, Identificação dos eventos, avaliação dos riscos, respostas aos riscos, atividade de controle, informação e comunicação, monitoramento.

3.2.3 Atividades de Controle – Controle dos principais ciclos operacionais da Companhia, determinação do grau de confiabilidade dos instrumentos de controles. Atua definindo o objeto a ser examinado, a partir de um padrão desejado busca informação para comparação, propõe ações corretivas para os desvios dos padrões que possam ocorrer.

3.2.4 Informação e Comunicação - O fluxo de informações é realizado através de através de memorandos no sistema de PRODOC. A partir dos achados de auditoria, são feitas proposições de ações corretivas às usuários dos trabalhos da auditoria interna.

3.2.5 Monitoramento - É feito pela Auditoria Interna no cumprimento das ações contínuas das atividades ou de avaliações pontuais.

3.3 Informações sobre a remuneração paga aos Administradores, Conselhos de Administração e Fiscal.

Quadro 02 – Remuneração dos Administradores

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES – CAESA – 2021							
Ordem	Administração			Remuneração - R\$			Obs.
	Nome	Função	Fundamento Legal	Mensal		No Ano	
				Até junho	A partir de julho		
1.0	Conselho de Administração						
1.1	Valdinei Santana Amanajás	Presidente	57ª AGE, de 22/07/2016	2.329,99	2.481,27	28.867,56	
1.2	Jennefer Lavor Bentes	Membro	45ª AGO de 10/06/2019	2.329,99	2.481,27	28.867,56	
1.3	Regiane Parnow Ennes	Membro	47ª AGO12/08/21 - Reconduz	2.329,99	2.481,27	28.867,56	59ªAGE de 22/11/17
1.4	Aldrin Nunes Torrinha	Membro	47ª AGO, 12/08/2021	2.329,99	2.481,27	12.406,35	De 12/08/2021 a 31/12/21
1.5	Odirley Lima Amaral	Ex - Membro	44ª AGO, de 05/09/2018	2.329,99	2.481,27	16.461,21	01/01/2021 a 12/08/2021
2.0	Conselho Fiscal						
2.1	Luiz Antônio dos Reis Farias	Presidente	47 AGO, 12/08/21 Reconduz	2.329,99	2.481,27	28.867,56	46AGO,29/07/20 a 2021
2.2	Jussara Keila Houat	Membro	47 AGO, 12/08/21 Reconduz	2.329,99	2.481,27	28.867,56	46AGO,29/07/20 a 2021
2.3	Elson Souza Silva	Membro	47 AGO, 12/08/21 Reconduz	2.329,99	2.481,27	28.867,56	46AGO,29/07/20 a 2021
3.0	Diretoria Executiva						

3.1	Valdinei Santana Amanajás	Dir. Presidente	57ª AGE, de 22/07/2016	11.227,50	14.009,41	180.384,22	
3.2	Paulo Roberto Gomes de Barros	Dir Adm-Finan.	69 RE CONSAD 13/02/19	10.104,75	12.608,73	162.347,81	
3.3	Luiz José dos Santos Monteiro	Dir. Comercial	431 RO CONSAD, 04/08/20	10.104,75	12.608,73	161.778,95	
3.4	João Paulo Dias Bentes Monteiro	Dir. Operacional	431 RO CONSAD, 04/08/20	10.104,75	12.608,73	162.345,81	
3.5	Magaly Brito Bezerra Xavier	Dir. Técnico	431 RO CONSAD, 04/08/20	8.083,80	10.086,78	131.903,44	
Leg. AGO - Assemb. Geral Ordinária AGE - Assemb. Geral Extraordinária RO - Reunião Ordinária RE - Reunião Extraordinária CONSAD - Cons. de Administração CONFIS - Cons. Fiscal Fonte: Serv. de Folha de Pag./GERHUM/DIRAD Data: 22/06/2022 Responsável pelas Informações: Barros Elaboração: Núcleo de Planejamento - NUPLAN							

3.4 Informações sobre a Estrutura e Atividades do Sistema de Correição

As atividades de correição e apuração de irregularidade na prestação obrigacional, no âmbito da CAESA, são realizadas por meio de procedimento administrativo de Processo Administrativo Disciplinar e/ou Sindicância. A base normativa que rege os atos de correição da CAESA, por meio dos referidos procedimentos administrativos, são: a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, o Regimento Disciplinar e o Estatuto Social da CAESA.

3.5 Informações sobre o cumprimento da IN 01/2016 – CGE (ordem cronológica de pagamento e justificativas sobre eventuais antecipações).

Não se aplica a Cia, visto que a mesma não utiliza o SIPLAG para efetivação dos seus pagamentos, condição esta determinada através do parágrafo único do art. 1º da IN 01/2016-CGE.

3.6 Informações quanto à publicação em sítio eletrônico oficial da ordem cronológica de pagamentos

Não se aplica a Cia, visto que a mesma não utiliza o SIPLAG para efetivação dos seus pagamentos, condição esta determinada através do parágrafo único do art. 1º da IN 01/2016-CGE.

3.7 Informações sobre indicadores de transparência de gestão do módulo de monitoramento e avaliação de Programas de Governo do SIPLAG – Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Os investimentos propostos pela CAESA registrados no SIPLAG para o PPA 2020-2023 estão traduzidos no Programa de Governo **“DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA ECONÔMICA”** e podem ser visualizados para consultas e acompanhamento da execução orçamentária e financeira da Companhia.

No Programa “Gestão em Saneamento”, o número de habitantes e percentual da população atendida com água tratada, são os indicadores apresentados para o desempenho das ações executadas nos municípios e para o alcance das metas com a implantação dos projetos propostos no PPA 2020-2023.

Em 2021 obtivemos o seguinte resultado, conforme quadro abaixo:

Quadro 03- População Total Atendida com Água por Município

Ordem	Município	2021			2020			Crescimento em 2021
		População residente total, segundo o IBGE	População total atendida com abastecimento de água	Índice de Atendimento	População residente total, segundo o IBGE	População total atendida com abastecimento de água	Índice de Atendimento	
		habitante	habitante	%	habitante	habitante	%	
		GE12a	AG001	IN 055	GE12a	AG001	IN 055	
1	Serra do Navio	5.577	1.867	33,5%	5.488	1.890	34,4%	-1,2%
2	Amapá	9.265	2.202	23,8%	9.187	2.197	23,9%	0,2%
3	Pedra Branca	17.625	574	3,3%	17.067	574	3,4%	0,0%
4	Calçoene	11.493	1.421	12,4%	11.306	1.421	12,6%	0,0%
5	Cutias	6.217	2.754	44,3%	6.101	2.754	45,1%	0,0%
6	Ferreira Gomes	8.151	2.327	28,5%	7.967	2.332	29,3%	-0,2%
7	Itaubal	5.730	1.588	27,7%	5.617	1.588	28,3%	0,0%
8	Laranjal do Jari	52.302	15.396	29,4%	51.362	15.413	30,0%	-0,1%
9	Macapá	522.357	191.171	36,6%	512.902	192.637	37,6%	-0,8%
10	Mazagão	22.468	3.391	15,1%	22.053	3.415	15,5%	-0,7%
11	Oiapoque	28.534	1.926	6,7%	27.906	1.922	6,9%	0,2%
12	Porto Grande	22.927	672	2,9%	22.452	672	3,0%	0,0%
13	Pracuúba	5.370	1.116	20,8%	5.246	1.121	21,4%	-0,4%
14	Santana	124.808	52.215	41,8%	123.096	52.663	42,8%	-0,9%
15	Tartarugalzinho	18.217	2.335	12,8%	17.769	2.335	13,1%	0,0%
16	Vitória do Jari	16.572	7.401	44,7%	16.254	7.410	45,6%	-0,1%
Total		877.613	288.356	32,9%	845.731	290.944	34,4%	-0,9%

Fonte: População estimada (IBGE), População Atendida 2020 (SNIS), População Atendida 2021 (NUPLAN)
Elaboração: Núcleo de Planejamento/NUPLAN/CAESA.

3.8 Informações sobre a Implantação do SIGA

O Decreto Estadual nº 3.313, de 15 de setembro de 2016, instituiu, no âmbito do Poder Executivo do estado do Amapá, o Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA.

O art. 5º, parágrafo 2º, estabelece que será facultado às Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas e demais poderes do Estado a utilização do módulo de compras, conforme segue, *in verbis*:

Art.5º Para as aquisições governamentais, os órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta deverão utilizar OBRIGATORIAMENTE, o Sistema de Gestão Administrativa – SIGA.

1º (...)

2º Será facultado às Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas e demais poderes do Estado a utilização do módulo de compras, através de solicitação escrita dirigida ao Procurador Geral do Estado, mediante consulta ao Coordenador da Central de Licitações.

Assim sendo, a Companhia de Água e Esgoto do Amapá não utiliza o Sistema de Gestão Administrativa – SIGA.

4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Relação dos Programas do PPA 2020 - 2023

4.1.1 Identificação do Programa - No âmbito do Governo do Estado do Amapá, o Programa intitulado “DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA ECONÔMICA” é o instrumento de integração entre plano, orçamento e gestão dos órgãos SEINF, CAESA, CEA, GASAP, SETRAP e DETRAN.

Os investimentos propostos pela CAESA para o PPA 2020-2023 estão traduzidos no Programa “DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA ECONÔMICA”, que visam um conjunto de ações para enfrentar os problemas identificados, através de projetos articulados com o Governo Federal e Estadual, delimitando as demandas por localização geográfica/territorial.

4.1.2 Previsão e Execução Orçamentária - A previsão orçamentária para o PPA 2020-2023 da CAESA foi de **R\$ 269.790.079,77**, distribuídos nas seguintes unidades orçamentárias: Arrecadação Própria, Operação de Crédito e Tesouro do Estado.

Quadro 04 – Valores do PPA 2020-2023

RESUMO DOS VALORES DEFINIDOS POR FONTE DE RECURSO			
Ação	Fonte	Valor	%
2609- Gestão e Desenvolvimento da Instituição			
1 - Arrecadação Própria - Custeio	CAESA	156.651.357,84	83,0%
2 - Operação de Crédito - Investimento	GEA	31.929.547,00	17,0%
Sub-Total		188.580.904,84	70,0%
1035 - Gestão em Saneamento			
3 - Tesouro	GEA	81.209.174,93	100,0%
Sub-Total		81.209.174,93	30,0%
Total		269.790.079,77	100,0%
Fonte: PPA 2020/2023 – GEA Elaboração: Núcleo de Planejamento - NUPLAN			

4.1.3 Avaliação dos Resultados dos Indicadores

4.1.3.1 Os indicadores de desempenho escolhidos na elaboração do PPA foram: número de habitantes e percentual da população atendida com água tratada.

4.1.3.2 Finalidade principal: traduzir de forma mensurável o aspecto atual da realidade social com relação às ações que estão sendo executadas nos municípios do Estado, bem como, medir o alcance das metas com a implantação do projeto.

Quadro 05 – Previsão e execução Orçamentária – PPA 2020 - 2023

030 - DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA ECONÔMICA							
Ação	Fonte do Recurso	Meta Financeira Orçada		Meta Financeira Executada			
		Total	Para 2021	Em 2021	Acumulado	% - Do Total	% - Do Ano
A - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO							
1.0 - Manutenção da Instituição	CAESA						
1.1 - Custeio - Arrecadação Própria		156.651.357,84	38.405.905,75	29.418.517,98	29.418.517,98	18,8%	76,6%
2.0 - Operação de Crédito	GEA						
2.1 - Obras Contratadas		31.929.547,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Sub-Total		188.580.904,84	38.405.905,75	29.418.517,98	29.418.517,98	15,6%	76,6%
B - GESTÃO EM SANEAMENTO							
1.0 - Ampliação da Infraestrutura - Água e Esgoto	GEA	81.209.174,82	19.678.011,66	16.731.278,23	16.731.278,23	20,6%	85,0%
Sub-Total		81.209.174,82	19.678.011,66	16.731.278,23	16.731.278,23	20,6%	85,0%
Total		269.790.079,66	58.083.917,41	46.149.796,21	46.149.796,21	17,1%	79,5%
Fonte: PPA 2020/2023 – GEA e Gerência Financeira – GERFIN/DIRAD							
Elaboração: Núcleo de Planejamento - NUPLAN							

Conforme demonstrado no quadro acima, podemos verificar que a CAESA conseguiu apenas 79,5% da meta financeira prevista para o ano de 2021 e 17,1% do total do PPA 2020/2023. Vale ressaltar que da meta prevista para custeio da Cia, a mesma alcançou somente 76,6%, este desempenho foi prejudicado devido à baixa arrecadação da Cia nesse ano, levada principalmente pela ocorrência da pandemia do Coronavírus.

Outro aspecto relevante foi a previsão orçamentária de Operação de Crédito na ordem de R\$ 31.929.547,00 para obras e que não foi feito nenhum repasse, ocasionando bastante transtorno para o desenvolvimento da infraestrutura da Cia e contribuindo para esse baixo desempenho.

Quanto aos repasses provenientes do Tesouro do Estado, podemos dizer que foram significativos em relação à previsão orçamentária de R\$ 19.678.011,66, visto que o acionista majoritário aportou R\$ 16.731.278,23, ou seja, 85,0% do valor previsto para o ano de 2021.

4.1.4 Reflexos de Contingenciamentos sobre os resultados do Programa

- Não houve contingenciamento nos recursos previstos para a Cia no ano de 2021.

4.1.5 Reflexos dos Restos a Pagar na Execução do Programa

- Não houve restos a pagar na execução do programa em 2021.

4.2 Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual – LOA

A partir dos tetos fornecidos e do programa “Desenvolvimento da Infraestrutura Econômica”, duas Ações foram definidas para UO 20201 - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO AMAPÁ no PPA 2020-2023 e registradas no SIPLAG como:

4.2.1 Função, Sub-função e Programa de vinculação da ação.

4.2.1.1- Ação 2609 – Gestão e Desenvolvimento da Instituição

Função: 17 – Saneamento

Sub-Função: 512 – Saneamento Básico Urbano

Programa de vinculação da Ação: 0030 – Desenvolvimento da Infraestrutura Econômica do Estado do Amapá.

4.2.1.2 - Ação 1035 – Gestão em Saneamento

Função: 17 – Saneamento

Sub-Função: 512 – Saneamento Básico Urbano

Programa de vinculação da Ação: 0030 – Desenvolvimento da Infraestrutura Econômica do Estado do Amapá.

4.2.2 Metas e Desempenhos Físicos e Financeiros

A - Meta Financeira:

4.2.2.1- Ação 2609 – Gestão e Desenvolvimento da Instituição

Despesa Corrente Própria – R\$ 38.405.905,75

4.2.2.2 - Ação 1035 – Gestão em Saneamento

Despesa de Capital – Tesouro – R\$ 19.678.011,66

B - Desempenho Financeiro:

4.2.2.3 Ação 2609 – Gestão e Desenvolvimento da Instituição

Despesa Corrente Própria – R\$ 29.418.517,98 – (atingiu 76,6% da meta)

4.2.2.4 Ação 1035 – Gestão em Saneamento

Despesa de Capital – Tesouro – R\$ 16.731.278,23 – (atingiu 85,0% da meta)

4.2.3 Reflexos de Contingenciamentos sobre os resultados das ações

- Não houve contingenciamento nos recursos previstos para a Cia no ano de 2021.

4.2.4 Reflexos dos Restos a Pagar na Execução das Ações

- Não houve restos a pagar na execução das Ações em 2021.

4.3 Demonstração e Análise de Desempenho na Execução Orçamentária e Financeira

4.3.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)

Não se aplica a CAESA, uma vez que gestão orçamentária e financeira do PPA é feita pela SEPLAN/SEFAZ.

4.3.2 Programação Orçamentária das Despesas Correntes, de Capital e da Reserva de Contingência

Não se aplica a CAESA, uma vez que gestão orçamentária e financeira do PPA é feita pela SEPLAN/SEFAZ.

4.3.3 Demonstração do Impacto das Limitações na Execução das Ações

Não se aplica a CAESA, uma vez que gestão orçamentária e financeira do PPA é feita pela SEPLAN/SEFAZ.

4.3.4 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Não se aplica a CAESA, uma vez que gestão orçamentária e financeira do PPA é feita pela SEPLAN/SEFAZ.

4.3.5 Execução das Despesas por Modalidade de Licitação e por Elemento de Despesa

Não se aplica a CAESA, uma vez que gestão orçamentária e financeira do PPA é feita pela SEPLAN/SEFAZ.

4.3.6 Demonstração e Análise de Indicadores Institucionais para medir o Desempenho Orçamentário e Financeiro

Não se aplica a CAESA, uma vez que gestão orçamentária e financeira do PPA é feita pela SEPLAN/SEFAZ.

5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.

Todas as obrigações sem a devida quitação são registradas contabilmente em contas do Passivo Circulante e Passivo Não Circulante, conforme demonstrado no Balanço Patrimonial da Companhia.

5.2 Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos Pagar de Exercícios Anteriores e Despesas de Exercícios Anteriores.

Os saldos de restos a pagar que são contabilizados em contas do Passivo Circulante e Passivo Não Circulante e que foram pagos no exercício de 2021, tem sua movimentação controlada pelo sistema financeiro de Contas a Pagar.

5.3 Informações sobre as Transferências mediante Convênios, Contratos de Repasses, Contratos de Gestão, Termo de Parceria, Termo de Cooperação, Acordos, Termos de Compromissos e Ajustes.

Estas operações ficam registradas no Passivo Não Circulante no Grupo 2.2.5.

5.4 Informações sobre a utilização de Suprimento de Fundo e Contas Bancárias.

Estas operações são registradas no Ativo Circulante até a baixa pela apresentação da prestação de contas.

6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

6.1 Informações sobre a estrutura de pessoal

Com base nas informações oferecidas pela Gerência de Recursos Humanos - GERHUM da Cia tendo como referência o mês 12/2021, a CAESA possui em seu quadro funcional 382 servidores assim discriminados: 261 servidores pertencentes ao quadro efetivo da Cia, 87 servidores cedidos de outras esferas administrativas, portanto sem ônus para a Companhia e assim distribuídos: 55 servidores da União, 19 servidores do Estado e 13 servidores do Município e 34 servidores sem vínculo, exercendo somente cargo em comissão.

No total a CAESA dispõem de 130 cargos em comissão entre diretores, assessores, gerentes e chefias, para administrar a Cia nos 16 municípios do Estado.

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho e dos Afastamentos

A Companhia de Água e Esgoto possui na sua estrutura 130 Cargos Comissionados, sendo:

- ✓ 34 cargos ocupados por servidores sem vínculo;
- ✓ 51 cargos ocupados por servidores com vínculo nas esferas municipal, estadual e federal;
- ✓ 45 cargos ocupados por servidores efetivos da CAESA;
- ✓ 87 Servidores cedidos à companhia sem ônus;
- ✓ 02 Servidores da Companhia Cedidos a outros órgãos:

- **Patrícia de Cássia da Silva Brito** a disposição da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Amapá - ARSAP/GEA, com ônus para a Companhia.

- **Ademir Santos de Almeida Júnior** a disposição do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE, com ônus para a Companhia.

Quadro 06 – Demonstrativo da Força de Trabalho

Ordem	Tipologia dos Cargos	Quant.	%
1	Provimento de Cargo Efetivo	261	68,3%
1.1	Funcionário da CAESA sem Cargo	216	82,8%
1.2	Funcionário da CAESA com Cargo	45	17,2%
2	Servidores Cedidos á CAESA	87	22,8%
2.1	Do Quadro da UNIÃO	55	63,2%
2.1.1	Servidores sem Cargo	23	41,8%
2.1.2	Servidores com Cargo	32	58,2%
2.2	Do Quadro do Estado	19	21,8%
2.2.1	Servidores sem Cargo	6	31,6%
2.2.2	Servidores com Cargo	13	68,4%
2.3	Do Quadro do Município	13	14,9%
2.3.1	Servidores sem Cargo	7	53,8%
2.3.2	Servidores com Cargo	6	43,2%
3	Provimento de Cargos em Comissão	34	8,9%
Total de Funcionários		382	100,0%
Fonte: Serviço de Administração de Pessoal /GERHUM/DIRAD Elaboração: Núcleo de Planejamento - NUPLAN			

Quadro 07 – Afastamentos que refletem sobre a força de trabalho

Ordem	Tipologia do Afastamento	Quant.	%
1	Por Doença	3	37,5%
2	Por Gestação	3	37,5%
3	Por Licença sem Vencimento	-	-
4	Cedidos a outros Órgãos	2	25,0%
Total de Servidores		08	100,0%
Fonte: Serviço de Administração de Pessoal /GERHUM/DIRAD Elaboração: Núcleo de Planejamento - NUPLAN			

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro 08 – Demonstrativo da faixa etária

Ordem	Tipologia dos Cargos	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
		Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1.0	Provimento de Cargo Efetivo					
1.1	Funcionário da CAESA sem Cargo	24	33	58	90	11
1.2	Funcionário da CAESA com Cargo	1	6	14	20	4
2.0	Servidores Cedidos à CAESA					
2.1	Do Quadro da UNIÃO					
2.1.1	Servidores sem Cargo	-	-	-	13	19
2.1.2	Servidores com Cargo	-	-	-	11	12
2.2	Do Quadro do Estado					
2.2.1	Servidores sem Cargo	-	2	1	2	1
2.2.2	Servidores com Cargo	-	3	2	7	1
2.3	Do Quadro do Município					
2.3.1	Servidores sem Cargo	-	3	3	-	1
2.3.2	Servidores com Cargo	-	-	2	2	2
3.0	Provimento de Cargos em Comissão	4	13	9	4	4
Total de Funcionários por Faixa Etária		29	60	89	149	55
Total Geral		382				
Participação		7,6%	15,7%	23,3%	39,0%	14,4%
Fonte: Serviço de Administração de Pessoal /GERHUM/DIRAD Elaboração: Núcleo de Planejamento - NUPLAN						

6.1.2.1 Demonstrativo do Nível de Escolaridade

Quadro 09 – Demonstrativo por Nível de Escolaridade

Ordem	Tipologia dos Cargos	Quantidade de Servidores por Nível de Escolaridade									
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1.	Provimento de Cargo Efetivo										
1.1	Funcionário da CAESA sem Cargo	3	16	11	104	1	37	36	8	-	-
1.2	Funcionário da CAESA com Cargo	-	3	2	18	1	7	12	1	-	-

2.0	Servidores Cedidos á CAESA										
2.1	Do Quadro da UNIÃO										
2.1.1	Servidores sem Cargo	-	5	3	16	-	1	7	-	-	-
2.1.2	Servidores com Cargo	1	11	2	6	-	1	2	-	-	-
2.2	Do Quadro do Estado										
2.2.1	Servidores sem Cargo	-	1	1	1	-	3	-	-	-	-
2.2.2	Servidores com Cargo	-	-	1	-	-	2	10	-	-	-
2.3	Do Quadro do Município										
2.3.1	Servidores sem Cargo	1	-	2	3	-	1	-	-	-	-
2.3.2	Servidores com Cargo	-	-	1	3	-	-	2	-	-	-
3.0	Provimento de Cargos em Comissão	-	3	-	-	-	2	28	1	-	-
Total de Funcionários (416)		5	39	23	152	2	54	97	10	-	-
Participação		1,3%	10,2%	6,0%	39,8%	0,5%	14,1%	25,4%	2,6%	0,0%	0,0%
Fonte: Serviço de Administração de Pessoal/GERHUM/DIRAD Legenda: 1 - Fundamental Incompleto 6 - Ensino Superior Incompleto 2 - Fundamental Completo 7 - Ensino Superior Completo 3 - Ensino Médio Incompleto 8 - Pós - Graduação - Especialização 4 - Ensino Médio Completo 9 - Pós - Graduação - Mestrado 5 - Ensino Técnico 10 - Pós - Graduação - Doutorado											
Fonte: Serviço de Administração de Pessoal /GERHUM/DIRAD Elaboração: Núcleo de Planejamento - NUPLAN											

6.1.3 Custos associados à manutenção dos Recursos Humanos

Quadro 10 – Custos de manutenção do RH

Ordem	Tipologia dos Cargos	Valor Anual - R\$	%
1.0	Salário Base e Gratificações Fixas e Variáveis	28.185.051,73	85,7%
1.1	Funcionários Efetivos da CAESA	28.185.051,73	100,0%
2.0	Função Gratificada	4.063.085,32	12,4%
2.1	Servidores Cedidos á CAESA	1.825.672,73	44,9%
2.2	Cargo Comissionado sem Vínculo	2.237.412,59	55,1%
3.0	Outros	628.551,50	1,9%
3.1	Conselheiros (Honorários)	193.939,35	30,9%
3.2	Jovem Aprendiz	119.866,23	19,1%
3.3	Estagiários (Bolsa Auxílio)	314.745,92	50,1%
Total		R\$ 32.876.688,55	100,0%
Fonte: Serviço de Folha de Pagamento /GERHUM/DIRAD Elaboração: Núcleo de Planejamento - NUPLAN			

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

No exercício de 2021 esta unidade não teve composição de inativos e pensionistas.

6.1.5 Providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos e funções

Através do sistema NASAJON/PERSONA referente a gerenciamento de folha de pagamento, verificou-se que no exercício de 2021, não houve casos de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos pelos servidores desta Unidade.

6.1.6 Providências adotadas nos casos identificados de eventual acumulação remunerada de cargos e funções

Não houve casos de acumulação na Companhia

6.1.7 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Os indicadores gerenciais na área de recursos humanos utilizados atualmente pela Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA são: Média de Rendimentos Variáveis e Horas Extras; Quantitativo de funcionários com benefícios sociais (Auxílio alimentação/ressarcimento plano de saúde); custo médio mensal por funcionário e por lotação e custo rescisório, disponíveis na ferramenta de gestão de folha de pagamento.

6.2 Informações sobre a terceirização de mão de obra e sobre o quadro de estagiários

6.2.1 Terceirização

Quadro 11 – Terceirização de Mão de Obra

SERVIÇOS TERCEIRIZADOS				
Ordem	Tipologia dos Serviços	Tipologia dos Cargos	Quant.	%
1	SERVIÇOS CONTÍNUOS DE AGENTES DE PORTARIA		8	44,4%
1.1	No Escritório Central da CAESA - Macapá	Agente de Portaria	4	50,0%
1.2	Na Estação Elevatória - Macapá	Agente de Portaria	2	25,0%
1.3	Na Estação de Tratamento de Água - Macapá	Agente de Portaria	2	25,0%
2	SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO		10	55,6%
2.1	No Escritório Central da CAESA - Macapá	Agente de Limpeza	4	40,0%
2.2	No Escritório Central da CAESA - Santana	Agente de Limpeza	1	10,0%
2.3	Na Estação de Tratamento de Água - Macapá	Agente de Limpeza	5	50,0%
Total de Funcionários			18	100,0%
Fonte: Gerência de Logística e Manutenção - GERLOM/DIRAD				
Elaboração: Núcleo de Planejamento - NUPLAN				

6.2.2 Estagiários

Quadro 11 – Quadro de Estagiário e Jovem Aprendiz

Ordem	Curso	Estagiários	
		Quant.	%
1.0	Estagiários	34	75,6%
1.1	Administração	5	14,7%
1.2	Arquitetura	1	2,9%
1.3	Ciências Contábeis	7	20,6%
1.4	Gestão (Ambiental / Pública)	2	5,9%

1.5	Direito	6	17,6%
1.6	Engenharia Civil	3	8,8%
1.7	Serviço Social	1	2,9%
1.8	Tecnólogo em Gestão de R.H	2	5,9%
1.9	Jornalismo	1	2,9%
1.10	Engenharia Química	1	2,9%
1.11	Engenharia Sanitária	1	2,9%
1.12	Psicologia/Biomedicina / Relações Internacionais	3	8,8%
1.13	Rede de Computadores	1	2,9%
2.0	Jovem Aprendiz	11	24,4%
Total		45	100,00%
Fonte: Serviço de Administração de Pessoal /GERHUM/DIRAD			
Elaboração: Núcleo de Planejamento - NUPLAN			

6.3 Informações sobre a necessidade de realização de concurso público nos diversos níveis de trabalho da administração.

Conforme publicação no Diário Oficial do Estado do Amapá n.º 6593 de 03 de janeiro de 2018, e considerando a ATA n.º 410ª do Conselho de Administração da CAESA, que através do Processo Administrativo n.º 5652/2017/CAESA aprovou por unanimidade a prorrogação do prazo de validade do Concurso Público para provimento de cargo de nível médio e fundamental, por mais 02 (dois) anos a contar de janeiro de 2018 com término previsto para 06/01/2020, mesmo assim foi possível cobrir as necessidades da área operacional da Cia no ano de 2021.

Quanto à área administrativa da empresa, ficou determinado que no decorrer do ano de 2021 fosse realizado estudos para verificar as reais necessidades, em função de estarmos aguardando a conclusão do processo de transposição de 36 (trinta e seis) servidores efetivos da empresa para o quadro da União Federal, bem como dos estudos de viabilidade técnica para concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitários para as 16 sedes municipais do Estado, o que inviabilizaria novo concurso até que se tivesse um resultado sobre os referidos estudos.

7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros

A Frota de Veículos Próprios e locados exige periodicamente manutenção, pois os veículos têm em média 5 (cinco) anos de uso e sofrem muitos desgastes, os mesmos são utilizados diariamente nas diversas atividades de serviços da Companhia e atendem as demandas solicitadas pelas Diretorias: Operacional, Técnica, Comercial, Administrativa e Financeira, bem como da Presidência.

Quadro 13 - Relação dos veículos próprios e locados

Localidade	Veículos								
	Leves			Pesados		Total			Geral
	Próprios	Alugados	Termo de Cessão	Próprios	Alugados	Próprios	Alugados	Termo de Cessão	

			de Uso					de Uso	
Santana	1	0	0	0	0	1	0	0	1
Macapá	4	7	0	2	4	6	11	0	17
Serra do Navio	1	0	0	0	0	1	0	0	1
Cutias do Araguari	1	0	0	0	0	1	0	0	1
São Joaquim do Pacuí	1	0	0	0	0	1	0	0	1
Itaubal do Piririm	1	0	0	0	0	1	0	0	1
Laranjal do Jari	1	0	0	0	0	1	0	0	1
TOTAL						12	11	0	23
CUSTOS ENVOLVIDOS			Frota Própria - Manutenção Veículos Leves e Pesados				-		
			Frota Alugada - Locação Veículos Leves e Pesados				355.855,52		
TOTAL						355.855,52			
Nota: Norma Regulamentadora - Resolução n.º 014/2000 - CONSAD de 16/11/2000 que instituiu "Normas sobre Controle de Bens Patrimoniais".									
Fonte: Gerência de Logística- GERLOG/DIRAD									
Elaboração: Núcleo de Planejamento - NUPLAN									

7.2 Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário Próprio e Locados de Terceiros

Em 2021, continuamos com aproximadamente 30% dos imóveis titulados. Dentre os principais fatores impeditivos para a titularidade de diversos processos de regularização de imóveis em trâmite junto à Prefeitura, podemos destacar: cobranças de taxas muito elevadas, burocracia, exigências excessivas, imposição de requisitos, restrições, entre outros.

A CAESA não possui imóveis locados de terceiros, todas suas unidades fazem parte do seu patrimônio imobiliário próprio, conforme quadro abaixo:

Quadro 14 – Patrimônio Imobiliário Próprio **ok**

Ordem	Localidade	Imóveis		
		Próprios	Locados	Total
1	Amapá	4	-	4
2	Calçoene	5	-	5
3	Cutias	4	-	4
4	Ferreira Gomes	1	-	1
5	Itaubal	2	-	2
6	Laranjal do Jari	5	-	5
7	Macapá	59	-	59
8	Mazagão	8	-	8
9	Oiapoque	4	-	4
10	Pedra Branca Amapari	4	-	4
11	Porto Grande	1	-	1
12	Pracuúba	1	-	1
13	Santana	18	-	18
14	Serra do Navio	6	-	6
15	Tartarugalzinho	1	-	1

16	Vitória do Jari	2	-	2
TOTAL		125	-	125
<i>Nota: Norma Regulamentadora - Resolução n.º 014/2000 - CONSAD de 16/11/2000 que instituiu "Normas sobre Controle de Bens Patrimoniais".</i>				
Fonte: Serviço de Patrimônio/Gerência de Logística- GERLOG/DIRAD				
Elaboração: Núcleo de Planejamento - NUPLAN				

7.3 Relação de prédios alugados para uso da UJ, identificado pelo menos finalidade da locação, valor mensal e anual, índice de reajuste, vigência do contrato, locador.

A CAESA não possui imóveis alugados, todas suas unidades fazem parte do seu patrimônio imobiliário próprio.

7.4 – Relação de Controle de Aquisição dos bens patrimoniais

Quadro 15 – Aquisição de Bens Patrimoniais

RELAÇÃO DOS BENS DE NATUREZA PERMANENTE Móveis, Imóveis, Industriais e Semoventes - Incorporados e Baixados no Patrimônio					
RELAÇÃO DOS BENS INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO DA CAESA - 2021					
Ordem	Data	Código	Descrição do Bem	Quant.	Valor - R\$
1	20/01/2021	4004	Conjunto motobomba submersa mod EBARA 3 Hp	1	R\$1.186,73
2	03/03/2021	4046	Conjunto motobomba submersa 1,0 cv - 220v	1	R\$1.322,90
3	08/03/2021	4045	Conjunto motobomba submersa 3,5 cv - 220v	1	R\$1.186,73
4	09/03/2021	4044	Motobomba submersível 7,5cv - 220v	1	R\$7.933,60
5	18/03/2021	4047	Conjunto motobomba submersa 3,5 cv - 220v	1	R\$1.186,73
6	05/05/2021	4049	Chave Soft Start, Weg BRSSW07412T5SH2Z	1	R\$27.600,00
7	14/05/2021	4050	Conjunto motobomba submersível tipo Anfíbia - Modelo M1-410/350 B 60hz, 350cv - 1750 RPM	1	R\$230.000,00
8	07/06/2021	4050	Quadro de Acionamento da Bomba 350 cv	1	R\$114.500,00
9	07/06/2021	4049	Quadro de Acionamento da Bomba 250 cv	1	R\$189.000,00
10	25/08/2021	3505	Quadro de comando de 25 cv	1	R\$2.014,00
11	14/10/2021	4048	Bomba Centrífuga F3F 3 cv - FAMAC	1	R\$2.985,00
12	02/12/2021	3512	Chave de Partida Compensada para 30 cv - 380v	1	R\$9.000,00
13	20/12/2021	3510	Chave de Partida Compensada para 30 cv - 380v	1	R\$9.000,00
Total				13	R\$596.915,69
<i>Nota: No ano de 2021 não houve baixa de Bens.</i> Fonte: Gerência de Contabilidade - GERCON/DIRAD Elaboração: Núcleo de Planejamento - NUPLAN					

7.5 – Relação dos bens de natureza permanente, identificando os móveis, imóveis, industriais e semoventes, incorporados e baixados do patrimônio. (ANEXO III)

8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 Informações sobre a gestão de Tecnologia da Informação

A Gerência de Tecnologia da Informação – GERTI tem como objetivo manter em pleno funcionamento os equipamentos e softwares de informática da Companhia, assim como, orientar e prestar suporte aos funcionários de toda a Companhia.

8.1.1 Planejamento da área

A equipe da GERTI efetuou o planejamento durante o ano, visando melhor ambiente para exercer proteção das informações, tendo em vista que 80% do parque de equipamentos, servidores de dados, backup, computadores e impressoras estão localizados na SEDE da companhia.

Os trabalhos ficaram voltados para o planejamento de aquisições de novos equipamentos e suprimentos de informática, feitas de acordo com as disponibilidades orçamentárias.

8.1.2 Perfil dos recursos humanos envolvidos

Quadro 16 – Equipe da GERTI

GERÊNCIA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			
Ordem	Nome	Função	Cargo
1	Geovanni Coutinho Costa	Analista de Tecnologia da Informação (Titular desde 27/10/2021)	Gerente de TI
2	Everaldo Picanço do Passos	Analista de Tecnologia da Informação	Suporte em TI
3	Isaias Maciel Borges	Estagiário	Manutenção de Equipamentos.

Fonte: Gerência de Tecnologia da Informação – GERTI/DIRAD

8.1.3 Segurança da informação

As ações de melhoria na segurança das informações como: mudança na política de backup e controle de acesso as pastas do Servidor de Dados, utilizamos a rede do PRODAP que gerencia o controle de acesso à intranet e internet por faixa de IP, pelo próprio provedor.

8.1.4 Desenvolvimento e produção de sistemas

Toda a demanda de desenvolvimento de sistemas necessários para realização das atividades fins da companhia é encaminhada para o suporte dos sistemas ou para o Centro Gestor de Tecnologia da Informação - PRODAP.

8.1.5 Contratação e gestão de bens e serviços de TI

Para continuidade da prestação de serviços, renovamos a manutenção dos sistemas instalados e contratação de locação de impressoras.

✓ **Nasajon Sistemas – nova aquisição de licença de uso** - Gestão Financeira, Fiscal, Contabilidade, Folha de Pagamento, Recursos Humanos utilizados para substituir a ferramenta TOTVS.

✓ **Locação de Impressoras Multifuncionais** – Atendendo todos os departamentos

8.1.6 Descrição dos Sistemas utilizados pela Cia

✓ **NASAJON** – Sistema integrado de Gestão Financeira, Contábil, Folha de Pagamento e Recursos Humanos.

Quadro 17 – Módulos do sistema NASAJON

NAJASON - Sistema Integrado de Administração		
Ordem	Módulo	Gestão
1	SCRIPT	Gestão de Controle Fiscal
2	FINANÇAS	Gestão Financeira
3	PERSONA	Gestão de Folha de Pagamento e Recursos Humanos
4	CONTABIL	Gestão Contábil

Fonte: Gerência de Tecnologia da Informação - GERTI/DIRAD

✓ **RM TOVS** – Sistema Integrado de Administração que foi substituído pela ferramenta NASAJON SISTEMAS, porém ainda tem seu banco de dados utilizado, bem como o módulo de Gestão Patrimonial. O mesmo dá suporte a Gestão Administrativa e Financeira da Cia e está dividido em 08 módulos conforme descrição no quadro abaixo:

Quadro 18 – Módulos do RM TOTVS – (consultivo)

RM TOTV - Sistema Integrado de Administração		
Ordem	Módulo	Gestão
1	RM - FLUXUS	Gestão Financeira
2	RM - BONUM	Gestão Patrimonial
3	RM - LABORE	Gestão de Folha de Pagamento
4	RM - NUCLEUS	Gestão de Estoque, Compras.
5	RM - VITAE	Gestão de Recursos Humanos
6	RM - CHRONUS	Gestão de Controle de Ponto
7	RM - LIBER	Gestão de Controle Fiscal
8	RM - SALDUS	Gestão Contábil

Fonte:

Gerência de Tecnologia da Informação - GERTI/DIRAD

✓ **Sistema de Protocolo Interno** – Tramitação de documentos e processos externos e internos, requisição de diárias, atendendo todos os departamentos.

Quadro 19 – Módulos do Protocolo Interno

RM TOTV - Sistema Integrado de Administração		
Ordem	Módulo	Gestão
1	PROTOCOLO INTERNO	Tramitação de documentos e processos
2	REQUISIÇÃO DE DIÁRIAS	Gestão de emissão de diárias

Fonte: Gerência de Tecnologia da Informação - GERTI/DIRAD

Quadro 20 – Módulos do Protocolo PRODOC/SIGDOC

Protocolo Interno – Sistema Local		
Ordem	Módulo	Gestão
1	PRODOC	Elaboração de memorando e ofícios internos e externos
2	SIGDOC	Armazenamento e assinatura digital de documentos oficiais

Fonte: Gerência de Tecnologia da Informação - GERTI/DIRAD

✓ **Visual Sicos** – Gestão Comercial, Leitura, Faturamento e Arrecadação: Dá suporte a Gestão Comercial da Cia e está dividido em 09 módulos que produzem em torno de 74 relatórios conforme descrição no quadro abaixo:

Quadro 21 – Módulos do Vsicos

VSICOS - Sistema Comercial de Saneamento		
Ordem	Módulo	Relatórios
1	CADASTRO	11
2	LEITURA	8
3	FATURAMENTO	14
4	ARRECADAÇÃO	10
5	COBRANÇA	16
6	MICROMEDIÇÃO	5
7	ADMINISTRAÇÃO	2
8	SIPSAP - Sistema Integrado de Prestação de Serviços e Atendimento ao Público	1
9	GERENCIAL	7

Fonte: Gerência de Tecnologia da Informação - GERTI/DIRAD

9 GESTÃO DO USO DE RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 Critério de Sustentabilidade Ambiental na aquisição de bens, materiais de TI e na contratação de serviços e obras.

A sustentabilidade na administração pública inicia-se pela redução do consumo, o qual também depende de um aperfeiçoamento da gestão.

No exercício de 2021 a CAESA procurou atender aos requisitos básicos de sustentabilidade ambiental nas suas aquisições de bens, materiais, serviços e obras.

Quanto ao programa específico de gestão de sustentabilidade, cuja pauta consiste na elaboração do Plano de Gestão Socioambiental PGS – CAESA. Em virtude do contexto da pandemia ação ficou prejudicada.

9.2 Medidas adotadas para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água.

9.2.1 Política adotada para estimular o uso racional desses recursos

Uma companhia consciente deve buscar o equilíbrio entre suas operações e a sustentabilidade global. Deve refletir a respeito de seus atos de consumo e como eles irão repercutir não só sobre si, mas em suas relações sociais, na economia e na natureza.

Usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos implica em usá-los de forma econômica e racional evitando o seu desperdício, englobando o uso racional de energia, água, além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais.

A Companhia de Água Esgoto do Amapá, em função da pandemia, no decorrer do exercício de 2021 colocou parte de seus funcionários em regime de teletrabalho, o que acarretou na diminuição do consumo de energia elétrica, água, materiais de expediente, nas unidades administrativas da empresa. Com a implantação de sistema de tramitação de processos eletrônicos, o consumo de papel teve diminuição.

9.2.2 Evolução histórica do consumo de energia elétrica e de água

Quadro 22 - Histórico do Consumo de Energia e Valor da Despesa

Indicador	Cód. SNIS	Unid.	Ano					
			2021	2020	2019	2018	2017	2016
1 - Consumo de Energia								
1.1 - Sistema de Água	AG 028	Kwh (x1000)	25.743,82	22.050,01	23.016,11	21.159,19	21.674,84	20.468,78
1.2 - Sistema de Esgoto	ES 028	Kwh (x1000)	7,69	116,95	453,00	14,18	63,55	188,61
Total		Kwh (x1000)	25.751,51	23.469,11	22.166,96	23.469,11	21.173,37	21.738,39
2 - Despesa de Exploração								
2.1 - Fatura de Energia	FN 013	R\$ (x1000)	12.847,45	11.915,03	11.506,22	13.612,50	7.745,64	5.491,06
Nota: 1 - Não há consumo com fornecimento de água.								
Fonte: SNIS (2016, 2017, 2018, 2019 e 2020), NUPLAN/CAESA (2021) com base no Balanço da Cia.								
Elaboração: Núcleo de Planejamento - NUPLAN								

9.2.3 Informações sobre pagamento das faturas de energia elétrica, água e esgoto.

9.2.3.1 Energia Elétrica: Através de Termo de Compromisso de crédito ICMS/Energia Elétrica entre GEA/CEA. e que constituirá aumento de capital do GEA junto a CAESA.

9.2.3.2 Água: Não há despesa com fornecimento de água.

9.3 - Informações quanto ao estabelecimento e ao cumprimento de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010)

O plano de gerenciamento no qual seu objetivo é que as empresas façam a destinação racional dos resíduos gerados nas suas diversas operações, e, portanto contribuam para manter o meio ambiente de forma sustentável. Sendo assim, nessa companhia há um controle por parte desses resíduos por meio do licenciamento Ambiental (licença prévia, instalação e operação), no qual, para a obtenção dessas licenças a exigência por parte do órgão licenciador, é de medidas mitigadoras de possíveis impactos ambientais pela geração de resíduos sólidos.

Assim, a companhia tem buscado estabelecer um Plano de Gerenciamento de Resíduos sólidos. Entretanto, a implantação desse plano será incluída como uma meta no Plano de Gestão Socioambiental - PGS – CAESA, e, portanto, por em prática sistematicamente práticas de sustentabilidade e racionalização dos resíduos sólidos, com foco na redução, reuso e reciclagem.

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCE ou em relatórios de Auditoria do órgão de controle interno ou as justificativas para o não cumprimento

A CAESA, mediante consulta e assessoramento da Procuradoria Jurídica - PROJUR determina a execução de todas as providências necessárias para atender as deliberações emanadas em acórdãos do TCE e do TCU, bem como em relatórios de auditoria desses órgãos de controle, sendo que nos casos de impossibilidade de fazê-lo, apresenta-se Justificativa Técnica.

A PROJUR em seus Pareceres Jurídicos, de forma regular, orienta e recomenda o cumprimento dos entendimentos do TCU e TCE, destacando sempre que os entendimentos dos referidos Tribunais de Contas devem ser acatados pela Companhia, pois é **obrigatória** a vinculação às decisões das Cortes de Contas, em especial, a matéria que envolve tema de caráter geral sobre licitação, contratos e convênios, conforme prevê a SÚMULA TCU nº 222:

***Súmula 222.** “As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.*

10.2 Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pelo controle interno e/ou justificativas para não atendimento

Em decorrência da pandemia, a Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA, substituiu os processos físicos por processos digitais, passando a utilizar o Sistema de Gestão de Documentos (PRODOC) disponibilizado pelo Governo do Estado do Amapá – GEA. Trata-se de ferramenta que permite tramitações de processos de forma digital, com gerenciamento, pesquisa, controle e acompanhamento de documentos tramitados.

Neste contexto a Auditoria Interna, passou a ter melhor condição para acompanhamento das suas Recomendações. De modo geral, o PRODOC trouxe mais celeridade e transparência, com confirmação de recebimento eletrônico, e monitoramento das deliberações quanto às recomendações emitidas que no exercício de 2021 foram acatadas pela Diretoria da Presidência.

10.3 Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei Complementar 010/1995 (art.97)

Segundo informações do Setor de Protocolo Geral da CAESA, no ano exercício 2021 não foram registradas solicitações do Plenário ou das Câmaras do TCE das declarações de rendimentos e de bens, nos termos do art. 97 da Lei Complementar nº 010/1995, que assim dispõe:

***Art. 97.** Os ordenadores de despesas dos órgãos da administração direta, bem assim os dirigentes das entidades da administração indireta e fundações e quaisquer servidores responsáveis por atos de que resulte despesa pública, remeterão ao Tribunal de Contas do Estado, por solicitação do Plenário ou*

de suas Câmaras, cópia das suas declarações de rendimentos e de bens. (grifo nosso).

10.4 Relação de Licitações, Dispensas e Inexigibilidade (ANEXO IV)

10.5 Relação de Contratos e Convênios (ANEXO V)

10.6 Declaração da Área Responsável pelas Informações sobre Licitações (ANEXO VI)

10.7 Relação de Obras e Serviços de Engenharia (ANEXO VII)

10.8 Indicação de sítio eletrônico oficial em obediência a Lei Federal 12.527/2011

A Companhia dispõe do sítio eletrônico oficial www.caesa.ap.gov.br, <https://caesa.portal.ap.gov.br/docs/editais> onde estão hospedadas notícias institucionais geradas pela assessoria de comunicação.

Neste endereço também são divulgadas as informações relacionadas às licitações, dispensas, inexigibilidades, convênios e outros instrumentos públicos. A inclusão dessas informações é realizada pelos próprios servidores da companhia que estão lotados no Núcleo de Licitações e Contratos – NULIC.

Toda estrutura e layout do site são gerenciados pelo Centro de Gestão da Tecnologia da Informação – PRODAP/GEA.

10.9 Indicação de link em sítio eletrônico oficial em obediência ao art. 8º, §1º e incisos da Lei Federal 12.527/2011

<https://caesa.portal.ap.gov.br/conteudo/institucional/administracao>

10.10 Informações sobre a constituição das comissões permanentes e especiais de licitação

De acordo com a Portaria nº 33 CAESA de 24/02/2021, o Diretor-Presidente da CAESA nomeia o Sr. JOSÉ MARCELO MIDONES SERRA ALVES para o cargo comissionado de Chefe do Núcleo de Licitação da Cia, a partir de 01/03/2021.

Não houve comissões especiais de licitação.

10.11 Informações quanto ao cumprimento do tratamento diferenciado e favorecido às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP)

É de salutar importância destacar que a incomensurável maioria das contratações realizadas pela Companhia são celebradas com micro e empresas de pequeno porte, demonstrando assim atender as disposições da legislação vigente sobre a matéria, observando o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, fazendo valer princípios norteadores criados no surgimento da Companhia, pois tem como base o devido cumprimento dos regramentos impostos. Desta feita, no que concerne ao cumprimento da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, bem como o regramento disposto na Lei Complementar Estadual 108 de 08 de janeiro de 2018.

Assim, destaca-se que a CAESA inclui em seus editais de licitação os regramentos dispostos nas leis correlatas dando destaque ao tratamento diferenciado e simplificado para as MPes bem como a exclusividade na contratação de ME/EPP, quando o valor for até o limite de 80 mil reais.

Já no que concerne à exigência de subcontratação de ME/EPP aos participantes de processo licitatório destinado a aquisição de bens, obras e serviços, as regras de contratação no instrumento convocatório fica vinculado às disposições contidas no Termo de Referência ou Projeto Básico.

No que concerne à prioridade da contratação para as ME/EPP sediadas local ou regionalmente até o limite de 10% do melhor preço válido, o §3º do art. 48, por sua vez, estabelece a possibilidade (e não a obrigatoriedade) de prioridade de contratação para as MEs ou EPPs sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% do melhor preço válido (espécie de “empate ficto” e ordem de preferência entre ME e EPP). Na prática essa “prioridade de contratação” equivale às margens de preferência, citadas na Lei nº 8.666/93. Nada obstante a autorização legal, o estabelecimento dessas prioridades de contratação deve ser justificado tecnicamente e economicamente, uma vez que (embora justificado por valores legítimos, com a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal ou regional) ele conduzirá a contratações mais onerosas.

Assim, caso a opção for por privilegiar o comércio local, o que estaria afinado com os propósitos descritos no art. 48, o ato convocatório deverá prever privilégios adicionais que definirá, entre as ME/EPPs já agraciadas pela regra do art. 48, aquelas que mesmo praticando preço superior, deve ser a contratada em apreço aos efeitos positivos decorrentes da valorização do mercado local ou regional. Ressaltando que a Companhia não possui condições de absorver tal onerosidade tendo em vista sua precária situação financeira, fato que nos remete às disposições contidas no art. 49, III da Lei Complementar em comento.

No mais, é límpido, que as Microempresas e empresas de Pequeno Porte têm ocupado cada vez mais papel de importância nas aquisições e contratações públicas, em virtude das constantes alterações em busca do desenvolvimento econômico e social, e a CAESA, tem cumprindo seu papel institucional, pois como já dito supra, tendo em vista que os contratos celebrados com a companhia são, na sua maioria, com microempresas e empresas de pequeno porte, obedecendo assim o ordenamento vigente.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10 - depreciação, amortização, exaustão de itens do patrimônio, avaliação, mensuração de ativos e passivos.

Na Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA, a depreciação é registrada conforme os cálculos realizados pela área contábil, visto que o sistema informatizado de cálculo de depreciação ainda não entrou em operação. As aquisições do exercício de 2021 foram depreciadas de forma individualizada.

Quanto a NBC T 16.10 – Avaliação e mensuração de ativos e passivos, não houve como fazer o impairment, devido ao nível de detalhamento dos bens que necessita ser mais analítico.

11.2 Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6.

As demonstrações exigidas pela Lei 4.320/64 não se aplica a CAESA visto que a mesma Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

Quanto às demonstrações concernentes a NBC T 16.6, foram integralmente realizadas.

11.3 Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas.

As demonstrações exigidas pela Lei 4.320/64 não se aplica a CAESA visto que a mesma Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

11.4 Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 ou em lei específica, incluindo as notas explicativas.

Todos os demonstrativos exigidos pela Lei 6.404/76 foram atendidos e compõem a prestação de contas do exercício de 2021.

11.5 Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação.

Quadro 23 - Composição Acionária do Capital Social - Base: 12/2021

Ordem	Principais Acionistas	Ações	
		Quant.	%
1	Governo do Estado do Amapá	5.245.042.885	99,9963%
2	Arethusa Cristina Picanço A. Torrinha	47.781	0,0009%
3	Companhia de Eletricidade do Amapá	16.371	0,0003%
4	Empresa Prestadora de Serviços do Amapá Ltda	16.371	0,0003%
5	Abdala Houat	6.549	0,0001%
6	Stephan Houat	6.549	0,0001%
7	Lourival Queiroz Alcantara	6.249	0,0001%
8	Lázaro Pantoja da Silva	5.785	0,0001%
9	Demais (xxxxx acionistas)	89.453	0,0017%
Total	225 Acionistas	5.245.237.993	100,0000%
Fonte: ASCONSAD - Assessoria dos Conselhos Fiscal e de Administração / CAESA Elaboração: Núcleo de Planejamento - NUPLAN			

11.6 Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis

Todos os demonstrativos exigidos pela Lei 6.404/76 foram atendidos e compõe a prestação de contas do exercício de 2021, inclusive o parecer da auditoria (ANEXO VIII).

12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 - Informações sobre os impactos decorrentes da pandemia causada pelo novo Coronavírus na realização dos objetivos da Unidade Jurisdicionada previstos ou planejados para o exercício de 2021, bem como sobre as medidas adotadas para a mitigação destes impactos.

Desde que foi declarada oficialmente uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a COVID-19, que é o termo técnico para o novo coronavírus, tem deixado os países em alerta máximo. Isso porque esta doença tem apresentado uma taxa relativamente alta de

mortalidade, bem como um alto grau de transmissão entre as pessoas. Portanto, o foco na saúde passou a ser prioridade dos governos e empresas para impedir que a doença avance ainda mais. Diante de um cenário tão caótico, o governo se viu obrigado a tomar decisões drásticas de contenção.

A pandemia do novo coronavírus trouxe mudanças significativas na Companhia de Água e Esgoto do Amapá - CAESA, onde o maior impacto foi na adequação obrigatória a uma nova forma de trabalhar, pois com o isolamento para conter a propagação da doença, o trabalho remoto foi uma saída encontrada para continuar as atividades, manter os prazos e os processos atualizados, pelo menos para aqueles profissionais e setores cujo suas funções não exigissem presença física em um local específico antecipando tendências que vinham sendo gradativamente implantadas dentro da Companhia, como processos totalmente eletrônicos.

Com o engajamento de todos os servidores, conseguimos criar meios de comunicação online entre as equipes, que se tornaram essenciais para manter a produtividade e o negócio andando. São e-mails, teleconferências e vídeo-chamadas, todas as ferramentas possíveis que a internet possibilita usar para driblar esse momento de reclusão e mitigar os impactos nos serviços da Cia.

Considerando que os decretos do Governo do Estado do Amapá classificam a CAESA como órgão público de atividade essencial, não paralisamos a execução de dos serviços essenciais, bem como das atividades administrativas e comerciais que continuaram sendo realizadas (com os veículos dos funcionários/fiscais), e as análises e elaboração de peças técnicas foram feitas em home office.

Com a instalação do PRODOC, passamos a utilizar as ferramentas que nos levam a uma rápida comunicação interna e as dificuldades que havia quanto aos encaminhamentos dos documentos externos, também ficou de forma mais célere e eficaz.

Esta Companhia para execução dos trabalhos presenciais adotou as medidas de prevenção, para evitar o contágio, mediante o uso de mascaras, álcool em gel e higienização das mãos. Atualmente damos prioridade para reuniões online, substituição de processos físicos por processo via PRODOC, entre outras.

12.2 Informações adicionais sobre o exercício 2021

12.2.1 – Volumes produzidos, Faturados e Consumidos

Quadro 23 - Volumes Produzidos, Faturados e Consumidos por Município.

Ordem	Localidade	Volume de água produzido	Volume de Água Consumido	Volume de Água Faturado	Índice de Perdas na Distribuição	Índice de Perdas Faturamento
		(1.000 m³/ano)	(1.000 m³/ano)	(1.000 m³/ano)	%	%
		AG 006	AG 010	AG 011	IN 013	IN 049
1	Serra do Navio	1.076,23	199,38	199,38	81,5%	81,5%
2	Amapá	1.059,12	191,40	191,40	81,9%	81,9%
3	Pedra Branca do Amapari	701,68	3,36	3,36	99,5%	99,5%
4	Calçoene	757,23	134,10	134,10	82,3%	82,3%
5	Cutias	1.008,10	199,68	199,68	80,2%	80,2%

6	Ferreira Gomes	1.324,43	176,53	176,53	86,7%	86,7%
7	Itaubal	531,09	116,39	116,39	78,1%	78,1%
8	Laranjal do Jari	3.421,91	985,66	985,66	71,2%	71,2%
9	Macapá	42.355,44	10.112,08	14.335,35	76,1%	66,2%
10	Mazagão	1.348,77	268,29	268,29	80,1%	80,1%
11	Oiapoque	518,71	185,69	185,69	64,2%	64,2%
12	Porto Grande	252,44	60,62	60,62	76,0%	76,0%
13	Pracuúba	378,97	77,24	77,24	79,6%	79,6%
14	Santana	9.656,65	3.227,55	3.399,97	66,6%	64,8%
15	Tartarugalzinho	402,99	177,67	177,67	55,9%	55,9%
16	Vitória do Jari	2.122,11	516,83	516,83	75,6%	75,6%
TOTAL		66.915,87	16.632,47	21.028,16	75,1%	68,6%

Fonte: Relatórios Gerenciais das Diretorias Comercial e de Negócios e da Diretoria Operacional/2021.

Elaboração: Núcleo de Planejamento - NUPLAN

Nota:

1 - O Índice de Perdas na distribuição e faturamento é devido principalmente a defasagem no Cadastro de consumidores, que facilita com isso um alto número de ligações clandestinas, portanto não existe excedente de água.

2 - A grande população existente em áreas de ressacas e/ou alagadas (invasão) vem contribuindo também para as perdas físicas de água.

12.2.2 – Receita Total e Arrecadação Total

Quadro 25 - Receita Total x Arrecadação Total por Município

Ordem	Código da CAESA	Localidade	Receita Operacional Total	Arrecadação Total	Índice de Evasão de Receita
			FN 005	FN 006	IN 029
1	568	Serra do Navio	1.034.695,55	114.483,72	88,9%
2	576	Amapá	297.215,73	135.794,89	54,3%
3	586	Pedra Branca	12.947,67	6.196,77	52,1%
4	577	Calçoene	96.007,86	65.458,80	31,8%
5	584	Cutias	231.592,38	109.518,84	52,7%
6	573	Ferreira Gomes	246.787,02	89.315,32	63,8%
7	583	Itaubal	160.559,61	99.371,08	38,1%
8	574	Laranjal do Jari	1.448.291,92	647.798,86	55,3%
9	201	Macapá	63.355.980,50	25.269.249,04	60,1%
10	575	Mazagão	608.214,38	181.522,00	70,2%
11	578	Oiapoque	451.292,53	193.193,91	57,2%
12	572	Porto Grande	97.724,55	58.408,41	40,2%
13	592	Pracuúba	110.048,47	44.780,15	59,3%
14	579	Santana	4.468.404,25	2.105.840,59	52,9%
15	581	Tartarugalzinho	256.857,19	103.800,88	59,6%
16	598	Vitória do Jari	656.765,40	193.784,72	70,5%
Total			73.533.385,01	29.418.517,98	60,0%

Fonte: Serviço de Faturamento - SERFAT/DIRCOM e Serviço de Arrecadação - SERAR/DIRAD

12.2.3 – Despesas com Manutenção e Combustível

Quadro 26 - Demonstrativo das Despesas com Manutenção e Combustível

RELATÓRIO DE DESPESAS COM CONTRATOS DE MANUTENÇÃO E COMBUSTÍVEL - 2021					
Ordem	Contrato			Acumulado - Ano	%
	Número	Empresa	Objeto		
1	006/2020	TGE Serviços e Transporte	Serviço Continuado - Limpeza etc..	349.083,36	32,8%
2	002/2018	Minister Serviços Ltda	Serviços Contínuos de Ag. Portaria	361.442,54	33,9%
3	007/2020	Localiza Rent a Car	Locação de Veículos Leves	104.815,52	9,8%
4	008/2020	COOVAP	Locação de Veículos Leves	251.040,00	23,5%
Total Geral				1.066.381,42	100,0%
Fonte: Gerência de Logística e Material – GERLOM / DIRAD - Diretoria Administrativa e Financeira. Elaboração: Núcleo de Planejamento - NUPLAN					

12.2.4 – Extensão de Rede e Economias de Água e Esgoto

Quadro 27 – Extensão de rede e Economias de Água e Esgoto

Ordem	Município	Água		Esgoto	
		Extensão de Rede (km)	Economias Totais - Ativas (ud)	Extensão de Rede (Km)	Economias Totais - Ativas (ud)
		AG 005	AG 003	ES 004	ES 003
1	Amapá	25,40	558	3,69	128
2	Calçoene	17,60	443	-	-
3	Cutias	5,81	656	-	-
4	Ferreira Gomes	15,80	576	-	-
5	Itaubal	3,50	381	-	-
6	Laranjal do Jari	46,60	4.143	-	-
7	Macapá	717,56	52.178	95,61	16.749
8	Mazagão	26,46	853	3,34	132
9	Oiapoque	16,80	601	4,66	108
10	Pedra Branca	2,30	147	-	-
11	Porto Grande	16,87	200	-	-
12	Pracuúba	7,66	255	-	-
13	Santana	155,06	11.816	9,42	321
14	Serra do Navio	7,95	648	7,67	631
15	Tartarugalzinho	10,54	589	-	-
16	Vitória do Jari	5,43	1.710	-	-
TOTAL		1.081,34	75.754	124,39	18.069
Fonte: Gerência de Fiscalização de Obras – GERFISCO/DIRTE					
Elaboração: Núcleo de Planejamento - NUPLAN					

PARTE B

1 Informações Específicas

a - Informação sobre o mapeamento das comunidades isoladas que passarão a ser atendidas pela Companhia, indicando o nome da localidade, localização, população local, unidades atendidas, unidades não atendidas, metas e indicadores, bem como, plano de investimentos previstos para o atingimento das metas estabelecidas.

A Lei nº 2.655 de 02 de abril de 2022, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado e sancionada pelo Governador do Estado do Amapá, deu ao Poder Executivo Estadual autorização para criar a Empresa Serviços Digital, Energias Alternativas e Saneamento Sociedade Anônima (IDEAS S.A.) em decorrência da cisão total da CAESA e conforme o artigo 5º a IDEAS S.A. será constituída quando da Assembleia Geral de acionistas, que será convocada pelo Acionista controlador, que no seu artigo 6º § 1º pertencerá integralmente ao Governo do Estado o que ainda não ocorreu até a presente data.

No artigo 8º § 4º define as áreas de atuação da Empresa IDEAS S.A. sendo rurais, pequenas comunidades, distritos, indígenas, quilombolas, assentamentos de colonos, em domicílios individualizados de populações carentes.

Como ainda não ocorreu a criação de fato da Empresa IDEAS S.A. não há por enquanto as informações específicas solicitadas neste item.

b - Levantamento do ativo imobilizado em uso nas comunidades isoladas.

Somente após a criação e implantação da Empresa IDEAS S.A. e a cisão da CAESA será realizado o inventário patrimonial nas comunidades isoladas.

c - Fonte dos recursos para os investimentos e manutenção dos ativos necessários ao atendimento das comunidades.

Na Lei nº 2.655 em seu artigo 12º itens I a XI definem todos os recursos que constituem a Empresa IDEAS S.A.

d - Forma de remuneração pelos serviços prestados nas comunidades isoladas (tarifa social ou congênere), e fonte de custeio.

Na Lei nº 2.655 em seu artigo 12º itens I define que a Empresa IDEAS S.A. poderá ter recursos provenientes da Arrecadação das Tarifas referentes à remuneração pelos serviços prestados, portanto ainda não está definido se será por Tarifa Social ou congênere, que deverá ser submetido a Agência Reguladora do Amapá – ARSAP.

e - Informações sobre os empregados que serão destacados para atuar nas comunidades atendidas.

No artigo 14 e 14-A define qual será o Quadro inicial da Empresa IDEAS S.A. sendo que a CAESA possui hoje 270 (duzentos e setenta) Servidores Efetivos e concursados que serão transferidos por sucessão trabalhista, porém no art. 14-A abre-se a possibilidade dos empregados

públicos da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA, que em 23 de novembro de 2021 mantinham vínculo funcional ativo, devendo estes se manifestarem seu interesse de serem admitidos pela Empresa IDEAS S.A. sem sucessão trabalhista. Portanto como não há ainda definição de quantas comunidades serão atendidas não há informações sobre os destacamentos de servidores.

f - Previsão de aportes do Governo do Estado para fazer frente a futuras despesas da companhia na prestação dos serviços às comunidades isoladas, com a descrição detalhada da alocação desses recursos.

No art. 9º da Lei autoriza o Poder Executivo a classificar a IDEAS S.A. como empresa estatal DEPENDENTE, e realizar subvenção econômica para subsidiar a operação.

g - Levantamento do ativo imobilizado em uso nos centros urbanos, que passará a ser utilizado pelo investidor privado;

No dia 04 de janeiro de 2022 com base no Decreto Estadual nº 0038/2022 foi constituído o Comitê de Transição em atendimento a Clausula 8.4 do contrato de concessão da prestação regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário das sedes municipais do Estado do Amapá, estando em fase final de elaboração o levantamento dos Ativos Imobilizados dos bens reversíveis que deverá estar pronto até o dia 13/07/2022 data do início das operações da nova concessionária a Empresa Companhia de Saneamento do Amapá – CSA, quando será assinado o Termo de Cessão dos Bens.

h - Instrumento contratual ou ato normativo que será utilizado caso haja cessão ou outra modalidade de transferência de patrimônio.

Está em fase de elaboração conforme citado no item acima com prazo de conclusão dia 13/07/2022.

i - Estudo sobre o dimensionamento de empregados da Companhia para o novo cenário de concessão reduzida dos serviços de saneamento básico.

Após a cessão da concessão das 16 (dezesseis) sedes municipais à nova concessionária no dia 13/07/2022 e com base nos estudos de cooperação técnica que está sendo tratado com o Serviço Nacional das Indústrias - SENAI com objetivo de elaborar o Plano de Negócios da IDEAS S.A. será possível realizar o dimensionamento de empregados da Empresa.

j - Metas e indicadores para avaliação dos serviços e da gestão.

Também conforme o item acima citado somente estará realizado após a definição do Plano de Negócios da IDEAS S.A.

k - Marco normativo dos Municípios e do Estado que permitiu a outorga dos serviços por meio de concessão.

Esse estudo e a concepção da modelagem que permitiu a outorga dos serviços de saneamento foram coordenados pela Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAN estando de posse do marco normativo.

l - Informações acerca da adesão ao programa de gestão de sustentabilidade.

A Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN foi a coordenadora da adesão ao programa de gestão de sustentabilidade.

m - Informações acerca dos processos administrativos em curso, inclusive das licitações que ainda possuem contratos vigentes e que digam respeito à área de concessão leiloadas.

Os contratos de prestação de serviços após a transferências dos sistemas operacionais a nova concessionária serão reduzidos nas sedes municipais, de acordo com o fim da operacionalização da CAESA.

n - Levantamento do passivo da Companhia e do planejamento para o equacionamento das dívidas da empresa, indicando a fonte de recursos, considerando a redução na arrecadação decorrente do leilão do serviço de saneamento nos centros urbanos (com viabilidade econômica).

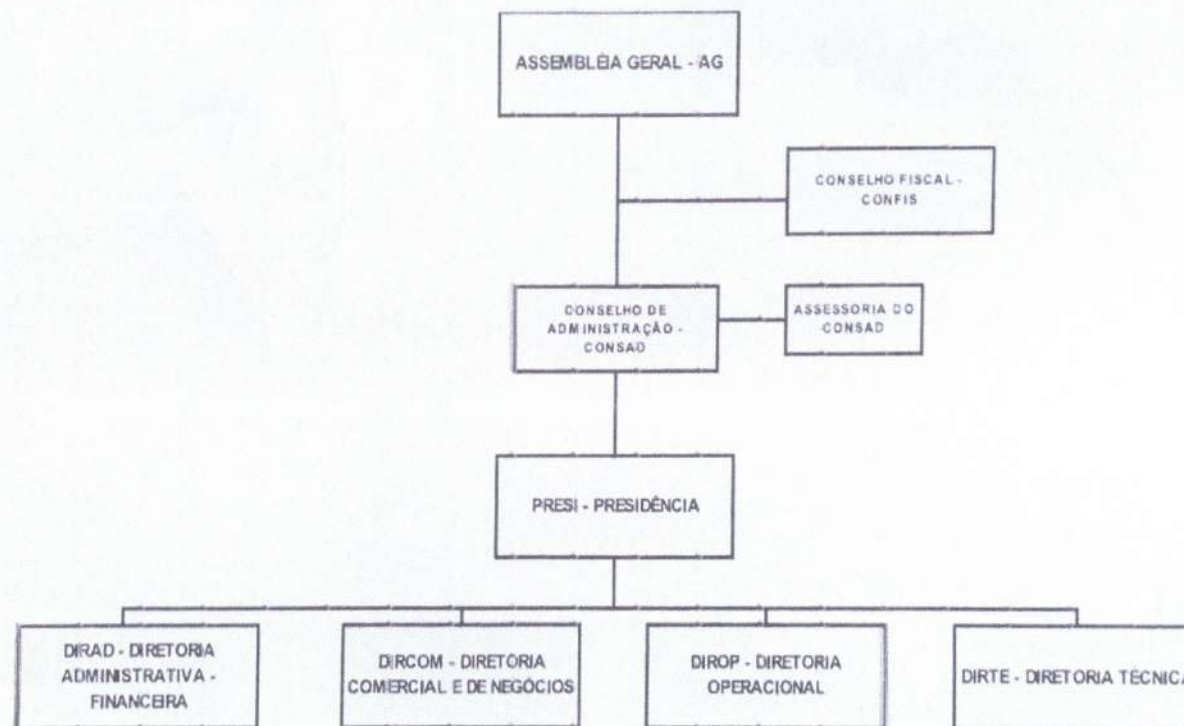
A CAESA está contratando os Serviços Profissionais de assessoria contábil, previdenciário, trabalhista, societário, tributário e de transações financeiras, a fim de agilizar o processo de estudos de cenários para adotar medidas urgentes para adequar as reduções e transferências de pessoal e de outros geradores de custos como: materiais, serviços contratados e infraestrutura, gerando projeções de cenários para meses e anos futuros. Também serão realizados estudos das contas de ativos e passivos, gerando dossiês, documentos e suporte a permanência ou baixa de ativos e passivos juntos aos bancos, clientes, fornecedores e outros.

Esses serviços profissionais terão por finalidade conhecer o valor econômico da CAESA, por meio do Patrimônio Líquido, da apuração de benefícios fiscais da mitigação de riscos para tomada de decisão da Empresa, na busca de procedimentos contábeis mais confiáveis, recuperação de créditos tributários e operacionalização das ações da companhia.

ANEXOS

ANEXO I

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



VALDINEI SANTANA AMANAJÁS
Presidente do CONSAD

JENNEFER LAVOR BENTES
Conselheira Titular/CONSAD

REGIANE PARNOW ENNES
Conselheira Titular/CONSAD

ODIRLEY LIMA AMARAL
Conselheiro Titular/CONSAD

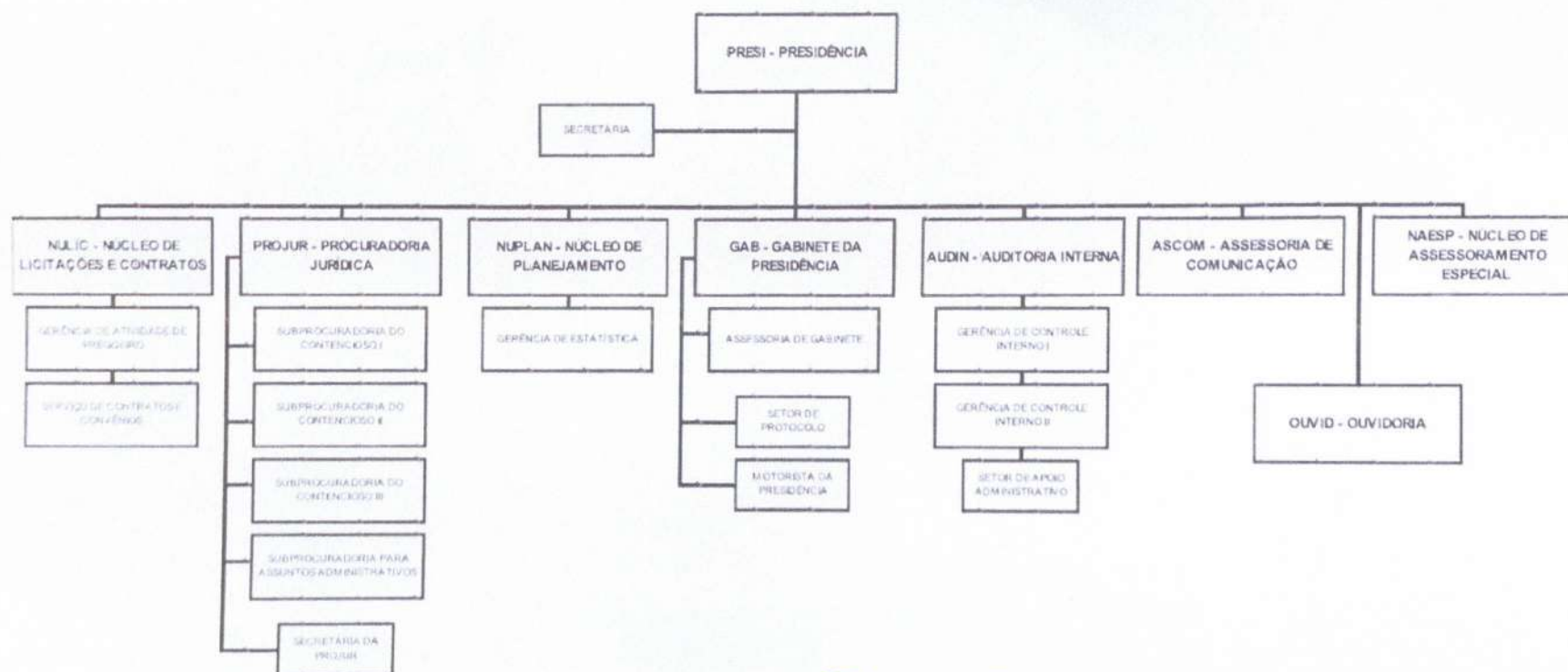
Macapá/AP, 04 de setembro de 2020

Resolução nº 005/2020/CONSAD/CAESA de 04/09/2020

432ª Reunião Ordinária CONSAD

8
Página

ANEXO I – RESOLUÇÃO Nº 005/2020 – FL. 02



VALDINEI SANTANA AMANAJÁS
Presidente do CONSAD

JENNEFER LAVOR BENTES
Conselheira Titular/CONSAD

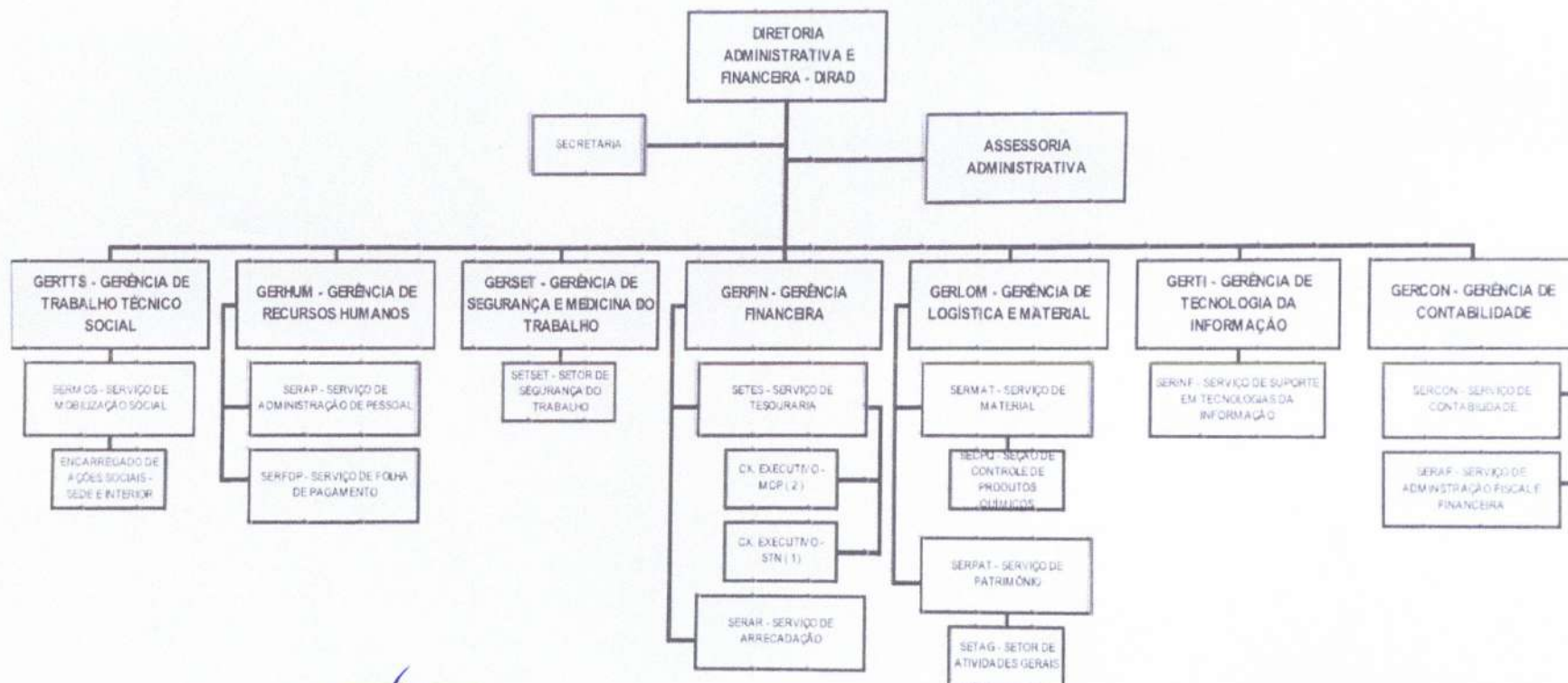
Resolução nº 005/2020 CONSAD/CAESA de 04/09/2020

REGIANE PARNOW ENNES
Conselheira Titular/CONSAD

ODIRLEY LIMA AMARAL
Conselheiro Titular/CONSAD

Macapá/AP, 04 de setembro de 2020

432ª Reunião Ordinária CONSAD



VALDINEI SANTANA AMANAJÁS
Presidente do CONSAD

JENNEFER LAVOR BENTES
Conselheira Titular/CONSAD

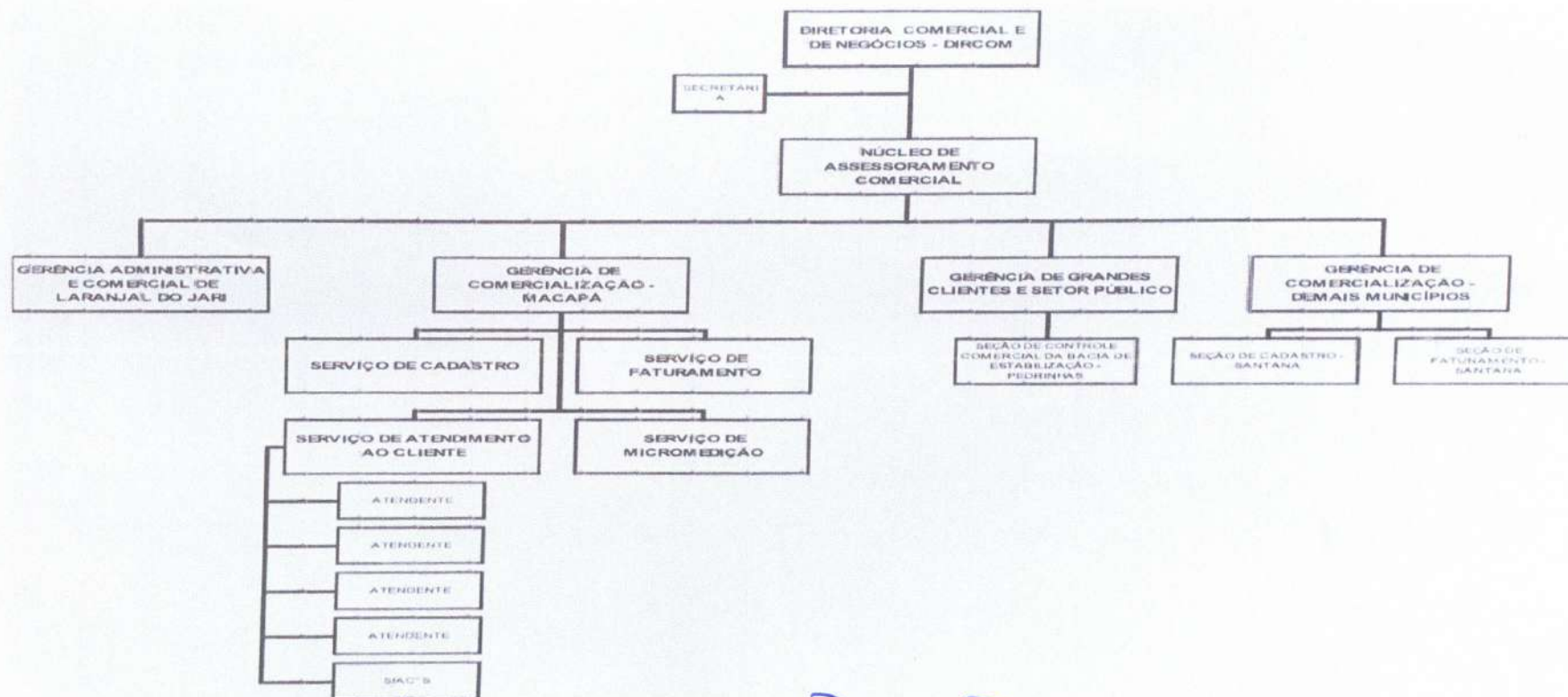
Resolução nº 005/2020 CONSAD/CAESA de 04.09.2020

REGIANE PARNOW ENNES
Conselheira Titular/CONSAD

ODIRLEY LIMA AMARAL
Conselheiro Titular/CONSAD

Macapá/AP, 04 de setembro de 2020

432ª Reunião Ordinária CONSAD



VALDINEI SANTANA AMANAJAS
Presidente do CONSAD

JENNEFER LAVOR BENTES
Conselheira Titular/CONSAD

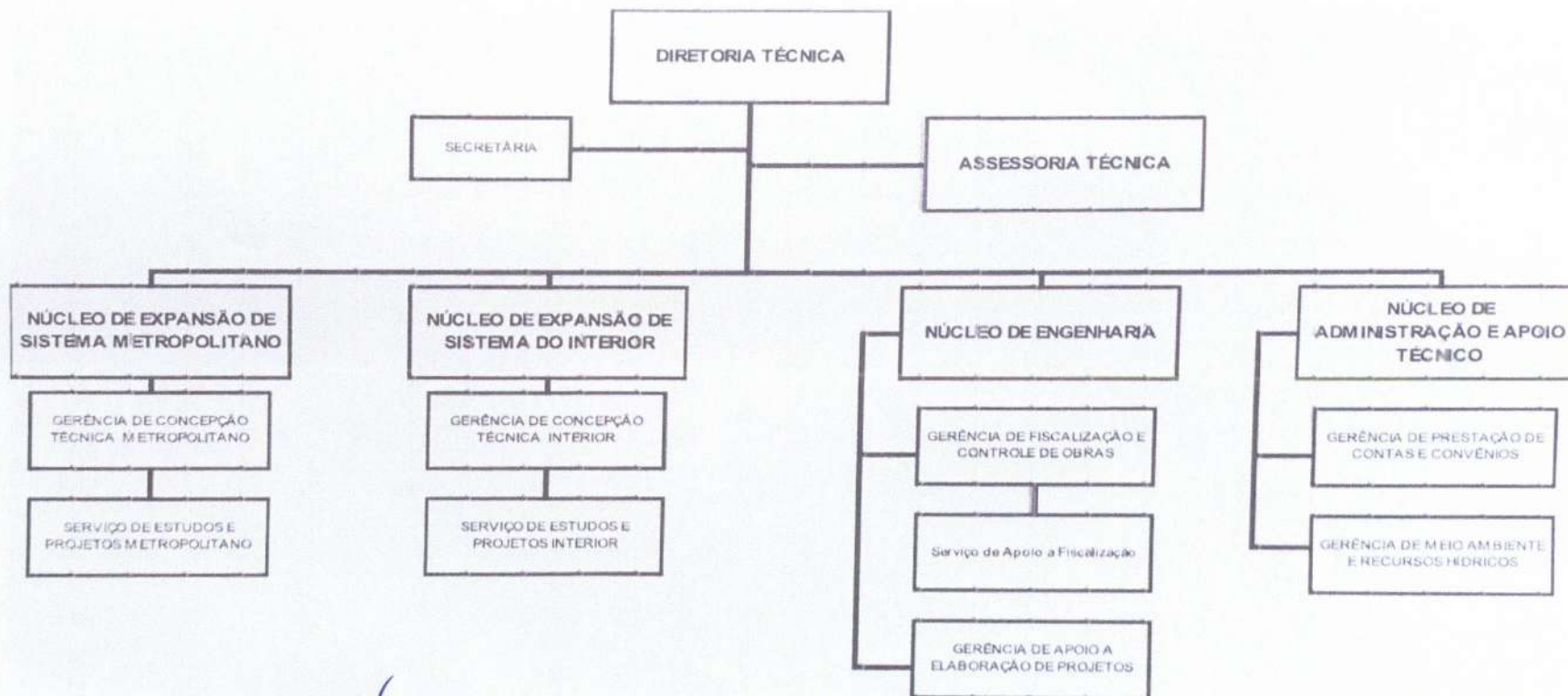
REGIANE PARNOW ENNES
Conselheira Titular/CONSAD

ODIRLEY LIMA AMARAL
Conselheiro Titular/CONSAD

Macapá/AP, 04 de setembro de 2020

Resolução nº 005/2020 CONSAD/CAESA de 04/09/2020

432ª Reunião Ordinária CONSAD



VALDINEI SANTANA AMARAL
Presidente do CONSAD

JENNEFER LAVOR BENTES
Conselheira Titular/CONSAD

REGIANE PARNOW ENNES
Conselheira Titular/CONSAD

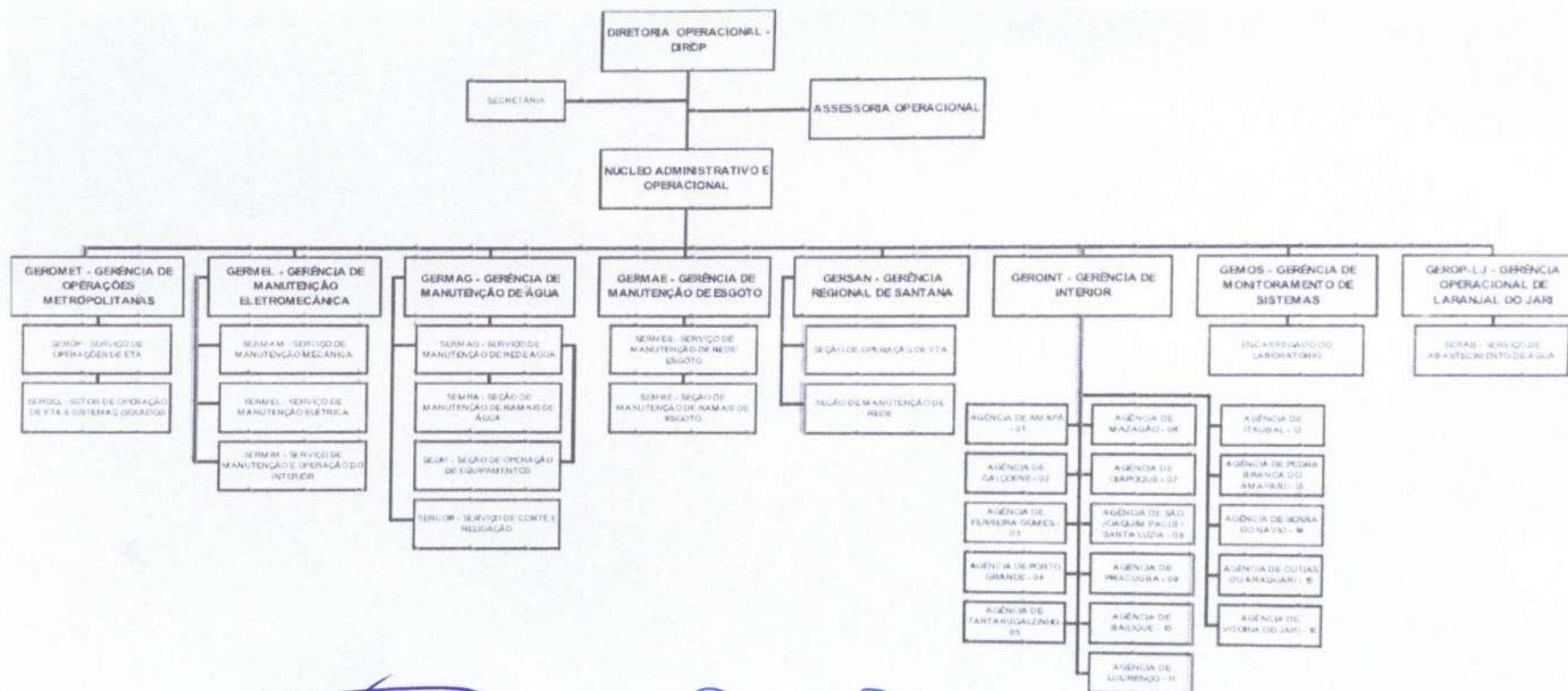
ODIRLEY LIMA AMARAL
Conselheiro Titular/CONSAD

Macapá/AP, 04 de setembro de 2020

Resolução nº 005/2020-CONSAD/CAESA de 04/09/2020

432ª Reunião Ordinária CONSAD

ANEXO I – RESOLUÇÃO Nº 005/2020 – FL. 06



VALDINEL SANTANA AMARAL
Presidente do CONSAD

JENNEFER LAVOR BENTES
Conselheira Titular/CONSAD

Resolução nº 005/2020-CONSAD/CAESA de 04.09.2020

REGIANE PARNO ENNES
Conselheira Titular/CONSAD

ODIRLEY LIMA AMARAL
Conselheiro Titular/CONSAD

Macapá/AP, 04 de setembro de 2020

Página 13

432ª Reunião Ordinária CONSAD

ANEXO II

ÁREAS ESTRATÉGICAS, COMPETÊNCIAS E TITULARES

**INFORMAÇÕES SOBRE OS TITULARES DAS ÁREAS ESTRATÉGICAS E OS
RESPECTIVOS CARGOS.**

ÁREAS e SEÇÕES	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO	PERÍODO DE GESTÃO
ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO SUPERIOR E FISCALIZAÇÃO				
Assembléia Geral	É o órgão de decisões soberanas da empresa, conforme Lei Federal e Estatuto da Companhia.	Colégio de Acionistas Ordinários Nominativos.	x	Sempre que convocados
Conselho Fiscal (Constituído por 3 membros)	Fiscalizar periodicamente os atos dos administradores em face dos negócios realizados.	1. Luiz Antônio dos Reis Farias;	Conselheiros	26/05/2016 a 31/12/2021
		2. Jussara Keila Houat		01/08/2020 a 31/12/2021
		3. Elson Souza Silva		01/08/2020 a 31/12/2021
Conselho de Administração (Constituído por 4 membros) + uma Assessoria.	É o órgão de deliberação colegiada, tem por finalidade fixar a orientação geral da política administrativa e operacional da CAESA.	1. Valdinei Santana Amanjas;	Presidente	22/07/2016 a 31/12/2021
		2. Odirley Lima Amaral	Conselheiros	10/09/2018 a 01/08/2021
		3. Jennefer Lavor Bentes		10/06/2019 a 31/12/2021
		4. Regiane Parnow Ennes.		22/11/2017 a 31/12/2021
	Prestar assistência aos conselheiros na ordem dos trabalhos.	Orlando dos Santos Pinheiro	Assessor CONSAD	10/08/2020 a 19/01/2021
		José Mota Dias		19/01/2021 a 31/12/2021
ÓRGÃOS DE DIREÇÃO SUPERIOR				
Presidência	Autoridade máxima da Companhia, com atribuição de superintender e administrar os negócios da Companhia, desempenhando todas as atribuições que competem conforme Estatuto e Regimento Interno.	Valdinei Santana Amanajas	Diretor Presidente	22/07/2016 a 31/12/2021
Diretoria Administrativa e Financeira	Deliberações de ordem administrativa e financeira da Companhia, desempenhando todas as atribuições que competem conforme Estatuto e Regimento Interno.	Paulo Roberto Gomes de Barros	Diretor Administrativo e Financeiro	13/02/2019 a 31/12/2021
Diretoria de	Deliberações de ordem	Luiz José dos Santos	Diretor (a)	04/08/2020 a

Comercialização e de Negócios	Comercial e de Negócio da Companhia, com fins de elaborar a programação de faturamento e arrecadação da Companhia.	Monteiro	Comercial	31/12/2021
Diretoria Operacional	Deliberações de ordem Operacional, com fins de gerenciar a manutenção, o funcionamento e as instalações de produção/destruição encarregadas de operar nos sistemas de abastecimentos de Água e Esgoto Sanitário da Companhia, desempenhando todas as atribuições que competem conforme Estatuto e Regimento Interno.	João Paulo Dias Bentes Monteiro	Diretor Operacional	23/04/2019 a 31/12/2021
Diretoria Técnica	Deliberações de ordem técnica, com fins de nortear, fiscalizar e supervisionar os trabalhos de construção de toda e qualquer obra da Companhia, desempenhando todas as atribuições que competem conforme Estatuto e Regimento Interno.	Magaly Brito Bezerra Xavier	Diretor (a) Técnico	04/08/2020 a 31/12/2021
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PRESIDÊNCIA				
Secretária da Presidência	Assistir o Diretor Presidente no desempenho de suas atribuições em matéria de secretaria. Constituída pela Assessoria do Gabinete, Setor de Protocolo e Motorista da presidência.	x	Presidência	x
Gabinete da Presidência	Prestar apoio ao Diretor Presidente e a Diretoria Executiva no desempenho de suas atribuições.	Genielma Brito do Rosário	Chefe de Gabinete	12/08/2016 a 31/12/2021
Assessoria da		Marília Dias Ferreira	Assessora de	07/01/2020 a

Presidência	Prestar assistência a Presidência na ordem dos trabalhos.		Gabinete	31/12/2021
Setor de Protocolo	Programar, coordenar e controlar a execução dos serviços relativos ao protocolo, arquivo e movimentação, expedição e divulgação de documentos e outros atos administrativos.	Merian Nilce Souza e Silva	Chefe do Setor de Protocolo e Arquivo	16/08/2016 a 31/12/2021
Motorista da Presidência	Dirigir e acompanhar o Presidente da Companhia em assuntos externos e atender demanda do Gabinete.	Valdemar Viegas de Brito	Motorista	01/10/2019 a 31/12/2021
Núcleo de Licitação e Contratos (Contém + 1 Gerência e 1 Serviço)	Coordenar todos os processos de licitação da Companhia obedecendo rigorosamente às legislações vigentes e as normas internas que regem a matéria.	Breno Borges Vasconcelos Dias	Chefe do Núcleo de Licitação e Contratos	04/08/2020 a 01/03/2021
		José Marcelo Midones Serra Alves		01/03/2021 a 31/12/2021
Procuradoria Jurídica (Contém + 4 subprocuradores e 1 Secretária), 4ª sub criada	Assessorar o Diretor Presidente no desempenho de suas atribuições, em assuntos do campo jurídico, representando a companhia em juízo.	Arthur Cezar de Sousa Oliveira	Procurador Geral	05/10/2020 a 31/12/2021
Núcleo de Planejamento (Contém 1 Gerência)	Elaborar as programações do Núcleo, tanto anuais como plurianuais da Companhia, bem como promover o acompanhamento, controle e avaliação, propor a implantação, a atualização e o aperfeiçoamento de normas e procedimentos institucionais.	Carlos José dos Santos Filho	Chefe do Núcleo de Planejamento	01/05/2017 a 31/12/2021
Auditoria Interna (Contém + 2 Gerências e 1 Secretária)	Assessorar o Diretor Presidente no desempenho de suas funções em matéria de Auditoria, desempenhando as atribuições que lhe forem cometidas pela presidência.	Jocimar Augusto Pinheiro Mendonça	Auditora Interna	25/02/2019 a 31/12/2021

Assessoria de Comunicação Social	Assessorar o Diretor Presidente no desempenho das suas atribuições em material do campo da comunicação.	Camila Ramos de Oliveira	Assessor de Comunicação	07/01/2020 a 31/12/2021
Ouvidoria	Recebe e administra, as reclamações, as consultas, as sugestões e os elogios, relativos aos serviços oferecidos pela Companhia.	Carlos de Alberto de Menezes Correa	Ouvidora	07/01/2020 a 31/12/2021
Núcleo de Assessoramento Especial da Presidência	Planejar, organizar e controlar todas as atividades de Assessoria em matérias que lhe forem encaminhadas pelo Diretor Presidente e/ou pela Diretoria da Companhia.	Jeremias Moraes de Oliveira	Chefe do Núcleo de Assessoramento Especial da Presidência	07/08/2020 a 31/12/2021
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA				
ÁREAS e SEÇÕES	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO	PERÍODO DE GESTÃO
Secretária da Diretoria	Assistir o Diretor no desempenho de suas atribuições e matéria de secretária.	Ângela Maria Bezerra Assunção	Secretária da Diretoria Administrativa e Financeira	17/02/2017 a 31/12/2021
Assessoria da Diretoria Administrativa e Financeira	Prestar-se-á a assessorar o Diretor Administrativo e Financeiro de acordo com as formalidades que lhe forem atribuídas.	Odir Silva Neto	Assessor do Diretor Administrativo e Financeiro	23/05/2019 a 13/07/2021
		Alexandre Batista da Silva		13/07/2021 a 31/12/2021
Gerência de Trabalho Técnico Social (Contém 1 Serviço e 1 Encarregado)	Gerenciar, coordenar e controlar a execução das competências específicas da gerência, mantendo correspondência com as Diretorias Comercial e Administrativa no trato das questões de cunho social.	José Mota Dias	Gerente Técnico Social	21/05/2019 a 31/12/2021
Gerência de Recursos Humanos (Contém 2 Serviços)	Cabe Programar, coordenar, controlar todas as atividades relacionadas com a política de Pessoal da Companhia.	Maria Josineide Ramos dos Santos	Gerente de Recursos Humanos	08/02/2019 a 31/12/2021
Gerência de Segurança e Medicina do Trabalho	Trabalha na prevenção de doenças no exercício profissional e controles	Eduardo Rodrigo de Oliveira Tavares	Gerente de Segurança e Medicina do	02/12/2019 a 31/12/2021

(Contém 1 Serviço)	dos ricos ambientais. Constituída pelo Setor de Segurança do Trabalho.		Trabalho	
Gerência Econômica e Financeira (Contém 2 serviços e 3 caixas executivos)	Cabe Programar, coordenar e controlar as atividades relacionadas à área financeira, bem como as operações comerciais da Companhia.	Marize Regina Alves Picanço	Gerente Econômico e Financeiro	07/11/2016 à 31/12/2021
Gerência de Logística e Material (Contém 2 Serviços e 1 Setor e 1 seção)	Atua no gerenciamento e apoio a logística de transportes, manutenção, serviços gerais, contratos e convênios celebrados pela companhia, gerenciar e apresenta propostas, assegura o cumprimento dos prazos, verificar a demanda das áreas para efetuar os processos de compra.	Elaine Dos Santos Nunes	Gerente de Logística e Material	08/02/2019 a 31/12/2021
Gerência de Tecnologia da Informação (Contém 1 Serviço)	Cabe programar, coordenar e controlar todas as atividades relacionadas com o Sistema de Informática da Companhia.	Andrey Paiva Pena	Gerente de Tecnologia da Informação	11/11/2019 a 18/10/2021
		Geovanni Coutinho Costa		19/10/2021 a 31/12/2021
Gerência de Contabilidade Material (Contém 2 Serviços)	Cabe Programar, coordenar e controlar as atividades relacionadas com as áreas contábeis.	Rosalvo Ardasse da Costa	Gerente de Contabilidade	18/02/2019 a 31/12/2021
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA DIRETORIA COMERCIAL E DE NEGÓCIOS				
Secretária da Diretoria Comercial e de Negócios	Assistir a Diretora no desempenho de suas atribuições e matéria de secretária.	Marlucia Dias Costa	Secretária da Diretoria Comercial e de Negócios	09/09/2020 a 31/12/2021
Núcleo de Assessoramento Comercial	Dirigir, coordenar e controlar a execução das competências específicas das gerências subordinadas a Diretoria.	Mauro Carlos Ferreira Magalhães	Chefe do Núcleo	08/09/2020 a 31/12/2021
Gerência Administrativa e Comercial de Laranjal do Jarí	Programar, coordenar e controlar as atividades relacionadas ao setor Administrativo e Comercial do Sistema no município do Laranjal do Jarí.	Belclene Lobato Paiva	Gerente Administrativa e Comercial	12/06/2019 a 31/12/2021
Gerência de Comercialização – Macapá	Cabe programar, coordenar e controlar	Patrick Ronny dos Santos Fernandes	Gerente de Comercialização	24/09/2020 a 31/12/2021

(Contém 4 serviços e 4 atendentes e 1 SIAC's)	todas as atividades relacionadas ao faturamento e cadastro da Companhia.			
Gerencia de Grandes Clientes e Setor Público (contém 1 seção)	Cabe à elaboração de plano comercial, desenvolve contas estratégicas, estuda sobre o potencial de expansão e identifica oportunidades de novos negócios por meio do levantamento de informações sobre a companhia.	Gustavo Santos Moraes	Gerente De Negócios	24/09/2020 a 31/12/2021
Gerencia de Comercialização – Demais Municípios (Contém 2 Seções)	Gerenciar e programar a manutenção preventiva dos hidrômetros. Estabelecer e analisar os indicadores de desempenho da sua unidade, adotando as medidas necessárias à otimização das atividades.	Jonathan Silva Fortunato	Gerente de Comercialização – Demais Municípios	11/11/2019 a 31/12/2021
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA DIRETORIA TÉCNICA				
Secretária da Diretoria Técnica	Assistir o Diretor Técnico no desempenho de suas atribuições em matéria de secretaria.	Rafaela do Socorro Ferro dos Santos	Secretária da Diretoria Técnica	01/10/2020 a 31/12/2021
Assessoria Técnica	Prestar-se-á a assessorar o Diretor técnico de acordo com as formalidades que lhe forem atribuídas.	Maria Nilza Ferreira Pantoja	Assessor do Diretor Técnico	09/09/2020 a 31/12/2021
Núcleo de Expansão de Sistema Metropolitano (Contém 1 Gerência e 1 Serviço)	Dirigir, coordenar, e controlar a execução das competências específicas; definir juntamente com a Diretoria Técnica a política de expansão de abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário no âmbito da região metropolitana do estado, Macapá e Santana.	Flávio Mercês Gonçalves	Chefe do Núcleo	01/05/2017 a 31/12/2021
Núcleo de Expansão de Sistema do Interior (Contém 1 Gerência e 1 Serviço)	Definir juntamente com a Diretoria Técnica a política de expansão de	João Batista Bosque Gomes	Chefe do Núcleo	12/04/2017 a 31/12/2021

1 Serviço)	abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário no âmbito dos municípios do interior do estado; propor a implementação, a atualização e o aperfeiçoamento de normas e procedimentos técnicos.			
Núcleo de Engenharia (Contém 2 Gerências e serviço)	Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização de obras, serviços e projetos.	Marcos Alberto de Souza Jucá	Chefe do Núcleo	01/05/2017 a 18/10/2021
		Arlison da Silva Costa		20/10/2021 a 31/12/2021
Núcleo de Administração e Apoio Técnico (Contém 2 Gerências)	Coordenar as atividades relacionadas às obras e projetos do sistema de Água e Esgoto.	Marizete Picanço de Almeida	Chefe do Núcleo	22/10/2015 a 31/12/2021
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA DIRETORIA OPERACIONAL				
ÁREAS e SEÇÕES	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO	PERÍODO DE GESTÃO
Secretaria da Diretoria Operacional	Assistir o Diretor no desempenho de suas atribuições e matéria de secretária.	Edinelson Santana Melo	Secretário da Diretoria Operacional	08/ 02/2016 a 31/12/2021
Assessoria Operacional	Prestar-se-á a assessorar o Diretor Operacional de acordo com as formalidades que lhe forem atribuídas.	Francivaldo da Silva Araújo	Assessor da Diretoria	03/05/2019 a 31/12/2020
Núcleo de Administrativo e Operacional	Propor a implantação, atualização e aperfeiçoamento e manutenção de procedimentos operacionais do sistema.	Romariz de Melo Bittencourt	Chefe do Núcleo	12/02/2020 a 31/12/2021
Gerência de Operações Metropolitana (Contém 1 Serviço e 1 Setor)	Programar, coordenar e controlar as atividades relacionadas com a administração de produção, operação, assessorando o Diretor nas áreas de produção, operação e manutenção do sistema de abastecimento de água.	José do Socorro Farias dos Reis	Gerente de Operações Metropolitana	15/08/2020 a 28/04/2021
		Olandrin Carvalho de Oliveira		28/04/2021 a 31/12/2021
Gerência de Manutenção Eletromecânica (Contém 3 Serviços)	Programar, coordenar e controlar as atividades relacionadas a reparos e manutenção de dos equipamentos	Juvenil dos Santos Alves	Gerente de Manutenção Eletromecânica	04/02/2010 a 31/12/2021

	eletromecânicos..			
Gerência de Manutenção de Água (Contém 2 Serviços e 2 seções)	Programar, coordenar e controlar as atividades relacionadas com os sistemas de abastecimento de água nos municípios.	Walter de Oliveira Fernandes Junior	Gerente de Manutenção de Água	15/08/2020 a 31/12/2021
Gerência de Manutenção de Esgoto (Contém 1 Serviço e 1 seção)	Programar, coordenar e controlar as atividades relacionadas com os sistemas de abastecimento de esgoto nos municípios.	Ivanildo Marques Bandeira	Gerente de Manutenção de Esgoto	11/01/2016 a 31/12/2021
Gerência Regional de Santana (Contém 2 seções)	Programar, coordenar e controlar as atividades relacionadas com os sistemas de abastecimento de água e esgoto no município de Santana.	Olenilson Marques Pereira	Gerente Regional de Santana	23/03/2015 a 31/12/2021
Gerência do Interior (Contém 16 Agências)	Programar, coordenar e controlar as atividades relacionadas com os sistemas de abastecimento de água nos municípios do Estado do Amapá.	Reginaldo Lacerda Rocha	Gerente do Interior	22/08/2016 a 31/12/2021
Gerência de Monitoramento de Sistemas (Contém 1 Encarregado)	Executar as atividades de implantação e manutenção das redes e ramais dos sistemas de distribuição de água os serviços de micro e macro medição. Constituída pelo Setor de Encarregado do Laboratório.	Claudinaldo Siqueira Ferreira	Gerente de Monitoramento de Sistemas	04/12/2012 a 31/12/2021
Gerência Operacional de Laranjal do Jari (Contém 1 Serviço)	Programar, coordenar e controlar as atividades relacionadas com os sistemas de abastecimento de água no município do Laranjal do Jari.	José Lopes Lima	Gerente Regional do Laranjal do Jari	04/07/2016 a 31/12/2021

Fonte: Gerência de Recursos Humanos – GERHUM/DIRAD.

ANEXO III

INVENTÁRIO ANUAL DE BENS MÓVEIS

**Relatório do Levantamento dos bens materiais do almoxarifado
da Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA
Ano 2021**

**Macapá-AP
2021**

RELATÓRIO DE INVENTÁRIO DE BENS EM ESTOQUE.

Considerando que Inventário Físico é o instrumento de controle para a verificação dos saldos de estoques nos almoxarifados, que permite o ajuste dos dados escriturais de saldos e movimentações dos estoques com o saldo físico real nas instalações de armazenagem.

Considerando que o Inventário Físico é feito com periodicidade anual na CAESA, com a finalidade de comprovar a quantidade e o valor dos bens patrimoniais do acervo existente em 31 de dezembro de cada exercício - constituído do inventário anterior e das variações patrimoniais ocorridas durante o exercício.

Considerando que dentre seus objetivos, o Inventário destina-se a:

- Apresentar uma visão da real situação dos bens existentes em estoque no Almoxarifado da Instituição;
- Identificar se os instrumentos de controles estão sendo atualizados constantemente e se conferem com o fechamento do exercício;
- Identificar os bens inservíveis, danificados, fora de uso e extraviados;
- Identificar se as quantidades estocadas correspondem aos registros e controles de estoque.

A Comissão designada pela Portaria nº 22/2022 – CAESA, que procedeu aos trabalhos de levantamento do estoque físico existente em almoxarifado em 31 de dezembro de 2021, em atendimento às normas vigentes, vem apresentar o Relatório de Inventário para apreciação e demais providências cabíveis.

Conforme constatações junto ao Serviço de Material – SERMAT/CAESA, os materiais em estoque estão classificados da seguinte forma:

- a) Material para o imobilizado;
- b) Material de expediente;
- c) Material hidráulico;
- d) Material para manutenção de veículos próprios;
- e) Material para manutenção;
- f) Produtos químicos;
- g) Material elétrico.

Na tabela a seguir apresentaremos os saldos de materiais em estoque na data base 31/12/2021, bem como os saldos apurados por esta Comissão.

Material	Saldo almoxarifado	Saldo apurado Comissão
Imobilizado	R\$ 136.842,17	R\$ 136.842,17
Expediente	R\$ 28.352,66	R\$ 28.360,64
Hidráulico	R\$ 2.796.484,33	R\$ 2.797.109,58
Manutenção veículos próprios	R\$ 1.806,80	R\$ 1.806,80
Manutenção	R\$ 3.546,15	R\$ 3.546,15
Produtos químicos	R\$ 3.295.234,26	R\$ 3.289.228,26
Material elétrico	R\$ 1.528,47	R\$ 1.528,47
Total	R\$ 6.263.794,84	R\$ 6.258.422,07

Para cada grupo de material apresentamos planilha discriminando os bens elencados no Relatório de Estoque do SERMAT, conciliados com os valores levantados por esta comissão, apontando as faltas e as sobras apuradas.

Diante do exposto, apresentamos o levantamento efetuado para análises e demais fins.

Macapá- AP, 27 de Abril de 2022.

COMISSÃO INVENTARIANTE 2021

ALEXANDRE BATISTA DA SILVA
PRESIDENTE

ALLAN JOSÉ FERREIRA VALENTE
MEMBRO

ELAINE DOS SANTOS NUNES
MEMBRO

JONILSON PIRES ALVES
MEMBRO

MARIA EDNA NUNES

PORTARIA Nº 65 CAESA, DE 03 DE MAIO DE 2022.

O PRESIDENTE DA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO AMAPÁ-CAESA, no uso das suas atribuições legais e estatutárias;

CONSIDERANDO a Portaria nº 22 de 23 de Fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **ALEXANDRE BATISTA DA SILVA**, Assessor da Diretoria Administrativa e Financeira; **ALLAN JOSE FERREIRA VALENTE** – Cadastrista e **ELAINE DOS SANTOS NUNES**, Gerente de Logística e Material, todos desenvolvendo suas atividades na Companhia, para sob a Presidência do primeiro, constituírem a Comissão encarregada de executar o levantamento Patrimonial e de Materiais pertencentes ao acervo da Companhia, para compor o inventário físico-financeiro correspondente ao ano base 2021, dando amplos poderes para realização dos serviços de levantamento em todas as unidades da Companhia, localizadas na capital e no interior do Estado do Amapá.

Art. 2º - Homologar a prorrogação do prazo determinado na Portaria nº 22/2022, por mais 30 (trinta) dias, para que a referida Comissão apresente relatório circunstanciado dos trabalhos, o prazo final encerra-se em 23/05/2022.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º - Revogar as disposições em contrário.

Dê-se Ciência e Cumpra-se.

Macapá/AP, 03 de Maio de 2022.


PROB
DIRAD


Valdinei Santana Amanajás
Diretor-Presidente

PORTARIA Nº. 22 CAESA, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022.

O PRESIDENTE DA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO AMAPÁ-
CAESA, no uso das suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **ALLAN JOSE FERREIRA VALENTE** – Cadastrista, **JONILSON PIRES ALVES**, Assistente Administrativo, **ALEXANDRE BATISTA DA SILVA**, Assessor da Diretoria Administrativa e Financeira e **ELAINE DOS SANTOS NUNES**, Gerente de Logística e Material, todos desenvolvendo suas atividades na Companhia, para sob a Presidência do primeiro, constituírem a Comissão encarregada de executar o levantamento Patrimonial e de Materiais pertencentes ao acervo da Companhia, para compor o inventário físico-financeiro correspondente ao ano base 2021, dando amplos poderes para realização dos serviços de levantamento em todas as unidades da Companhia localizadas na capital e no interior do Estado do Amapá.

Art. 2º - Determinar o prazo de 60 (sessenta) dias, para que a referida Comissão apresente relatório circunstanciado dos trabalhos realizados.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

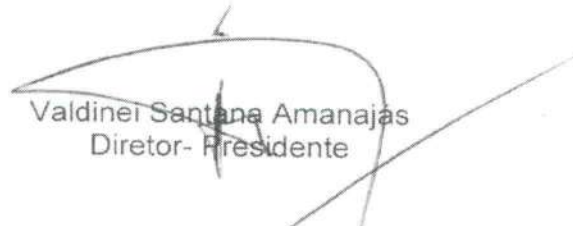
Art. 4º - Revogar as disposições em contrário.

Dê-se Ciência e Cumpra-se.

Macapá/AP, 23 de Fevereiro de 2022.



PRGB
DIRAD



Valdinei Santana Amanajas
Diretor- Presidente

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Companhia de Água e Esgoto do Amapá
Gerência de Recursos Humanos/GERHUM-CAESA
Avenida Ernesto Borges 222 Centro Macapá-AP

INVENTÁRIO DE MATERIAL DO ALMOXARIFADO - CAESA/2021

MATERIAIS EM ESTOQUE: 31/12/2021

MATERIAIS PARA IMOBILIZADO										
ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	CÓDIGO	ESTOQUE DO MATERIAL			COMISSÃO INVENTARIAL			FALTAS/SOBRAS	
			QUANT.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL	QUANT.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL	QUANT.	VALOR
1	Conjunto motobomba 200m W22 40 cv 4p 440v	21045	3	17.200	51.600,00	3	17.200,00	51.600,00	0	-
2	Conjunto motobomba sub mod BHS 412-4 3 cv	20339	1	1.917,23	1.917,23	1	1.917,23	1.917,23	0	-
3	motobomba DN 125-25 40 CV 3F 4P 4V 60HZ IP	21020	2	13.832,89	27.665,78	2	13.832,89	27.665,78	0	-
4	painel de comando CC/25CV	20646	1	2.014	2.014,00	1	2.014,00	2.014,00	0	-
5	painel de comando CCA/50CV	20645	1	9.539,40	9.539,40	1	9.539,40	9.539,40	0	-
6	painel de comando CCA/80 CV	20648	1	18.484,33	18.484,33	1	18.484,33	18.484,33	0	-
7	Painel elétrico trif.4cv 220v 60hz	21185	1	862,73	862,73	1	862,73	862,73	0	-
8	quadro de comando 30CV- 220V	838	4	2177,9	8.711,60	4	2.177,90	8.711,60	0	-
9	quadro de comando Aut. trif. 80 CV completo	20317	1	6528,2	6.528,20	1	6.528,20	6.528,20	0	-
10	quadro de comando p/ bomba de 1 1/2 CV	21056	1	518,9	518,90	1	518,90	518,90	0	-
11	quadro de partida 40 CV	21143	1	9000	9.000,00	1	9.000,00	9.000,00	0	-
TOTAL					136.842,17			136.842,17		-
MATERIAL DE EXPEDIENTE										
ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	CÓDIGO	ESTOQUE DO MATERIAL			COMISSÃO INVENTARIAL			FALTAS/SOBRAS	
			QUANT.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL	QUANT.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL	QUANT.	VALOR
1	Bobina de papel p/máquina autenticadora de caixa	955	42	4,52	189,84	42	4,52	189,84	0	-
2	Bobina p/calculadora 57x30	5278	210	2,16	453,60	210	2,16	453,60	0	-
3	Bobina p/máquina de calcular grande 9 cm	337	300	3	900,00	300	3	900,00	0	-
4	Bobinas térmicas 57x40mm	5250	1150	6,26	7.199,00	1150	6,26	7.199,00	0	-

[Handwritten signature]

5	Borracha branca	756	62	0,31	19,22	72	0,31	22,32	-10	-	3,10
6	Borracha colorida	1596	198	0,4	79,20	210	0,4	84,00	-12	-	4,80
7	Caneta bic	4135	399	0,49	195,51	399	0,49	195,51	0	-	-
8	Caneta marca texto	578	185	1,26	233,10	185	1,26	233,10	0	-	-
9	Caneta marca texto	617	1	6,08	6,08	1	6,08	6,08	0	-	-
10	Cartucho HP azul	5539	3	500	1.500,00	3	500	1.500,00	0	-	-
11	Clipe O/O	61165	2	2,5	5,00	2	2,5	5,00	0	-	-
12	Clipe niquelado 2/O	61166	34	2,4	81,60	34	2,4	81,60	0	-	-
13	Clipe niquelado 6/O	61169	3	2,9	8,70	3	2,9	8,70	0	-	-
14	Clipe niquelado 8/O	61170	41	3,2	131,20	41	3,2	131,20	0	-	-
15	Cola Branca	61261	9	2,4	21,60	9	2,4	21,60	0	-	-
16	Colchete	1495	58	5	290,00	58	5	290,00	0	-	-
17	Colchete nº 06	5156	56	8	448,00	56	8	448,00	0	-	-
18	Colchetes nº 10	1529	17	10,51	178,67	17	10,51	178,67	0	-	-
19	Elastico amarelo 100 GRS Pct c/120 Und	61172	53	2,9	153,70	53	2,9	153,70	0	-	-
20	Envelope Office	5151	837	0,43	359,91	837	0,43	359,91	0	-	-
21	envelope tamanho grande	588	830	0,49	406,70	830	0,49	406,70	0	-	-
22	envelope tamanho medio	577	290	0,46	133,40	290	0,46	133,40	0	-	-
23	Espiral 25mm	6059	2	28	56,00	2	28	56,00	0	-	-
24	espiral 29MM	6060	2	32,5	65,00	2	32,5	65,00	0	-	-
25	espiral 70MM	6058	1	23	23,00	1	23	23,00	0	-	-
26	espiral p/ encardenação	5995	1	18	18,00	1	18	18,00	0	-	-
27	estilete grande	1164	1	3,8	3,80	1	3,8	3,80	0	-	-
28	etiqueta A4 de 210 X 297MM	591	20	29	580,00	20	29	580,00	0	-	-
29	fita adesiva PP transparente	1298	13	4,9	63,70	13	4,9	63,70	0	-	-
30	fita dupla face	4136	4	4,77	19,08	4	4,77	19,08	0	-	-
31	fita durex grande transparente	1165	6	3,05	18,30	6	3,05	18,30	0	-	-
32	fita durex pequena	1166	18	4,65	83,70	18	4,65	83,70	0	-	-
33	fita p/ autenticadora selbeconta ref 1249	1329	10	6,84	68,40	10	6,84	68,40	0	-	-
34	grampeador metal p/ 240 folhas	6088	2	108	216,00	2	108	216,00	0	-	-
35	Grampo 26/6 c/5000 Und	61171	81	3,3	267,30	81	3,3	267,30	0	-	-
36	lapis	781	243	0,24	58,32	243	0,24	58,32	0	-	-
37	Livro ATA 100 Fls	61263	20	11,5	230,00	20	11,5	230,00	0	-	-
38	livro ata 200 folhas	6096	15	19,9	298,50	15	19,9	298,50	0	-	-
39	livro de protocolo	584	26	9,81	255,06	26	9,81	255,06	0	-	-

Handwritten signature and initials.

40	Papel A4 Branco 75 g	61175	381	19,53	7.440,93	381	19,53	7.440,93	0	-
41	papel cartão	1325	2	60	120,00	2	60	120,00	0	-
42	papel para lembrete com adesivo	592	9	4	36,00	9	4	36,00	0	-
43	papel ploter	1359	18	28	504,00	18	28	504,00	0	-
44	Pasta AZ lombo estreito	61173	19	8,4	159,60	19	8,4	159,60	0	-
45	pasta suspensa	586	122	4,41	538,02	122	4,41	538,02	0	-
46	pínel atômico	567	76	2,5	190,00	76	2,5	190,00	0	-
47	pínel marca CD	5155	1	4,55	4,55	1	4,55	4,55	0	-
48	Régua 30 cm	61262	2	0,75	1,50	2	0,75	1,50	0	-
49	régua 50CM	1207	1	3,99	3,99	1	3,99	3,99	0	-
50	tinta para carimbo	1496	84	5,19	435,96	84	5,19	435,96	0	-
51	unidade de fusão brother	6006	3	1200	3.600,00	3	1200	3.600,00	0	-
TOTAL					28.352,74			28.360,64	-	7,90

MATERIAL HIDRÁULICO

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	CÓDIGO	ESTOQUE DO MATERIAL		VALOR TOTAL	COMISSÃO INVENTARIAL		VALOR TOTAL	FALTAS/SOBRAS	
			QUANT.	VALOR UNIT. R\$		QUANT.	VALOR UNIT. R\$		QUANT.	VALOR
1	Adaptador compres.rosca/macho p/tubo PEAD	385	659	1	659,00	659	1	659,00	0	-
2	Adaptador de PBA x p/FOFO 250mm x 250 mm	2650	1	442,49	442,49	1	442,49	442,49	0	-
3	Adaptador de PVC DEFOFO de 110mmx100mm	372	6	158,99	953,94	6	158,99	953,94	0	-
4	Adaptador FOFO x PVC de 50 x 60mm	2650	2	30	60,00	2	30	60,00	0	-
5	Adaptador p/Lig. ramal predirral c/registro	3647	112	1,88	210,56	112	1,88	210,56	0	-
6	Adaptador soldavel 32x1	61128	38	4,29	163,02	38	4,29	163,02	0	-
7	Anel de borracha de FOFO p/tubo PVC PBA de 250	1009	574	8,6	4.936,40	574	8,6	4.936,40	0	-
8	Anel de borracha JGS p/ conexão FF DN 300m	176	41	31,65	1.297,65	41	31,65	1.297,65	0	-
9	Anel de borracha p/ tubo de esgoto DN 200mm	3261	52	2,03	105,56	57	2,03	115,71	-5	10,15
10	Anel de borracha p/conexão de FF DN 150mm	3227	156	6,18	964,08	156	6,18	964,08	0	-
11	Anel de borracha p/conexão de FF DN 200mm	3228	185	8,95	1.655,75	185	8,95	1.655,75	0	-
12	Anel de borracha p/conexão de FF DN 250mm	3229	106	19,81	2.099,86	108	19,81	2.139,48	-2	39,62
13	Anel de borracha p/tubo de FOFO DN 150mm	3668	347	6,96	2.415,12	347	6,96	2.415,12	0	-
14	Anel de borracha p/tubo de FOFO DN 200mm	170	694	6,1	4.233,40	694	6,1	4.233,40	0	-
15	Anel de borracha p/tubo de FOFO PVC DN 300mm	2026	78	17,03	1.328,34	80	17,03	1.362,40	-2	34,06
16	Anel de borracha p/tubo FF DN 400mm	2995	38	26,28	998,64	38	26,28	998,64	0	-
17	Anel de borracha p/tubo FF K7 JE PBF 350mm	2396	43	20,58	884,94	43	20,58	884,94	0	-
18	Anel de borracha p/tubo Vinilfort (Esgoto)	3906	51	1,28	65,28	51	1,28	65,28	0	-

Handwritten signature and initials.

19	Anel de borracha PBA de 110mm	140	260	3,49	907,40	260	3,49	907,40	0	-
20	Anel de borracha PBA de 160mm	148	38	6,58	250,04	38	6,58	250,04	0	-
21	Anel de borracha PBA de 85mm	26	634	2,78	1.762,52	634	2,78	1.762,52	0	-
22	Bucha de red. Galv. 2 1/2	2161	1	13,9	13,90	1	13,9	13,90	0	-
23	Bucha de red. JR de 1 1/2 x 3/4	1917	1	11,5	11,50	1	11,5	11,50	0	-
24	Bucha soldavel 50x32	61127	7	20,25	141,75	7	20,25	141,75	0	-
25	Cabo de aço galvanizado de 1/2	1997	680	52,73	35.856,40	680	52,73	35.856,40	0	-
26	Caixa p/ hidrometro muro	6144	8952	16,55	148.155,60	8952	16,55	148.155,60	0	-
27	Caixa p/ hidrometro p/calçada	6145	3957	15,86	62.758,02	3957	15,86	62.758,02	0	-
28	Canto 90 FG de 6	2658	1	163,31	163,31	1	163,31	163,31	0	-
29	Canto PVC JR de 1	839	6	2,59	15,54	6	2,59	15,54	0	-
30	Canto PVC JS de 20mm	3956	148	0,66	97,68	250	0,66	165,00	-102	67,32
31	Canto PVC JS de 25mm	3191	4	0,84	3,36	4	0,84	3,36	0	-
32	Canto PVC JS de 32mm	4141	5	1,8	9,00	5	1,8	9,00	0	-
33	Canto PVC JS de 50mm	4054	9	7,21	64,89	9	7,21	64,89	0	-
34	Cap PVC JR de 1	3131	22	0,97	21,34	22	0,97	21,34	0	-
35	Cap PVC JR de 3/4	19	226	1,22	275,72	226	1,22	275,72	0	-
36	Cap PVC JS de 20mm 1/2	3481	356	19,28	6.863,68	356	19,28	6.863,68	0	-
37	Cap PVC JS de 25mm 3/4	3482	373	1,02	380,46	453	1,02	462,06	-80	81,60
38	Colar de tomada contra perdas 50x 1/2mm	1648	105	7,74	812,70	105	7,74	812,70	0	-
39	Colar de tomada de 60mmx1/2	1996	912	8,09	7.378,08	912	8,09	7.378,08	0	-
40	Colar de tomada p/tubo Pead de 63mm	394	1307	11,15	14.573,05	1307	11,15	14.573,05	0	-
41	Colar de tomada Pead 40mm x 1/2	5740	244	49	11.956,00	244	49	11.956,00	0	-
42	Colar de tomada Pead de 90 x 1/2mm	1631	19	15,56	295,64	19	15,56	295,64	0	-
43	Conector duplo	1925	8	5,6	44,80	8	5,6	44,80	0	-
44	Conector p/haste terra	2296	1	2,9	2,90	1	2,9	2,90	0	-
45	Cruzeta de PVC JE de 110mm	856	13	84,23	1.094,99	14	84,23	1.179,22	-1	84,23
46	Cruzeta de PVC JE de 85mm	2591	27	43,3	1.169,10	27	43,3	1.169,10	0	-
47	Cruzeta de redução de FF JE BBBBDN 150mmx85	3253	12	126	1.512,00	12	126	1.512,00	0	-
48	Cruzeta de redução de FF xPBA 150mmx50mm	2568	5	114,95	574,75	5	114,95	574,75	0	-
49	Cruzeta de redução de FOFO JE BBB 150x110mm	2612	4	300	1.200,00	4	300	1.200,00	0	-
50	Cruzeta de redução de PVC de FOFO JE 200x100	2171	8	0,01	0,08	9	0,01	0,09	-1	0,01
51	Cruzeta de redução de PVC JE 200x110mm	172	6	76,01	456,06	6	76,01	456,06	0	-
52	Cruzeta de redução de PVC JE de 110mmx60mm	1776	58	58,04	3.366,32	58	58,04	3.366,32	0	-
53	Cruzeta de redução de PVC JE de 110mmx85mm	3231	60	66,27	3.976,20	60	66,27	3.976,20	0	-
54	Cruzeta de redução FF 150x100mm	5486	4	305	1.220,00	4	305	1.220,00	0	-

Handwritten signature

Handwritten signature

55	Curva 45º FF c/bolsas DN 200MM	5634	1	297	297,00	1	297	297,00	0	-
56	curva 90º FF flange 80MM	5495	9	81,76	735,84	9	81,76	735,84	0	-
57	curva 90º c/ flange de 200MM	5628	10	403,52	4.035,20	10	403,52	4.035,20	0	-
58	curva bolsa C90JGS c/ anel 150MM FF	5235	7	288,57	2.019,99	7	288,57	2.019,99	0	-
59	curva de 11 de FF JGS c/ anel de 150MM	4238	4	410,48	1.641,92	4	410,48	1.641,92	0	-
60	curva de 90 de FF DN 200MM	2706	6	297	1.782,00	6	297	1.782,00	0	-
61	curva de 90 de FF JE 600MM com anel	174	1	5098	5.098,00	1	5098	5.098,00	0	-
62	curva ferro galvanizado 3 90º	6103	9	72,22	649,98	9	72,22	649,98	0	-
63	curva flange C90 FF 10 15MM	5242	9	275,92	2.483,28	9	275,92	2.483,28	0	-
64	curva flange C90 FF10 150MM	5237	5	340,28	1.701,40	5	340,28	1.701,40	0	-
65	Curva PVC 90 graus roscavel 1/2	61201	200	3,68	736,00	200	3,68	736,00	0	-
66	Curva PVC 90 graus roscavel 3/4	61202	100	4,37	437,00	100	4,37	437,00	0	-
67	Derivação broca p/tubo Pead 3/4 x 20mm	3794	2970	3,41	10.127,70	2970	3,41	10.127,70	0	-
68	extremidade BF/FF 100MM	2725	5	123,2	616,00	5	123,2	616,00	0	-
69	extremidade de FF JE BF DN 150MM	2679	9	162,76	1.464,84	9	162,76	1.464,84	0	-
70	extremidade FF bolsa x flange DN 300MM	5643	1	620,7	620,70	1	620,7	620,70	0	-
71	extremidade FF flangeada DN 300MM	5646	5	904,22	4.521,10	5	904,22	4.521,10	0	-
72	extremidade FF flangeada DN 150MM	5644	6	310,53	1.863,18	6	310,53	1.863,18	0	-
73	extremidade FF ponta x flange 600MM	5673	1	3195	3.195,00	1	3195	3.195,00	0	-
74	extremidade FF ponta x flange DN 200MM	5641	6	526,09	3.156,54	6	526,09	3.156,54	0	-
75	extremidade flange bolsa 500 MM'	5240	1	1380	1.380,00	1	1380	1.380,00	0	-
76	extremidade flange e ponta FF 800MM	5496	3	3061,47	9.184,41	3	3061,47	9.184,41	0	-
77	extremidade flange x bolsa 200MM	5231	6	315,88	1.895,28	6	315,88	1.895,28	0	-
78	Ferramentas p/manutenção e ajustes	611257	1	557,76	557,76	1	557,76	557,76	0	-
79	Filtro geomecanico nervurado DN 200mmx4m	1812	10	1120,74	11.207,40	10	1120,74	11.207,40	0	-
80	flange cego DN 1000MM	5498	3	4681	14.043,00	3	4681	14.043,00	0	-
81	flange cego DN 600MM	5499	3	1111,5	3.334,50	3	1111,5	3.334,50	0	-
82	flange cego FF 600MM	5679	2	1992,58	3.985,16	2	1992,58	3.985,16	0	-
83	hidrante subterrâneo	1562	1	2376,5	2.376,50	1	2376,5	2.376,50	0	-
84	junta gibault 250MM	4116	5	471,43	2.357,15	5	471,43	2.357,15	0	-
85	junta gibault DN 400MM	2949	5	1041,91	5.209,55	5	1041,91	5.209,55	0	-
86	junta gibault DN 500MM	2309	1	1735,17	1.735,17	1	1735,17	1.735,17	0	-
87	junta gibault FF K7 de 350MM	2310	2	302,49	604,98	2	302,49	604,98	0	-
88	junta gibault DN 300MM	1737	12	620,03	7.440,36	12	620,03	7.440,36	0	-
89	junta gibault DN 200MM	1642	4	320	1.280,00	4	320	1.280,00	0	-

Handwritten signature

Handwritten signature

90	junta gilbolt de 100MM	1245	3	143,9	431,70	3	143,9	431,70	0	-
91	kit cavalete PP 1/2	3801	350	18,05	6.317,50	350	18,05	6.317,50	0	-
92	Luva de correr DEFOFO JE DN 300mm	2726	16	481,43	7.702,88	16	481,43	7.702,88	0	-
93	Luva de correr DEFOFO PVC JE DN 100MM	61190	7	114,78	803,46	7	114,78	803,46	0	-
94	Luva de correr DEFOFO PVC JE DN 200MM	61188	1	293,59	293,59	1	293,59	293,59	0	-
95	luva de correr PVC PBA DN 200MM	1831	39	164,58	6.418,62	39	164,58	6.418,62	0	-
96	luva de correr PVC PBA JE de 85MM	2055	76	21,29	1.618,04	76	21,29	1.618,04	0	-
97	Luva de correr PVC PBA JE DN 75/85mm	1549	1	20,55	20,55	2	20,55	41,10	-1	20,55
98	luva de emenda de 95MM	5960	20	4,52	90,40	20	4,52	90,40	0	-
99	luva de FG 1.1/4"	90	5	6,21	31,05	8	6,21	49,68	-3	18,63
100	luva de FG DN 6	761	4	136	544,00	4	136	544,00	0	-
101	luva de redução 1 x 1/4x2	6018	1	12,7	12,70	1	12,7	12,70	0	-
102	luva de redução 2 x 3/4	1725	2	4,5	9,00	12	4,5	54,00	-10	45,00
103	luva de redução de FG de 3x2	1037	3	25,57	76,71	3	25,57	76,71	0	-
104	luva de redução soldavel 25MM x 20MM	4044	48	0,95	45,60	48	0,95	45,60	0	-
105	luva p/ eletrodo de 3	3116	5	8,9	44,50	5	8,9	44,50	0	-
106	luva PVC JR de 2"	1333	4	19	76,00	4	19	76,00	0	-
107	luva PVC JR de 3/4	1311	384	1,57	602,88	384	1,57	602,88	0	-
108	luva sold. c/ rosca de 20 x 1/2MM	3544	115	0,8	92,00	148	0,8	118,40	-33	26,40
109	luva soldavel 25 x 3/4	6097	134	0,95	127,30	134	0,95	127,30	0	-
110	luva união de compressão p/ tubo PEAD de 20MM	402	2980	1,66	4.946,80	3000	1,66	4.980,00	-20	33,20
111	luvas 25 x 1/2 soldavel	6073	99	1,16	114,84	155	1,16	179,80	-56	64,96
112	medidor corona MV2 QN 1.5 B 15/165 prisma	5470	4933	52,14	257.206,62	4933	52,14	257.206,62	0	-
113	medidor hidrometro MV2 QN 1.5 B 20/190 TO45 AZ	5365	23581	46,47	1.095.809,07	23581	46,47	1.095.809,07	0	-
114	Medidor hidrometro V3 QN 2,5 C 20/190	5364	4132	49,88	206.104,16	4132	49,88	206.104,16	0	-
115	niple de FG de 4	889	1	21,51	21,51	1	21,51	21,51	0	-
116	niple de FG de 5	771	1	92,2	92,20	1	92,2	92,20	0	-
117	niple de PVC JR de 1/2	74	15	0,56	8,40	15	0,56	8,40	0	-
118	niple de PVC JR de 3/4	73	1	0,76	0,76	3	0,76	2,28	-2	1,52
119	oleo hidraulico	5560	16	18,62	297,92	16	18,62	297,92	0	-
120	oleo hidraulico	6015	10	10,83	108,30	10	10,83	108,30	0	-
121	placa de redução DN 200 x 80 MM	5503	9	209,6	1.886,40	9	209,6	1.886,40	0	-
122	Q-Ssequest 65 solido BB 40 KG (polifosfato)	5393	2550	13,5	34.425,00	2550	13,5	34.425,00	0	-
123	redução 300 x 150	61152	1	773,33	773,33	1	773,33	773,33	0	-

ma

Plano de Trabalho

124	redução 400x200	61151	1	1009,52	1.009,52	1	1009,52	1.009,52	0	-
125	redução concentrada c/ falanges FF 250x150MM	5668	4	424,05	1.696,20	4	424,05	1.696,20	0	-
126	redução concentrada c/ flanges FF 300x200MM	5669	2	612	1.224,00	2	612	1.224,00	0	-
127	redução concentrada DN 400x250MM	3405	2	2158,15	4.316,30	2	2158,15	4.316,30	0	-
128	redução concentrada FF c flanges 300x250MM	5670	5	919,15	4.595,75	5	919,15	4.595,75	0	-
129	redução de compressão p/ tubo PEAD de 32MM	405	9	4,85	43,65	9	4,85	43,65	0	-
130	redução de PVC DEFOFO PBA JE 300x60MM	4117	1	395	395,00	1	395	395,00	0	-
131	redução de PVC DEFOFO x PBA JE PB DN 200 X 110MM	3896	1	140,96	140,96	1	140,96	140,96	0	-
132	Redução de PVC JE de 110mmx60mm	2070	86	23,41	2.013,26	86	23,41	2.013,26	0	-
133	Redução de PVC JE de 110mmx85mm	1074	34	22,57	767,38	34	22,57	767,38	0	-
134	redução excêntrica c/ flange FF DN 150x80MM	5505	1	140,83	140,83	1	140,83	140,83	0	-
135	redução FF A50x100MM	61155	10	171,43	1.714,30	10	171,43	1.714,30	0	-
136	redução FF DN 300 x 200MM	4229	2	447,61	895,22	2	447,61	895,22	0	-
137	redução FF PBA JE DN 100MM x 60MM	3011	4	35	140,00	4	35	140,00	0	-
138	redução PON bolsa RPBIGS 200x 150	5222	1	363,14	363,14	1	363,14	363,14	0	-
139	redução ponta e bolsa RPBIGS 300x 200MM	5221	1	263,46	263,46	1	263,46	263,46	0	-
140	registro chato flange cabeçote DN 100MM	4259	4	730	2.920,00	4	730	2.920,00	0	-
141	registro de esfera soldável alavanca movi	61129	30	92,06	2.761,80	30	92,06	2.761,80	0	-
142	registro de ferro com alavanca 1 1/2	5818	7	338,37	2.368,59	7	338,37	2.368,59	0	-
143	registro de gaveta FF 200MM C/ bolsas	5703	1	1490	1.490,00	1	1490	1.490,00	0	-
144	registro esfera plast. c/ união 50MM	1480	21	81,55	1.712,55	21	81,55	1.712,55	0	-
145	registro gaveta tipo chato c/ bolsa de 250MM F	952	1	1827	1.827,00	1	1827	1.827,00	0	-
146	registro GC FLS E cunha emborrada FF DN150MM	5520	2	1387	2.774,00	2	1387	2.774,00	0	-
147	registro RAP passeio p/ tubo PEAD de 20MM	381	935	4,4	4.114,00	935	4,4	4.114,00	0	-
148	regulador 1/2	2378	2	626,48	1.252,96	2	626,48	1.252,96	0	-
149	revestimento geomecanico DN 300MM x 2M	1794	10	349,52	3.495,20	10	349,52	3.495,20	0	-
150	revestimento geomecanico nerv. DN 200MM x 4	1814	21	881	18.501,00	21	881	18.501,00	0	-
151	tampa da válvula P-37687	1617	2	400	800,00	2	400	800,00	0	-
152	TE bol TJGS x 200MM	5226	1	1719,05	1.719,05	1	1719,05	1.719,05	0	-
153	TE bolsa x flange 500x 100MM	5790	3	1909,58	5.728,74	3	1909,58	5.728,74	0	-
154	TE c/ bolsa e flange FF DN 800 x 600MM	5507	1	7698,98	7.698,98	1	7698,98	7.698,98	0	-
155	TE com bolsa 500 x 200MM	5791	1	1770,12	1.770,12	1	1770,12	1.770,12	0	-
156	TE com bolsa 500 x 300MM	5792	1	1770,12	1.770,12	1	1770,12	1.770,12	0	-

Handwritten signature/initials

Handwritten signature/initials

157	TE de compressão p/ tubo PEAD de 63MM	379	10	49	490,00	12	49	588,00	-2	-	98,00
158	TE de FF DN 150MM x 150MM	2585	4	397,14	1.588,56	4	397,14	1.588,56	0	0	-
159	TE de FF JE BBB DN 250MM	2708	1	1070,48	1.070,48	1	1070,48	1.070,48	0	0	-
160	TE de FG DN 3	2959	15	253,78	3.806,70	15	253,78	3.806,70	0	0	-
161	Te de PVC JE DN 100mmx75mm	1811	48	90	4.320,00	48	90	4.320,00	0	0	-
162	Te de Pvc JE DN 100mmx75mm	1811,1	1	108,2	108,20	1	108,2	108,20	0	0	-
163	TE de redução DEFOFO x PBA BBB DN 150 x 75MM	3346	1	356,19	356,19	1	356,19	356,19	0	0	-
164	TE de redução FF FFF 300MM x 150MM	4250	2	790,86	1.581,72	2	790,86	1.581,72	0	0	-
165	TE de redução JE de 160MM x 110MM	1893	10	74,5	745,00	10	74,5	745,00	0	0	-
166	TE E.F 300 x 100 JGS	6149	8	368,17	2.945,36	8	368,17	2.945,36	0	0	-
167	TE FF 150 x 100MM	61154	1	380	380,00	1	380	380,00	0	0	-
168	TE FF 250 x 100	6148	4	880	3.520,00	4	880	3.520,00	0	0	-
169	TE FF c/ bolsas 500 x 200MM	5662	1	2732,93	2.732,93	1	2732,93	2.732,93	0	0	-
170	TE FF c/ flanges 600MM	5664	1	8408,46	8.408,46	1	8408,46	8.408,46	0	0	-
171	TE FF com bolsas DN 150 MM	5638	7	397,15	2.780,05	7	397,15	2.780,05	0	0	-
172	TE flangeado FF DN 1000 x 200MM	5508	1	9120	9.120,00	1	9120	9.120,00	0	0	-
173	TE flangeado FF DN 400MM	5511	1	1555,66	1.555,66	1	1555,66	1.555,66	0	0	-
174	TE flangeado FF DN 1000 x 400MM	5509	1	9330	9.330,00	1	9330	9.330,00	0	0	-
175	TE FOFO JE BBB DN 200 x 100MM	2696	2	364,84	729,68	2	364,84	729,68	0	0	-
176	TE JE FF DN 300MM x 200MM	1749	1	923,52	923,52	1	923,52	923,52	0	0	-
177	TE JGS 150MM FF com anéis	4251	11	248	2.728,00	11	248	2.728,00	0	0	-
178	TE JGS FF 200MM com anel	4249	7	434	3.038,00	7	434	3.038,00	0	0	-
179	TE JGS FF 200MM x 150MM	4248	1	557,33	557,33	1	557,33	557,33	0	0	-
180	TE JS de 32MM	4145	3	27,88	83,64	3	27,88	83,64	0	0	-
181	Te PBA 110mm	5344	11	92,81	1.020,91	11	92,81	1.020,91	0	0	-
182	Te PBA 110mm	5344,1	4	72,6	290,40	4	72,6	290,40	0	0	-
183	Te PBA 85mmx60mm	5345	48	48,79	2.341,92	48	48,79	2.341,92	0	0	-
184	TE PVC de redução de FF x PBA JE BBB DN 200MM X	166	2	273,33	546,66	2	273,33	546,66	0	0	-
185	TE PVC JE BBB DN 100MM	2694	12	29	348,00	12	29	348,00	0	0	-
186	TE PVC JS DE 20MM ou 1/2	4045	7	8,45	59,15	7	8,45	59,15	0	0	-
187	Te PVC PBA DN 50/60mm	5346	10	15,68	156,80	10	15,68	156,80	0	0	-
188	TE redução PVC BBB JE de 110 x 85MM	5461	51	2,11	107,61	51	2,11	107,61	0	0	-
189	Te redução PVC JE 110x60mm	2318	51	57,64	2.939,64	51	57,64	2.939,64	0	0	-
190	Te redução soldavel 110x85 PBA	61133	2	77,8	155,60	2	77,8	155,60	0	0	-
191	TE soldavel de 85MM	5106	2	52	104,00	2	52	104,00	0	0	-
192	toco c/ flange 200MM L=0,70M	5769	7	727,94	5.095,58	7	727,94	5.095,58	0	0	-

Imagem

Imagem

Imagem

193	toco c/ flange 500MM L=0.50M	5797	1	3169,54	3.169,54	1	3169,54	3.169,54	0	-
194	toco c/ flange e ABA 600MM L=0.70M	5796	2	4919	9.838,00	2	4919	9.838,00	0	-
195	toco com flange FF 600MM L=0,50	5677	3	4307,92	12.923,76	3	4307,92	12.923,76	0	-
196	toco FF c/ flange 200MM L=0.50M	5675	1	983,39	983,39	1	983,39	983,39	0	-
197	toco FF c/ flange 300MM L=0,50	5676	3	1340	4.020,00	3	1340	4.020,00	0	-
198	toco flange FF DN 150MM L=0.25M	5512	3	278,78	836,34	3	278,78	836,34	0	-
199	toco flange FF DN 250MM L=0.25M	5513	2	380,93	761,86	2	380,93	761,86	0	-
200	toco flange FF DN 400MM L=0.50MM	5515	1	1013,53	1.013,53	1	1013,53	1.013,53	0	-
201	tubete curto p/ HID 1/2 em PP s/ isento	5377	78	2	156,00	78	2	156,00	0	-
202	tubete curto usinado P/ HID 3/4	5368	42046	2,02	84.932,92	42046	2,02	84.932,92	0	-
203	tubete usinado p/ HID 1/2	5379	33084	2,09	69.145,56	33084	2,09	69.145,56	0	-
204	tubo p/ esgoto ocre 400MM	5164	14	1452,7	20.337,80	14	1452,7	20.337,80	0	-
205	Tubo PTA-BOL TK7 JGS 800x7m com anel AGSSBR	5460	105	2446,95	256.929,75	105	2446,95	256.929,75	0	-
206	Tubo PVC DEFOFO 300mm	5516	3	1440,99	4.322,97	3	1440,99	4.322,97	0	-
207	Tubo PVC DEFOFO de 150MM	2642	58	520,04	30.162,32	58	520,04	30.162,32	0	-
208	Tubo PVC DEFOFO de 300mm	2645	30	711,25	21.337,50	30	711,25	21.337,50	0	-
209	Tubo PVC JE de 85mm/75mm	458	68	82,07	5.580,76	68	82,07	5.580,76	0	-
210	tubo TK7 JGS de 200MM c/ anel	1439	6	278	1.668,00	6	278	1.668,00	0	-
211	união PP-20MM (código UH20)	3834	338	1,37	463,06	338	1,37	463,06	0	-
212	união reta OEAD 32MM	5737	75	10,09	756,75	75	10,09	756,75	0	-
213	união reta PEAD 20MM	5736	239	4,21	1.006,19	239	4,21	1.006,19	0	-
214	união reta PEAD 40MM	5738	46	34,3	1.577,80	46	34,3	1.577,80	0	-
215	união reta PEAD 63MM	5739	14	39,2	548,80	14	39,2	548,80	0	-
216	união sólido de 40MM 1.1/2	3217	2	19,8	39,60	2	19,8	39,60	0	-
217	valeiro de 150MM	5171	5	776,69	3.883,45	5	776,69	3.883,45	0	-
218	valeiro de 250MM	5170	2	1866,05	3.732,10	2	1866,05	3.732,10	0	-
219	valvula borboleta c/ volante FF 200	5656	3	595,87	1.787,61	3	595,87	1.787,61	0	-
220	valvula borboleta VBFWVC 300MM	5215	1	6128	6.128,00	1	6128	6.128,00	0	-
221	valvula de pé c/ crivo de 3"	1243	4	173,03	692,12	4	173,03	692,12	0	-
222	valvula de retenção horizontal de 4	2179	3	230,47	691,41	3	230,47	691,41	0	-
223	Valvula FF gaveta Flanges c/volante 150mm	5655	5	971,28	4.856,40	5	971,28	4.856,40	0	-
224	valvula gaveta c/ flange 100MM	5794	1	387,62	387,62	1	387,62	387,62	0	-
225	válvula ret. horizontal	639	4	373,12	1.492,48	4	373,12	1.492,48	0	-
226	ventosa triplice VTF10	5793	3	820	2.460,00	3	820	2.460,00	0	-
227	ventosa VTF 10 de 200MM	1443	3	2528,54	7.585,62	3	2528,54	7.585,62	0	-
TOTAL					2.796.484,33			2.797.109,58		625,25

MATERIAL P/MANUTENÇÃO VEÍCULOS PRÓPRIOS

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	CÓDIGO	ESTOQUE DO MATERIAL		COMISSÃO INVENTARIAL		FALTAS/SOBRAS	
			QUANT.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL	QUANT.	VALOR TOTAL	VALOR
1	OLEO 2 TEMPOS	2383	4	14,20	56,80	4	56,80	-
2	CAMARA DE AR 14 X 9 X 24	2835	4	50,00	200,00	4	200,00	-
3	CAMARA DE AR 16 L 395	2836	5	30,00	150,00	5	150,00	-
4	PNEU TRAZEIRO P/ MOTO ARO 18	5574	2	175,00	350,00	2	350,00	-
5	PNEU DIANTEIRO P/ MOTO ARO 18	5575	3	230,00	690,00	3	690,00	-
6	OLEO LUBRIFICANTE 20 W 50 P/ MOTOR	5592	18	20,00	360,00	18	360,00	-
TOTAL					1.806,80		1.806,80	-

MATERIAL P/MANUTENÇÃO

MATERIAL P/MANUTENÇÃO													
ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL			CÓDIGO		ESTOQUE DO MATERIAL			COMISSÃO INVENTARIAL			FALTAS/SOBRAS		
ÍTEM			QUANT.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL	QUANT.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL	QUANT.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL	QUANT.	VALOR
1	OLEO HAVOLINE		1	12,68	12,68				1	12,68	12,68	0	-
2	OLEO URSAL ED-40		60	18,00	1.080,00				60	18,00	1.080,00	0	-
3	GRAXA AZUL		61	32,00	1.952,00				61	32,00	1.952,00	0	-
4	GRAXA AMARELA ALTA TEMPERATURA		16	30,17	482,72				16	30,17	482,72	0	-
5	PLACA CEGA 4 X 2		5	1,50	7,50				5	1,50	7,50	0	-
6	PLACA CEGA 4 X 4		3	3,75	11,25				3	3,75	11,25	0	-
TOTAL								3.546,15			3.546,15		-
PRODUTOS QUÍMICOS													
ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL			CÓDIGO		ESTOQUE DO MATERIAL			COMISSÃO INVENTARIAL			FALTAS/SOBRAS		
ÍTEM			QUANT.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL	QUANT.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL	QUANT.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL	QUANT.	VALOR
1	Cal hidratada		4620	1,3	6.006,00				0	1,3	-	4620	6.006,00
2	Cloro liquefeito		16579	22,74	377.006,46				16579	22,74	377.006,46	0	-
3	Fluossilicato de sodio		975	7,89	7.692,75				975	7,89	7.692,75	0	-
4	Hipoclorito Cálcio em Partilha		2275	21,82	49.640,50				2275	21,82	49.640,50	0	-
5	hipoclorito de Cálcio (Hipocal)		32000	18,45	590.400,00				32000	18,45	590.400,00	0	-
6	Hipoclorito de cálcio (Hipocal)		69250	9,24	639.870,00				69250	9,24	639.870,00	0	-
7	Ortopolifosfato de sódio		2950	20,4	60.180,00				2950	20,4	60.180,00	0	-
8	Polimero não ionico		170	36,8	6.256,00				170	36,8	6.256,00	0	-
9	Sulfato de Alumínio Isento de ferro granulado		34350	2,82	96.867,00				34350	2,82	96.867,00	0	-
10	Sulfato de alumínio liquido corrosivo		606355	2,41	1.461.315,55				606355	2,41	1.461.315,55	0	-
TOTAL								3.295.234,26			3.289.228,26		6.006,00
MATERIAL ELÉTRICO													
ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL			CÓDIGO		ESTOQUE DO MATERIAL			COMISSÃO INVENTARIAL			FALTAS/SOBRAS		
ÍTEM			QUANT.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL	QUANT.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL	QUANT.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL	QUANT.	VALOR
1	CHAVE MAGNÉTICA DE 220 CV 5 HP		1	730,00	730,00				1	730,00	730,00	0	-
2	ELETRO RIGIDO DN 3		15	37,75	566,25				15	37,75	566,25	0	-
3	RELE TEMPORIZADOR 0-30		2	116,11	232,22				2	116,11	232,22	0	-
TOTAL								1.528,47			1.528,47		-
TOTAL GERAL								6.263.794,92			6.258.421,99		

INTEGRANTES DA COMISSÃO DE 2021

Alexandre de Batistoda Silva

ALEXANDRE BATISTA DA SILVA

Elaine dos Santos Nunes

ELAINE DOS SANTOS NUNES

Allan José Ferreira Valente

ALLAN JOSÉ FERREIRA VALENTE

MEMBRO

ANEXO IV

RELAÇÃO DE LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADE

1 – Concorrência

Item	Modalidade	Critério de Julgamento	Data Publicação	Data da Licitação	Data Homologação	Objeto	Fonte de Recurso	Empresa Adjudicada	Nº Contrato	Valor Global do Contrato
1	Edital De Concorrência Nº 001/2021– CAESA/AP Proc. Adm. nº 200201.0005.2 285.0050/2020- DIRTE/CAESA	MENOR PREÇO GLOBAL, regime de execução indireta, empreitada por preço unitário	DOE nº 7.465 de 21/07/2021 e DOU nº 137 de 22/07/2021 e Jornal A Gazeta em 18/19 de 2021	24/08/2021	-	Execução das Obras de Ampliação do Sistema Coletor de Esgotamento Sanitário de Macapá/AP- Bacia Mulheres-Sub-Bacia B	Termo de Compromisso - Contrato De Repasse nº 094.274-06-99/Ministério do Desenvolvimento Regional/CAIXA, com contrapartida do Tesouro Estadual, natureza da despesa-459065 – Constituição ou Aumento de Capital, Fonte 107 e 174.	Licitação Deserta. Não houve repetição.	-	-

2 – Pregão Presencial

Item	Modalidade	Critério de Julgamento	Data Publicação	Data da Licitação	Data Homologação	Objeto	Fonte de Recurso	Empresa Adjudicada	Nº Contrato	Valor Global do Contrato
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

3 - Pregão Eletrônico

Item	Modalidade	Critério de Julgamento	Data Publicação	Data da Licitação	Data Homologação	Objeto	Fonte de Recurso	Empresa Adjudicada	Nº Contrato	Valor Global do Contrato
1	Pregão Eletrônico nº 001/2021- GERAP/NULIC/CAESA Proc. Adm. nº 200201.0005.2286. 0159/2020- DIROP/CAESA	Menor preço global	DOE nº 7.400 de 19/04/2021 e Jornal A Gazeta em 16/04/2021	30/04/2021	20/08/2021	AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO, para bombas dosadoras de produtos químicos modelo GR11-250 – GIROMATIC, da marca FILTRÁGUA, pertencentes à Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA.	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente.	HT EQUIPAMENTOS EIRELI	005/2021	385.480,00
2	Pregão Eletrônico nº 0002/2021 - NULIC/CAESA Proc. Adm. nº 200201.0005.2625. 0005/2021-CAESA	Menor preço global, exclusivo para ME e EPP,	DOE nº 7.370 de 09/03/2021 e Jornal A Gazeta em	22/03/2021	21/05/2020	Prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis do exercício 2020 na Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA, com emissão de	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de	CONSULT – Auditores Independentes	003/2021	50.000,00

		regime de execução indireta, empreitada por preço global	09/03/2021			Relatório Prévio com possíveis inconsistências para correção/tomada de providências e emissão de parecer e relatório de auditoria e controle interno.	cliente.			
3	Pregão Eletrônico nº 003/2021-GERAP/NULIC/CAESA Proc. Adm. nº 200201.0005.2637.0004/2020-GERSET/CAESA	MENOR PREÇO GLOBAL	DOE nº 7.463 de 19/07/2021 e Jornal A Gazeta em 18/19 de julho de 2021	04/08/2021	-	ELABORAR O PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS – PPRA, PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL – PCMSO, PERFIL PROFISSIONAL PREVIDENCIÁRIO – PPP, EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS DO PCMSO E O LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO – LTCAT, para equipar os colaboradores da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO AMAPÁ – CAESA quanto uma melhor condição ambiental em seu local de trabalho da capital e municípios do interior do Estado do Amapá.	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente.	Licitação Fracassada	-	-
4	Repetição Pregão Eletrônico nº 003/2021-GERAP/NULIC/CAESA Proc. Adm. nº 200201.0005.2637.0004/2020-GERSET/CAESA	MENOR PREÇO GLOBAL	DOE nº 7.513 de 28/09/2021 e Jornal A Gazeta em 30/09/2021	14/10/2021	-	ELABORAR O PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS – PPRA, PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL – PCMSO, PERFIL PROFISSIONAL PREVIDENCIÁRIO – PPP, EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS DO PCMSO E O LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO – LTCAT, para equipar os colaboradores da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO AMAPÁ – CAESA quanto uma melhor condição ambiental em seu local de trabalho da capital e municípios do interior do	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente.	Licitação Suspensa Termo de Referência enviado ao setor de origem para as adequações necessárias	-	-

						Estado do Amapá.				
5	Pregão Eletrônico n.º 004/2021 - GERLOM/CAESA Proc. Adm. n.º 200201.0005.2481. 0032/2020- GERLOM/CAESA	Menor Preço Por Item	DOE n.º 7.528 21/10/2021 e Jornal A Gazeta em 21/10/2021	09/11/2021	Documentos de habilitação e Proposta de Preços em análise	AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS para utilização nos veículos integrantes da frota da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO AMAPÁ - CAESA	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente.			
6	Pregão Eletrônico n.º 005/2021 – GERAP/NULIC/CA ESA Proc. Adm. n.º 200201.0005.2481. 0001/2021– GERLOM/CAESA	Menor Preço Por Item	DOE n.º 7.503 14/09/2021 e Jornal A Gazeta em 03/09/2021	28/09/2021	16/11/2021	Registro de preços para aquisição de materiais de limpeza, visando atender as necessidades da Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA.	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente.	A. C. DA S. PINTO – ME (itens 01, 03, 06, 07, 08, 10, 13, 14, 23 e 29) A. N. GOMES EIRELI (itens 02, 09, 18, 20, 24, 25 e 26) A. SALOMAO DE ALMEIDA – ME (itens 27 e 28), F. B. MOREIRA EIRELLI – ME (itens 04, 17 e 19) M. RODRIGUES CARDOSO (itens 05, 11, 15, 16 e 22)	--	37.381,52 22.836,08 39.300,00 10.849,36 37.131,60
7	Pregão Eletrônico n.º 006/2021 - GERAP/NULIC/CA ESA Proc. Adm. n.º 200201.0077.2286. 0086/2021 – DIROP/CAESA	Menor Preço Global Do Lote	DOE n.º 7.504 15/09/2021 e Jornal A Gazeta em 10/09/2021	29/09/2021	12/11/2021	Formação de registro de preços para aquisição de caixas d'água de 5.000 litros, a fim de atender as necessidades de abastecimento de água do Distrito de SUCURIJU, de responsabilidade da Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA.	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente.	R. M. TRINDADE EIREL	ARP N.º 01/2021	345.000,00
8	Pregão Eletrônico n.º 007/2021 – GERAP/NULIC/CA ESA Proc. Adm. n.º 200201.0005.2286. 0015/2021 - DIROP/CAESA	Menor Preço Por Lote	DOE n.º 7.507 20/09/2021 e Jornal A Gazeta em 11/09/2021	01/10/2021	Documentos de habilitação e Proposta de Preços em análise	Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais mecânicos e rolamentos para atender as necessidades de manutenção e reparo dos equipamentos utilizados na área operacional companhia de água e esgoto do Amapá – CAESA	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente.		-	-
9	Pregão Eletrônico n.º 008/2021 –	Menor Preço	DOE n.º 7.509	04/10/2021	17/11/2021	Registro de preços para	Conta 04.48.900,	R. M. TRINDADE EIRELI	-	301.599,50

	GERAP/NULIC/CAESA Proc. Adm. nº 200201.0005.2286.0170/2020 – DIROP/CAESA	por Item	22/09/2021 e Jornal A Gazeta em 18/09/2021			AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAGENS para atender as necessidades da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO AMAPÁ – CAESA.	Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente.			
10	Pregão Eletrônico nº 009/2021 – GERAP/NULIC/CAESA Proc. Adm. nº 200201.0077.3146.0013/2021-ASDIRAD/CAESA	Menor Preço	DOE nº 7.553 29/11/2021 e Jornal A Gazeta em 25/11/2021	10/12/2021	Documentos de habilitação e Proposta de Preços em análise	Prestação dos serviços de implantação e operacionalização de sistema informatizado de abastecimento e administração de despesas de combustíveis em postos credenciados, mediante uso de cartão eletrônico ou magnético e etiqueta com tecnologia RFID (ou similar), da frota e máquina costal de roçagem utilizada pela Companhia de Água e Esgoto Do Amapá - CAESA.	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente.	LINK CARD EIRELI	-	976.847,18

4 – Convite

Item	Modalidade	Critério de Julgamento	Data Publicação	Data da Licitação	Data Homologação	Objeto	Fonte de Recurso	Empresa Adjudicada	Nº Contrato	Valor Global do Contrato
1	Carta convite	Menor Preço	Site CAESA 27/08/2021	10/09/2021	01/12/2021	Contratação de empresa para executar os serviços de construção da passarela de captação de água bruta do S.A.A. do Elesbão, no município de Santana.	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente.	A.A.X Construções e Serviços LTDA	010/2021	152.993,47

5 – Inexigibilidade

Item	Modalidade	Critério de Julgamento	Data Publicação	Fundamentação Legal	Objeto	Fonte de Recurso	Empresa Adjudicada	Nº Contrato/Ordem de Serviços/Fornecimento	Valor Global
	-	-	-	-	-	-	-	-	-

7 - Dispensa de Licitação

Item	Modalidade	Data Homologação do Termo da Dispensa	Fundamentação Legal	Objeto	Fonte de Recurso	Empresa Adjudicada	Valor Global
1	Dispensa nº	-	Artigo 24, inciso II, da	Aquisição de chave soft starter, para serem	Conta 04.48.900,		

	001/2021 Proc. Adm. nº 0204/2020 DIROP/CAESA	Procedimento Cancelado	Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.	utilizados no painel de acionamento das bombas KSB de 300 cv, da Estação de Tratamento de Água de Macapá – ETAM.	Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente.		
2	Dispensa nº 002/2021 Proc. Adm. nº 200201.0077.2263.0 008/2021 GERTI/CAESA	01/10/2021	Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.	Aquisição de material de informática, a fim de atender as necessidades para execução das atividades administrativas e operacionais da Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA.	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente.	TKT INFORMÁTICA - KTECH LTDA- ME	13.203,50
3	Dispensa nº 003/2021 Proc. Adm. nº 200201.0005.2624.0 077/2020 GERMAE/CAESA	20/08/2021	Artigo 24, inciso II, §1º da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.	Aquisição de materiais para desobstrução de redes e ramais de esgoto, para serem utilizados nos serviços de manutenção de redes e ramais de esgoto desta Companhia em todo Estado do Amapá - CAESA.	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente.	PRODUTOS SAP LTDA - EPP	28.645,00
4	Dispensa nº 004/2021 Proc. Adm. nº 200201.0005.2637.0 005/2020 – GERSET/CAESA	Processo encontra-se na AUDIN para manifestação.	Artigo 24, inciso II, §1º da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.	Aquisição de uniformes destinados a atender os servidores operacionais da CAESA, em Macapá e Santana -AP.	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente.	B.C. ALMEIDA- ME	27.098,00
5	Dispensa nº 005/2021 Proc. Adm. nº 200201.0005.2286.0 017/2021 – DIROP/CAESA	10/03/2021	Artigo 24, inciso II, §1º da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.	Aquisição de chave soft starter, a serem utilizados nos painéis de acionamento das bombas de distribuição de água tratada, Marca KSB de 300cv, da Estação de Tratamento de Água de Macapá – ETAM.	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente.	R.C da S TRINDADE-ME	27.600,00
6	Dispensa nº 006/2021 Proc. Adm. nº 200201.0077.2286.0 089/2021 DIROP - CAESA	A Autoridade Competente decidiu pelo arquivamento do processo devido às inconsistências apontadas na manifestação de conformidades da AUDIN.	Artigo 24, inciso II, §1º da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.	Aquisição de materiais elétricos e correlatos	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente.	-	28.030,30
7	Dispensa nº 007/2021 Proc. Adm. nº 200201.0068.2668.0 267/2020 - SECPRESI/CAESA	28/09/2021	Artigo 24, inciso II, §1º da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.	Desativação da caixa d'água da Av. José Loureiro de Sena, entre Rua Marabaixo e Rua Clodoaldo da Silva Matias - Jardim Felicidade II.	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente.	Ramalho Comércio e Serviços LTDA.	46.599,85
8	Dispensa nº 008/2021 Proc. Adm. nº 200201.0077.2286.0 037/2021 DIROP/CAESA	26/08/2021	Artigo 24, inciso II, §1º da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.	Aquisição de materiais hidráulicos a fim de atender as necessidades de manutenção e reparo em redes de distribuição de água na cidade de Macapá/AP, utilizados na área Operacional da Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA.	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente.	Poxi Comércio e Representações Hidráulicas EIRELI	17.276,18

9	Dispensa nº 009/2021 Proc. Adm. nº 200201.0077.2262.0 026/2021 GAB/CAESA	28/09/2021	Artigo 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.	Prestação de cobrança administrativa de créditos da Companhia de Água e Esgoto Do Amapá - CAESA.	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente.	Banco do Brasil S.A	11.500.000,00
10	Dispensa nº 010/2021 Proc. Adm. nº 200201.0077.2534.0 001/2021 GEROINT - CAESA	28/09/2021	Artigo 24, inciso II, §1º da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.	Aquisição de bomba centrífuga de 3cv, 220v, monofásica.	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente.	R.C da S TRINDADE-ME	2.985,00
11	Dispensa nº 011/2021 Proc. Adm. nº 200201.0077.2277.0 018/2021 GERHUM - CAESA	29/10/2021	Artigo 24, inciso II, §1º da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.	Serviços de reforma da Casa de Química/bombas do SAA da Sede do Município de Porto Grande, compreendendo a substituição de toda a cobertura existente; recuperação de piso de concreto: substituição de paredes e esquadrias de madeira; recuperação das instalações elétricas e pintura geral.	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente.	Contrato Nº008/2021 Internorte Engenharia e Serviços LTDA	26.100,03
12	Dispensa nº 012/2021 Proc. Adm. nº 200201.0005.2534.0 017/2021 - GEROINT/CAESA	15/10/2021	Artigo 24, inciso II, §1º da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.	Contratação de Serviços de Locação de Caminhão Munck destinados a efetuar transporte de equipamentos (filtros e floccodcantador)	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente.	A. Penafort de Lima - ME - Reciclagem Preserve o Meio Ambiente	29.600,00
13	Dispensa nº 013/2021 Proc. Adm. nº 200201.0077.2286.0 167/2021 DIROP/CAESA	13/12/2021	Artigo 24, inciso II, §1º da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.	AQUISIÇÃO DE CABO ELÉTRICO DE 70MM.	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente.	RANS E RUMENNIG LTDA - ME	15.007,50

8 – Tomada de Preço

Item	Modalidade	Critério de Julgamento	Data da Publicação	Data da Licitação	Data da Homologação	Objeto	Fonte de Recurso	Empresa Adjudicada	Nº Contrato	Valor Global
1	Tomada de Preço n.º 001/2021–NULIC/CAESA Proc. Adm. nº 200201.0005.228 5.0007/2020	Menor preço global	DOE nº 7.390 06/04/2021 e Jornal A Gazeta em 02/04/2021	23/04/2021	Fracassado	Contratação de empresa para a construção de 10 (dez) poços tubulares de 8"x60m, sendo: 04 (quatro) em Macapá, nos bairros Mestre Oscar, 02 (dois) em Macapá nos bairros Mestre Oscar e Morada das Palmeiras; 04 (quatro) em Santana, nos bairros Bacabal, Modulo Esportivo, Laranjeiras e Fonte Nova; 01 (um) em Itauba do Piririm no Carmo do Macoacari; e 03 (três) em Laranjal do Jari, nos bairros Ramal da Castanheira, Mirilândia e	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente	Fracassado	-	-

						Nazaré Mineiro.				
2	Repetição Tomada de Preço n.º 001/2021– NULIC/CAESA Proc. Adm. n.º 200201.0005.228 5.0007/2020	Menor preço global	DOE n.º 7.448 29/06/2021 e Jornal A Gazeta em 24/06/2021	20/07/2021	Deserta	Contratação de empresa para a construção de 10 (dez) poços tubulares de 8"x60m, sendo: 04 (quatro) em Macapá, nos bairros Mestre Oscar, 02 (dois) em Macapá nos bairros Mestre Oscar e Morada das Palmeiras; 04 (quatro) em Santana, nos bairros Bacabal, Modulo Esportivo, Laranjeiras e Fonte Nova; 01 (um) em Itaúbal do Pírim no Carmo do Macoacari; e 03 (três) em Laranjal do Jari, nos bairros Ramal da Castanheira, Mirilândia e Nazaré Mineiro.	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente	Deserta	-	-
3	Repetição Tomada de Preço n.º 001/2021– NULIC/CAESA Proc. Adm. n.º 200201.0005.228 5.0007/2020	Menor preço global	DOE n.º 7.543 12/11/2021 e Jornal A Gazeta em 19/11/2021	13/12/2021	Deserta	Contratação de empresa para a construção de 10 (dez) poços tubulares de 8"x60m, sendo: 04 (quatro) em Macapá, nos bairros Mestre Oscar, 02 (dois) em Macapá nos bairros Mestre Oscar e Morada das Palmeiras; 04 (quatro) em Santana, nos bairros Bacabal, Modulo Esportivo, Laranjeiras e Fonte Nova; 01 (um) em Itaúbal do Pírim no Carmo do Macoacari; e 03 (três) em Laranjal do Jari, nos bairros Ramal da Castanheira, Mirilândia e Nazaré Mineiro.	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente	Deserta	-	-
4	Tomada de Preço n.º 002/2021– NULIC/CAESA Proc. Adm. n.º 200201.0077.289 3.0005/2021	Menor preço global	DOU n.º 184 28/09/2021 DOE n.º 7.511 24/09/2021 e Jornal A Gazeta em 24/09/2021	29/10/2021	07/12/2021	Execução de obra de implantação de 01 (um) poço tubular de 12"x250"m conforme as especificações técnicas, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico-financeiro - anexo I do edital.	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente	Hidro Engenharia Sanitária e Ambiental LTDA	009/2021	1.333.872,60
5	Tomada de Preço n.º 003/2021– NULIC/CAESA Proc. Adm. n.º 200201.0005.253 4.0018/2021– GEROINT/CAESA	Menor preço global	DOE n.º 7.511 24/09/2021 e Jornal A Gazeta em 24/09/2021	03/11/2021	Aguardando Homologação pela Autoridade Competente	Execução de obra de REVITALIZAÇÃO PREDIAL DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE CALÇOENE/AP, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente	Internorte Engenharia e Serviços LTDA		

						TÉCNICAS, PROJETOS, ORÇAMENTO ESTIMATIVO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO - ANEXO I DO EDITAL.				
6	Tomada de Preço n.º 004/2021-NULIC/CAESA Proc. Adm. n.º 200201.0005.228 6.0004/2021-DIROP/CAESA	Menor preço global, execução indireta, regime de empreitada por preço global			Encontra-se na fase interna do procedimento.	Execução de obra de substituição de divisórias na elevatória de água tratada da ETAM, no município de Macapá, conforme as especificações técnicas, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico-financeiro - Anexo I do edital.				
7	Tomada de Preço n.º 005/2021-NULIC/CAESA Proc. Adm. n.º 200201.0077.272 0.0003/2021 GERCOTEM - CAESA	Menor preço global	DOE n.º 7.543 12/11/2021 e Jornal A Gazeta em 12/11/2021	08/12/2021	Certame Suspenso para readequação do edital e alteração do valor básico	Contratação de empresa execução de implantação do sistema de abastecimento de água da localidade de Vila Velha do Cassiporé, no Município De Oiapoque/AP.	Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a receber de cliente			

09 – RDC

Item	Modalidade	Critério de Julgamento	Data Publicação	Data da Licitação	Data Homologação	Objeto	Fonte de Recurso	Empresa Adjudicada	Nº Contrato	Valor Global do Contrato
1	RDC Eletrônico 01/2020 Processo 200201.0005.2 285.0007/2020 - DIRTE/CAESA	MENOR PREÇO GLOBAL, regime de execução indireta, empreitada por preço unitário	DOU n.º284 de 29/12/2020 DOE n.º 7320 de 24/12/2020 e jornal A Gazeta em 23/12/2020	20/01/2021	20/05/2021	Ampliação Do Sistema De Abastecimento De Água Da Cidade De Santana, Setor Paraíso/Fonte Nova Ampliação Da Captação Subterrânea: Poço Tubular 12" X250m.	Orçamento do Governo Federal, através do Contrato de Repasse OGU n.º 880517/2018 Operação 1061217-04 – Programa de Planejamento Urbano	HIDRO ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL LTDA	02/2021	982.670,83

10 - Adesão Ata de Registro de Preços

Item	Modalidade	Vigência	Objeto	Fonte de Recurso	Empresa Contratada	Nº Contrato	Publicação do Contrato	Valor Global
-	-	-	-	-	-	-	-	-

11 - Resumo dos Processos Licitatórios

Item	Modalidade	Nº Efetivados	Nº Concluídos
1	RDC	01	01
2	Concorrência	01	0
3	Pregão Presencial	0	0
4	Pregão Eletrônico	09	06
5	Inexigibilidade	0	0
6	Convite	01	1
7	Dispensa de Licitação	13	13
8	Tomada de Preços	05	05
9	Adesão Ata Registro de Preços	0	0

11 – Equipe Técnica do Núcleo de Licitações, Contratos e Convênios – NULIC/CAESA: 05

Quadro/Lotação	Quantidade	Nome Servidor	Função/Cargo
Quadro efetivo CAESA	02	Lúcia Roberta Pinto Pimentel	Chefe Servço de Contratos e Convênios
		Gilvan Ferreira Dias	Assistente Administrativo II
Cargo Comissionado Sem Vínculo	02	José Marcelo Midones Serra Alves	Chefe do NULIC
		Andréia Duarte dos Santos	Gerente de Atividade de Pregoeiro
Estagiários	02	Breno Ferreira Silva	Estagiário
		Lorrayne Ferreira Gomes Bastos	Estagiária

12 – Descrever os assuntos tratados na modalidade RDC:

Regulamentado em outubro de 2011, o Regime Diferenciado de Contratação (**RDC**), Lei nº 12.462, representa um avanço no modelo tradicional de licitações ao encurtar o tempo do processo e o custo dos projetos por adotar o critério de inversão de fases. Inicialmente utilizado para dar celeridade às obras da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos de 2016, o regime pode ser empregado hoje em todos os empreendimentos da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2.

13 – Descrever os assuntos tratados na modalidade Concorrência:

Destinada à contratações de obras e serviços de engenharia em que o valor estimado esteja acima de R\$ 1,5 milhão e aquisição de materiais e outros serviços em que o valor estimado esteja acima de R\$ 650 mil.

Esta modalidade também é utilizada, independente do valor estimado, para a compra ou alienação de imóveis, para as concessões de direito real de uso, de serviços ou de obras públicas, para as contratações de parcerias público-privadas, para as licitações internacionais, para os registros de preços e para as contratações em que seja adotado o regime de empreitada integral.

Embora a Lei nº 8.666/93 defina os valores mínimos para a concorrência, essa modalidade pode ser usada para qualquer valor de contratação quando o objeto a ser licitado é complexo e demanda uma análise mais criteriosa do administrador. Para participar desta modalidade o fornecedor não necessita de um cadastro prévio, bastando que este atenda às exigências do edital.

14 – Descrever os assuntos tratados na modalidade Pregão Presencial e Eletrônico:

É a principal forma de contratação do Governo Federal atualmente, usada como alternativa ao convite, tomada de preços e concorrência. É uma modalidade de licitação do tipo menor preço para aquisição de bens e serviços ou serviços comuns, ou seja, as propostas e os lances realizados pelos fornecedores antecedem a análise da documentação, o que torna o processo de compra mais ágil.

Há duas formas de realização de pregão:

- o pregão presencial em que é marcada uma data para que os fornecedores apresentem suas propostas e, sucessivamente, deem seus lances verbais;
- e o pregão eletrônico, que é realizado através do site www.licitacoes-e.com.br.

15 - Descrever os assuntos tratados na modalidade Inexigibilidade:

As hipóteses de inexigibilidade de licitação se fundamentam na inviabilidade de competição, sendo que a inviabilidade de competição não decorre apenas da inexistência de diversos sujeitos ou objetos, mas também da natureza do objeto a ser contratado.

Verifica-se que, inclusive nos casos de inexigibilidade de licitação devem ser observados todos os preceitos legais e constitucionais a fim de que seja efetuada a melhor contratação de forma a atender ao interesse público.

Além disso, deverão ser observados todos os requisitos de habilitação e contratação, justificativa da contratação e do preço e disponibilidade de recursos.

O artigo 25 da Lei 8.666/93 traz as hipóteses de inexigibilidade de licitação.

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.”

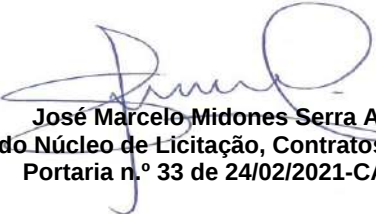
Verifica-se da análise de tal dispositivo legal, que as hipóteses previstas nos incisos são meramente exemplificativas, sendo que na existência de um caso concreto de inviabilidade de competição que não se enquadre em nenhuma das hipóteses ali referidas, aplica-se o *caput* do artigo.

A hipótese prevista no inciso I trata do caso de fornecedor exclusivo, ou seja, há um único sujeito em condições de fornecer.

16 - Descrever os assuntos tratados na modalidade de Dispensa de Licitação:

Com relação à licitação dispensada, o administrador não pode licitar, visto que já se tem a definição da pessoa com quem se firmará o contrato. Adotada para casos especiais de compra sem desprezar os princípios de moralidade e da isonomia, devendo limitar-se a aquisição de bens e serviços indispensáveis ao atendimento da situação de emergência e não qualquer bem ou qualquer prazo em conformidade com o artigo 24 da Lei 8666/93.

Responsável pelas informações:


José Marcelo Midones Serra Alves
Chefe do Núcleo de Licitação, Contratos e Convênios
Portaria n.º 33 de 24/02/2021-CAESA

ANEXO V

RELAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA

Núcleo de Licitação, Contratos e Convênios – NULIC

Relação dos Contratos Administrativos – Ano 2021

Item	Modalidade Nº Do Processo	Nº do contrato	Empresa Contratada	Objeto	Data da Assinatura	Vigência	Valor	SITUAÇÃO ATUAL
1	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2019– CPL/CAESA	001/2021	LINK CARD ADMINISTRADOR A DE BENEFÍCIOS EIRELI	1.1. Prestação de serviços de implantação e operacionalização de sistema informatizado de abastecimento e administração de despesas de combustíveis em postos credenciados, mediante uso de cartão eletrônico ou magnético e etiqueta com tecnologia RFID (ou similar), à frota utilizada pela Companhia de Água e Esgoto do Amapá-CAESA, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. 1.2. Frota: veículos, máquinas, equipamentos e embarcações utilizados pela Contratante, serão informados ao Contratado até a data da ordem de serviço emitido pela contratante, com suas respectivas especificações técnicas, agrupado por tipo de combustível, bem como, o número das placas (somente veículos) e número de patrimônio, podendo ser alterados conforme novas aquisições e/ou desfazimento de bens.	15/01/2021	15/01/2022	400.000,00 Estimativo anual	ENCERRADO
2	RDC ELETRÔNICO nº 001/2020- NULIC/CAESA	002/2021	HIDRO ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL LTDA	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Cidade de Santana, setor paraíso/fonte nova, ampliação da captação subterrânea: poço tubular 12" x250m.	04/06/2021	10/04/2022	982.670,83 inicial	1.282.520,74

Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA

Núcleo de Licitação, Contratos e Convênios – NULIC

Relação dos Contratos Administrativos – Ano 2021

3	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0002/2021-NULIC/CAESA	003/2021	AUDITORES INDEPENDENTES	Prestação de Serviços de Auditoria Independente das demonstrações contábeis do exercício 2020 na companhia de água e esgoto do amapá – caesa, com emissão de relatório prévio com possíveis inconsistências para correção/tomada de providências e emissão de parecer e relatório de auditoria e controle interno	24/05/2021	19/11/201	50.000,00	ENCERRADO
4	CONCORRÊNCIA Nº 001/2019	004/2021	SENHA ENGENHARIA & URBANISMO	Elaboração de Estudos de Concepção e Projetos de Engenharia Relativo ao Sistemas de Esgotamento Sanitário e ao Manejo de Águas Pluviais e Drenagem Urbana para os Municípios de Macapá/AP e Santana/AP	06/10/2021.	25/09/2023	13.800.149,31	
5	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021	005/2021	HT EQUIPAMENTO EIRELI	Aquisição de peças de reposição para bombas dosadoras de produtos químicos modelo GRIL-SERO-GIROMATIC, DA MARCA FILTRÁGUA	28/09/2021	28/03/2022	385.480,00	VIGENTE
6	DISPENSA DE LICITAÇÃO 009/2021	006/2021	BANCO DO BRAISL S.A	Brasil S.A., para operacionalização e execução dos serviços de cobrança administrativa de valores inscritos ou não em dívida ativa	07/10/2021	07/10/2022	Valor R\$ R\$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais) resultado da cobrança máxima no percentual de 23%, a ser pago ao Contratado, calculado sobre o valor	VIGENTE

Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA

Núcleo de Licitação, Contratos e Convênios – NULIC

Relação dos Contratos Administrativos – Ano 2021

							mensal dos créditos efetivamente recebidos/recuperados	
7	CONTRATO DE PERMUTA	007/2021	GNEX LTDA	Permissão de uso de estrutura física e elétrica da caixa d' água pertencente a CAESA para instalação de antena, repetidora de internet, pela segunda prestadora nos endereços: T4 – Infraerol; T 5 – Zerão; T2 – Santos Dumont; vila Amazonas. Em contra partida a segunda prestadora fornecerá a CAESA serviço de equipamentos e instalação de internet com capacidade de 25 MEGA dedicado no Escritório Central e na Estação de Tratamento de Água no Bairro do Trem	12/11/2021	12/11/2022	-	VIGENTE
8	TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2021	008/2021	INTERNORTE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA	Serviços de reforma da Casa de Química/bombas do SAA da Sede do Município de Porto Grande, compreendendo a substituição de toda a cobertura existente, recuperação de piso de concreto, substituição de paredes e esquadrias de madeira, recuperação das instalações elétricas e pintura geral.	03/11/2021	23/12/2021	26.100,00	ENCERRADO
9	TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021 - CPL	009/2021	HIDRO ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL LTDA	Contratação de empresa para execução de obra de implantação de 01 poço tubular de 12" x 250" .	24/12/2021	24/08/2021	1.333.872,60	VIGENTE
10	CONVITE 001/2021	010/2021	A.A.X CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Construção da passarela da captação de Água Bruta do S AA do Elesbão no Município de Santana AP	16/12/2021	120 dias a partir da OS.	152.993,47	

Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA
Núcleo de Licitação, Contratos e Convênios – NULIC

Relação dos Contratos Administrativos – Ano 2021

Responsável pelas Informações:

Serviços de Contratos e Convênios/SERCONV



José Marcelo Midones Serra Alves
Chefe do Núcleo de Licitação, Contratos e Convênios
Portaria n.º 33 de 24/02/2021-CAESA

ANEXO VI

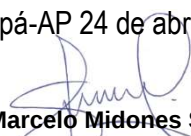
DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL P/INFORMAÇÕES DAS LICITAÇÕES

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que as informações relativas às atividades realizadas no ano de 2021 através do Núcleo de Licitações, Contratos e Convênios, pertinentes às modalidades de Concorrência, Tomada de Preços, Convites, Pregão Eletrônico, Pregão Presencial, Dispensas e Inexigibilidade, foram prestadas pelo Chefe do NULIC, o Sr. José Marcelo Midones Serra ALves e as inerentes a Contratos e Convênios, foram prestadas pela Chefe do SERCONV, a Sra. Lucia Roberta Pinto Pimentel.

Declaramos, ainda, que as informações prestadas, as quais servirão para a elaboração do Relatório de Gestão da Companhia de Água e Esgoto do Amapá do ano de 2021, estão atualizadas até 31/12/2021.

Macapá-AP 24 de abril de 2022.



José Marcelo Midones Serra Alves
Chefe do Núcleo de Licitação, Contratos e Convênios
Portaria n.º 33 de 24/02/2021-CAESA

ANEXO VII

RELAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

RELAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - 2021

1- EM FASE DE PLANEJAMENTO:

1.1- Convênio: TC 94.274-06/1999

- Objeto: Ampliação e Melhoria do Sistema de Esgotamento Sanitário na cidade de Macapá/AP - Bacia das Mulheres.
- Valor do Investimento: R\$ 5.246.175,61
- Valor do Financiamento/Repasse: R\$ 1.785.483,87
- Contrapartida: R\$ 3.460.691,74
- Vigência: 30/09/2022
- Situação: O objeto do termo de compromisso é o Esgotamento Sanitário, compreendendo obra civil. A parte relativa à obra civil de Melhorias do Abastecimento de Água integrante do termo de compromisso supracitado já foi reprogramada pela CAIXA e está a ser licitada.

1.2- Convênio: TC 224.285-60/2007/MC/CAIXA

- Objeto: Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água, Micro/Macromedicação, Controle de Perda Operacional, Reservação, Adução e Rede de Distribuição em Macapá/AP.
- Valor do Investimento: R\$ 42.608.218,84
- Valor do Financiamento/Repasse: R\$ 35.353.081,4
- Contrapartida: R\$ 7.255.137,44
- Vigência: 01/04/2021
- Situação: O objeto do termo de compromisso compreende o Abastecimento de Água e Desenvolvimento Institucional (Macro e Micromedicação). A parte de Micromedicação se divide em aquisição de abrigos para hidrômetros e serviços de implantação de hidrômetros, já devidamente contratados. A parte relativa à obra civil de Melhorias do Abastecimento de Água integrante do termo de compromisso supracitado já foi reprogramada pela CAIXA e está a ser licitada.

1.3- Convênio: CV 894316/2019/CALHA NORTE/SICONV

- Objeto: Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água para os bairros centrais do município de Macapá/AP.
- Valor do Investimento: R\$ 2.503.000,00
- Valor do Financiamento/Repasse: R\$ 2.500.000,00
- Contrapartida: R\$ 3.000,00
- Vigência: 19/12/2023
- Situação: O objeto do convênio é o abastecimento de água, compreendendo a obra civil. A parte relativa à obra civil de Melhorias do Abastecimento de Água integrante do termo de compromisso supracitado já foi reprogramada pela CAIXA e está a ser licitada.

2- EM EXECUÇÃO:

2.1- Convênio: TC 381.485-02/2012/MC/CAIXA

- Empresa: Senha Engenharia & Urbanismo S.S.
- Contrato: 004/2021 de 12/08/2021
- Valor do Contrato: R\$ 13.800.149,31
- Objeto: Elaboração dos estudos de Concepção e projetos de Engenharia para os Sistemas de Esgotamento Sanitário, Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais das cidades de Macapá/AP e Santana/AP, no estado do Amapá.
- Valor do Investimento: R\$ 21.711.797,94
- Valor do Financiamento/Repasse: R\$ 16.700.000,00
- Contrapartida: R\$ 5.011.797,94
- Vigência: 30/09/2022
- Situação: O objeto do termo de compromisso supracitado consiste nos serviços de elaboração de estudos e projetos básicos e executivos para esgoto, drenagem urbana e manejo de águas pluviais nas cidades de Macapá e Santana. Os serviços encontram-se em andamento.

2.2- Convênio: TC 222.767-59/2007

- Empresa: GC Construtora Eirelli
- Contrato: 007/2019 de 31/01/2019
- Valor do Contrato: R\$ 11.054.093,53
- Objeto: Execução de Obras de Reabilitação e Ampliação do Sistema Coletor de Esgoto Sanitário de Macapá-AP.
- Valor do Investimento: R\$ 13.603.933,29
- Valor do Financiamento/Repasse: R\$ 9.922.222,22
- Contrapartida: R\$ 3.681.711,07
- Vigência: 01/10/2022
- Situação: O objeto do termo de compromisso é a Execução de Obras de Reabilitação e Ampliação do Sistema Coletor de Esgoto Sanitário de Macapá, a obra encontra-se devidamente contratada e em execução.

2.3- Convênio: TC 408.658-88/2013/MC/CAIXA

- Empresa: Senha Engenharia & Urbanismo S.S.
- Contrato: 004/2017 de 08/03/2017
- Valor do Contrato: R\$ 3.595.324,24
- Objeto: Elaboração dos estudos de Concepção e projetos de Engenharia e Execução de Obra Civil para os Sistemas de Abastecimento de Água da cidade de Macapá/AP.- Valor do Investimento: R\$ 140.544.488,21

- Valor do Financiamento/Repasse: R\$ 132.968.842,96
- Contrapartida: R\$ 7.575.605,25
- Vigência: 27/09/2022
- Situação: O objeto do termo de compromisso é o abastecimento de água, compreendendo os serviços de elaboração de projeto e já estão devidamente contratados e em execução. A parte relativa à obra civil de Melhorias do Abastecimento de Água integrante do termo de compromisso supracitado já foi reprogramada pela CAIXA e está a ser licitada.

2.4- Convênio: CR 880517/2018/CAIXA/SICONV

- Empresa: Hidro Engenharia Sanitária e Ambiental LTDA
- Contrato: 002/2021 de 04/06/2021
- Valor do Contrato: R\$ 1.282.520,74
- Objeto: Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Santana, setor Paraíso/Fonte Nova. Ampliação da Captação Subterrânea: poço tubular 12" x 250m.
- Valor do Investimento: R\$ 1.282.520,74
- Valor do Financiamento/Repasse: R\$ 954.152,3
- Contrapartida: R\$ 328.368,44
- Vigência: 30/09/2022
- Situação: O objeto do contrato de repasse é o abastecimento de água, compreendendo as obras de ampliação do sistema de abastecimento de água e da captação subterrânea, sendo que as mesmas estão devidamente contratadas e em execução.

3- PARALISADAS:

3.1- Convênio: TC/PAC 2089/2008/SIAFI-652687

- Empresa: Construtora Imbiriba Lisboa LTDA
- Contrato: 041/2014 de 01/08/2014
- Valor do Contrato: R\$ 223.300,45
- Objeto: Saneamento em áreas quilombolas para atender o município de Macapá/Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Comunidade de Ambé Lote II.
- Valor do Investimento: R\$ 950.702,78
- Valor do Financiamento/Repasse: R\$ 855.632,5
- Contrapartida: R\$ 95.070,28
- Vigência: 07/09/2022
- Situação: O objeto do termo de compromisso supracitado consiste em serviços de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Comunidade de Ambé Lote II. A obra encontra-se paralisada em razão da FUNASA não ter ainda disponibilizado a terceira e última parcela do convênio.

3.2- Convênio: TC/PAC 0481/2011/SIAFI-668702

- Empresa: VALCON Construções e Comércio
- Contrato: 023/2012 de 19/06/2012
- Valor do Contrato: R\$ 3.307.534,65
- Objeto: Execução das Obras de Implantação do Sistema de Abastecimento de Água da Cidade de FERREIRA GOMES-AP. 2ª FASE/ LOTE 1.
- Valor do Investimento: R\$ 4.814.850,91
- Valor do Financiamento/Repasse: R\$ 4.743.020,00
- Contrapartida: R\$ 71.830,91
- Vigência: 11/10/2022
- Situação: O objeto do termo de compromisso supracitado consiste em serviços de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Ferreira Gomes. A obra encontra-se paralisada, aguardando a liberação da última parcela dos recursos da FUNASA, vez que a penúltima liberação foi em 17/03/2015.

3.3- Convênio: TC/PAC 0473/2011/SIAFI-668798

- Empresa: MPA CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA
- Contrato: 021/2012 de 13/06/2012
- Valor do Contrato: R\$ 4.628.887,46
- Objeto: Execução das Obras de Implantação do Sistema de Abastecimento de Água da Cidade de PORTO GRANDE-AP. 2ª FASE/ LOTE 1.
- Valor do Investimento: R\$ 5.657.877,46
- Valor do Financiamento/Repasse: R\$ 5.189.160,00
- Contrapartida: R\$ 468.727,46
- Vigência: 11/10/2022
- Situação: O objeto do termo de compromisso supracitado consiste em serviços de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Porto Grande. A obra encontra-se paralisada, aguardando a liberação da última parcela dos recursos da FUNASA, vez que a penúltima liberação foi em 17/03/2015.

4- CONCLUÍDAS E DENTRO DA GARANTIA PREVISTA NO ART. 618 DO CÓDIGO CIVIL

4.1- RECURSOS DA CAIXA/MINISTÉRIO DAS CIDADES

4.1.1- Convênio: TC 224.284-55/2007

- Empresa: G.C. Construtora LTDA - EPP
- Contrato: 017/2016 de 09/11/2016
- Valor do Contrato: R\$ 22.268.505,41

- Objeto: Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água de Macapá, compreendendo: conclusão da construção do módulo de tratamento nº 3 e do reservatório semi-enterrado de 10.000m³ na área da ETA, interligações do reservatório com a EEAT e conclusão da construção do CR Felicidade, inclusive EEAT e sub-adutora, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

- Valor do Investimento: R\$ 39.231.269,48

- Valor do Financiamento/Repasse: R\$ 33.995.636,23

- Contrapartida: R\$ 5.235.633,25

- Vigência: 01/04/2021

- Situação: A obra foi concluída e recebida com Termo de Recebimento Definitivo datado em 04/08/2021.

4.2- RECURSO PRÓPRIO DA CAESA

4.2.1- Empresa: Construtora Naldo Bezerra

- Contrato: Não possui.

- Valor do Contrato: R\$ 2.925,14

- Objeto: Construção de tampa de concreto armado na caixa de ventosa da adutora de água de Macapá.

- Ordem de Serviço: 001/2016

- Prazo Inicial: 5 dias.

- Início: 03/03/2016

- Término: 07/03/2016

- Situação: A obra foi concluída e recebida com Termo de Recebimento Provisório datado em 08/03/2016.

4.2.2- Empresa: G.C. Construtora LTDA - EPP

- Contrato: Não possui.

- Valor do Contrato: R\$ 29.503,57

- Objeto: Construção de base, transporte, montagem e esgoto para ETA Compacta de 30m³/h no município de Pracuúba.

- Ordem de Serviço: 002/2016

- Prazo Inicial: 30 dias.

- Início: 03/03/2016

- Término: 01/04/2016

- Situação: A obra foi concluída e recebida com Termo de Recebimento Provisório datado em 02/04/2016.

4.2.3- Empresa: Lacerda & Chermont LTDA

- Contrato: 019/2016
- Valor do Contrato: R\$ 24.171,43
- Objeto: Serviços de demolição com remoção de entulho, de formas de madeira, escoramentos de forma em madeira e tapume de madeira da obra de construção do prédio da sede da CAESA em Macapá/AP.
- Ordem de Serviço: 001/2017
- Prazo Inicial: 30 dias.
- Início: 10/01/2017
- Término: 08/02/2017
- Situação: A obra foi concluída e recebida com Termo de Recebimento Provisório datado em 25/04/2017.

4.2.4- Empresa: A. Penafort de Lima

- Contrato: Não Possui.
- Valor do Contrato: R\$ 14.512,34
- Objeto: Execução dos serviços de reabilitação da Estação de Tratamento de Água do Elesbão município de Santana/AP.
- Ordem de Serviço: 003/2017
- Prazo Inicial: 15 dias.
- Início: 11/08/2017
- Término: 26/08/2017
- Situação: A obra foi concluída e recebida com Termo de Recebimento Provisório datado em 22/08/2017.

4.2.5- Empresa: SANEAR

- Contrato: Não Possui.
- Valor do Contrato: R\$ 6.290,00
- Objeto: Serviços de desinstalação de um conjunto moto-bomba de 40 CV e instalação de conjunto moto-bomba de 45 CV no Conjunto Macapaba II.
- Ordem de Serviço: 005/2017
- Prazo Inicial: 15 dias.
- Início: 27/11/2017
- Término: 11/12/2017
- Situação: A obra foi concluída e recebida com Termo de Recebimento Provisório datado em 13/12/2017.

4.2.6- Empresa: A. Penafort de Lima

- Contrato: Não Possui.
- Valor do Contrato: R\$ 13.881,4
- Objeto: Execução dos serviços de construção de cerca na área do sistema isolado de abastecimento de água tratada no bairro Elesbão, em Santana/AP para fins de proteção do patrimônio público.
- Ordem de Serviço: 001/2018
- Prazo Inicial: 20 dias.
- Início: 18/01/2018
- Término: 06/02/2018
- Situação: A obra foi concluída e recebida com Termo de Recebimento Provisório datado em 19/02/2018.

4.2.7- Empresa: Ramalho Com. & Serv. LTDA

- Contrato: 011/2018
- Valor do Contrato: R\$ 52.244,75
- Objeto: Serviços de revitalização do muro frontal do escritório central da Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA.
- Ordem de Serviço: 002/2018
- Prazo Inicial: 113 dias.
- Início: 22/03/2018
- Término: 12/07/2018
- Situação: A obra foi concluída e recebida com Termo de Recebimento Provisório datado em 12/07/2018.

4.2.8- Empresa: Vidal & Martins LTDA – EPP

- Contrato: 015/2018
- Valor do Contrato: R\$ 98.607,03
- Objeto: Serviços de reforma da cobertura da área onde funciona a DIRAD/CAESA, com a substituição de madeiramento e telhamento; reforma das salas onde funcionam a PROJUR/CAESA, com substituição de divisórias, reparos na cobertura e forro, substituição de esquadrias (portas), revisão de instalações elétricas e pintura geral dos ambientes, conforme projeto, memorial situacional descritivo e planilha orçamentária constante do anexo I, do edital – processo nº 1404/2018-DIRAD/CAESA.
- Ordem de Serviço: 006/2018
- Prazo Inicial: 210 dias.
- Início: 24/05/2018
- Término: 19/12/2018

- Situação: A obra foi concluída e recebida com Termo de Recebimento Definitivo datado em 23/05/2019.

4.2.9- Empresa: J. Santiago e Transporte LTDA.

- Contrato: 024/2018

- Valor do Contrato: R\$ 86.052,31

- Objeto: Serviços de recuperação de pilares de concreto armado, grades e portões do muro, construção de caixas de registro, instalação de iluminação pública e recuperação de calçadas de passeio no entorno do reservatório elevado T1, no município de Macapá-AP.

- Ordem de Serviço: 009/2018

- Prazo Inicial: 45 dias.

- Início: 03/09/2018

- Término: 17/10/2018

- Situação: A obra foi concluída e recebida com Termo de Recebimento Provisório datado em 11/10/2019.

4.2.10- Empresa: Ramalho Com. & Serv. LTDA

- Contrato: Não Possui.

- Valor do Contrato: R\$ 46.599,85

- Objeto: Desativação da caixa d'água da Avenida José Loureiro de Sena, entre Rua Marabaixo e Rua Clodoaldo da Silva Matias Jardim Felicidade II.

- Ordem de Serviço: 002/2021

- Prazo Inicial: 30 dias.

- Início: 05/10/2021

- Término: 04/11/2021

- Situação: A obra foi concluída e recebida com Termo de Recebimento Provisório datado em 20/10/2021.

4.2.11- Empresa: Internorte Engenharia & Serviços LTDA

- Contrato: 008/2021

- Valor do Contrato: R\$ 26.100,03

- Objeto: Serviços de reforma da casa de química/bombas do SAA da sede do município de Porto Grande, compreendendo a substituição de toda a cobertura existente; recuperação de piso de concreto; substituição de paredes e esquadrias de madeira; recuperação das instalações elétricas e pintura geral.

- Ordem de Serviço: 004/2021

- Prazo Inicial: 50 dias.

- Início: 17/11/2021

- Término: 05/01/2022

- Situação: A obra foi concluída e recebida com Termo de Recebimento Provisório datado em 05/01/2021.

4.2.12- Empresa: A.A.X. Construções e Serviços LTDA

- Contrato: 010/2021

- Valor do Contrato: R\$ 152.993,47

- Objeto: Construção da passarela da captação de água bruta do S.A.A do Elesbão no município de Santana-AP.

- Ordem de Serviço: 005/2021

- Prazo Inicial: 120 dias.

- Início: 05/01/2022

- Término: 04/05/2022

- Situação: A obra foi concluída e recebida com Termo de Recebimento Provisório datado em 09/02/2022.

ANEXO VIII

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO AMAPÁ - CAESA

CNPJ nº 05.976.311/0001-04

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Milhares de Reais)

Ativo	Notas	2021		Passivo	Notas	2020	
						Reapresentado	2020
Circulante		10.653		Circulante		502.088	462.262
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.024		Fornecedores	9	16.691	6.193
Contas a Receber de Clientes	5	2.527		Impostos, Taxas e Contribuições	10	472.584	443.985
Créditos a Receber	6	844		Ordenados e Salários	11	273	418
Estoque de Materiais	7	6.258		Provisões Trabalhistas	12	3.367	3.035
				Parcelamentos	13	3.942	4.558
Não Circulante		128.839		Outras Contas a Pagar	14	5.231	4.073
Investimentos Imobilizado	8	128.838		Não Circulante		121.409	182.308
				Parcelamentos	13	192	-
				Provisões para Contingências	15	105.200	103.716
				Subvenções e Assistências	16	16.017	78.592
				Patrimônio Líquido	17	(484.005)	(465.770)
				Capital Social	17.1	426.992	380.855
				Reservas de Capital	17.2	29.362	43.560
				Reserva Legal	17.3	9	9
				Crédito para aumento de Capital		-	2.885
				Prejuízos acumulados	17.4	(940.368)	(893.079)
Total do Ativo		139.492		Total do Passivo e Patrimônio Líquido		139.492	178.800

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Avenida Ernestino Borges, nº 222 - Central
CEP: 68900-000 | Macapá - AL | Telefone: (96) 8801-3947
HTTPS://ICAESA.PORTAL.AP.GOV.BR



COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO AMAPÁ - CAESA

CNPJ nº 05.976.311/0001-04

Demonstrações de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Milhares de Reais)

	Notas	2021	2020
			Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	18	62.028	65.018
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	19	(57.730)	(58.336)
LUCRO BRUTO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		4.298	6.682
(-) Despesas Comerciais	20	(72.218)	(130.885)
(-) Despesas Administrativas	21	(25.675)	(74.687)
(-) Despesas Tributárias	22	(10.988)	(19.140)
(+) Outras Receitas (Despesas) Operacionais	23	57.696	3
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(46.887)	(218.027)
Resultado Financeiro Líquido	24	(402)	(403)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(47.289)	(218.430)
(-) Imposto de Renda		-	-
(-) Contribuição Social		-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(47.289)	(218.430)

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO AMAPÁ - CAESA

CNPJ nº 05.976.311/0001-04

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Milhares de Reais)

	2021	2020
		Reapresentado
Prejuízo Líquido do Exercício	(47.289)	(218.430)
Resultado Abrangente do Exercício	(47.289)	(218.430)

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Página 18

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO AMAPÁ - CAESA

CNPJ nº 05.976.311/0001-04

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Milhares de Reais)

	Notas	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Crédito para Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		380.855	734	9	2.885	(674.649)	(290.166)
Aumento de Capital			42.826				42.826
Resultado do Exercício						(218.430)	(218.430)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	17	380.855	43.560	9	2.885	(893.079)	(465.770)
Aumento de Capital		46.137	(43.252)		(2.885)		-
Aumento da Reserva de Capital			29.054			(47.289)	29.054
Resultado do Exercício						(47.289)	(47.289)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17	426.992	29.362	9	-	(940.368)	(484.005)

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO AMAPÁ - CAESA

CNPJ nº 05.976.311/0001-04

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Milhares de Reais)

	Notas	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			Reapresentado
Prejuízo Líquido do Exercício		(47.289)	(218.430)
Ajustes do Resultado Líquido			
Estimativa de Perda com Créditos de Liquidação Duvidosa		68.814	127.953
Depreciação e Amortização		8.261	15.882
Provisões para Contingências		1.484	51.497
Lucro (ou Prejuízo) Líquido do Exercício Ajustado		31.270	(23.098)
Variação nas Contas Ativas e Passivas			
Ativas		(34.115)	(37.277)
Contas a Receber de Clientes		(36.043)	(35.375)
Créditos a Receber		1.444	(1.148)
Estoques		484	(754)
Passivas		(22.557)	23.425
Fornecedores		10.498	(18.821)
Impostos, Taxas e Contribuições		28.599	38.303
Ordenados e Salários a Pagar		(145)	(2.789)
Provisões Trabalhistas		332	(395)
Subvenções e Assistências		(62.575)	3.448
Parcelamento		(424)	3.830
Outras Contas a Pagar		1.158	(151)
Caixa Aplicado nas Atividades Operacionais		(25.402)	(36.950)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de Imobilizado		(4.569)	(4.114)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos		(4.569)	(4.114)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Aumento de Capital		29.054	42.826
Caixa Gerado nas Atividades de Financiamentos		29.054	42.826
Geração (ou Aplicação) de Caixa e Equivalentes de Caixa no Exercício		(917)	1.762
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	1.941	179
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	1.024	1.941
Geração (ou Aplicação) de Caixa e Equivalentes de Caixa no Exercício		(917)	1.762

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Água e Esgotos do Amapá - CAESA
Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO AMAPÁ – CAESA instituída Sociedade de Economia Mista de capital fechado, criada pelo Decreto Lei nº 490 de 04 de março de 1969, de capita autorizado, órgão da Administração Indireta, regida por este Estatuto, pelo Decreto de Criação, pela Lei 6.404/76 e suas alterações, e subsidiariamente pela Lei nº 11.445/2007 (Lei de Saneamento Básico). Constituída com Integralização do capital Social por Atos da Assembleia Geral realizada em 24 de abril de 1973. Tem como acionista majoritário o Governo do Estado do Amapá, com 99,99% das ações. Seu objetivo social é coordenar o planejamento, executar e explorar os serviços públicos de saneamento básico no Estado do Amapá, incluindo captação, tratamento e distribuição de água, a coleta e o tratamento de esgoto sanitário.

1.1 Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Amapá

As operações de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado do Amapá foram objeto Edital de Concorrência Internacional nº 01/2021 - Concessão da Prestação Regionalizada dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e dos Serviços Complementares dos Municípios do Estado do Amapá, referente a concessão da prestação regionalizada dos serviços e serviços complementares na área de concessão, por meio da exploração das infraestruturas integrantes do sistema, hoje de propriedade da CAESA. O Consórcio Marco Zero, representado pela empresa líder Equatorial Participações e Investimentos III S.A., foi declarado vencedor, com proposta comercial de (i) deságio tarifário máximo igual a 20% (vinte por cento); e (ii) outorga total de R\$ 930.008 mil, paga aos municípios. O início da operação pelo consórcio vencedor se dará após concluído o período de operação assistida.

1.2 Coronavírus (COVID-19)

A CAESA desde o início do surto do novo Coronavírus (COVID-19) no Brasil, mantém acompanhamento próximo dos impactos deste evento em suas operações. Diversas medidas e protocolos vêm sendo adotados no sentido de preservar a integridade, a saúde e a segurança de todos os seus colaboradores, tanto no contexto administrativo como operacional, além de se determinar planos de contingência para a sustentação de suas operações. Os canais de comunicação da Companhia com seus colaboradores vêm sendo utilizados diariamente na conscientização acerca de cuidados necessários para evitar o contágio e a transmissão do vírus.

Os nossos planos de contingência envolvem diversas frentes de atuação: (1) implantação do regime de trabalho remoto da maneira mais generalizada possível, (2) acompanhamento de casos sintomáticos pela área de segurança e medicina do trabalho para medidas (em conformidade com as orientações das autoridades) imediatas de encaminhamento de cada caso, e (3) eventuais planos de contingência para fazer face à diminuição no consumo de energia elétrica no mercado nacional, que venham a impactar o faturamento vinculado às atividades de geração e transmissão.

Embora as operações da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, não temos como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados a este cenário de um possível desdobramento da pandemia e novas variantes e, portanto, seguimos com o monitoramento de futuros impactos financeiros e avaliação de ações a serem tomadas, assim como garantimos que as decisões da Companhia sejam constantemente atualizadas considerando as orientações de saúde em vigor no Brasil e no mundo.

A administração da Companhia entende que não houve necessidade de eventuais mudanças nas premissas e julgamentos atualmente adotados, ou de ajustes nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021, e como resultado da implementação de medidas de monitoramento constante de caixa e dos gastos, a Companhia, estima que manterá equilibrado seu fluxo de caixa. Com isso, acredita ter recursos adequados para continuar suas operações no curto prazo e médio prazo, deste modo, o pressuposto de *going concern* foi aplicado na preparação das demonstrações financeiras findas naquela data.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a égide da Estrutura Conceitual, objetivando fornecer informações para a tomada de decisões, sendo estas apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em simetria com os Pronunciamentos Contábeis (CPC) além de estar alinhada com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, bem como em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e suas atualização. A Companhia vem adotando o pronunciamento CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado por entender ser um demonstrativo de grande importância para a sociedade. A Companhia adota as avaliações e os procedimentos necessários para a apresentação das demonstrações contábeis em conformidade com novas práticas contábeis.

Essas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A administração da Companhia autorizou a conclusão da presente demonstração contábil em 27 de maio de 2021, avaliando como eventos subsequentes aqueles citados na nota explicativa nº 26.

3. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do Balanço, não ultrapassando o valor de mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas, e não divergem

significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

b) Contas a Receber de Clientes

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água e pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável. Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.

c) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi constituída provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para as contas a receber vencidas a mais de 90 dias.

d) Estoques de Materiais

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto, bem como aqueles destinados a projetos, estão demonstrados ao custo médio de aquisição, sendo classificados no ativo circulante.

e) Imobilizado

O imobilizado técnico do sistema de abastecimento de água e esgoto e de bens de uso geral é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, mediante aplicação das taxas permitidas pela legislação fiscal e que levam em conta a vida útil dos bens, sendo depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.

f) Projetos e Obras em Andamento

São registrados pelos investimentos realizados durante a fase de construção, em instalações técnicas para implantação, ampliação e/ou melhoria de sistemas de água e esgotos e em bens e instalações de uso administrativo. Estas aplicações incluem os custos

de estudos e projetos, os custos e financiamentos e de administração de obras, durante as fases de planejamento e execução delas.

g) Salários e Encargos Sociais

Os salários, provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares, quando negociados em acordos coletivos de trabalho, com os encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

h) Provisão para Contingências

São constituídas provisões para fazer face às contingências e obrigações legais potenciais, sendo as mesmas calculadas, tendo por base a correspondente probabilidade de perda baseada na opinião de seus assessores jurídicos. A Companhia constitui provisão para contingências, nos montantes considerados necessários para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho desfavorável de processos trabalhistas, tributários, cíveis e ambientais, os quais estão em andamento.

i) Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, quando aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de cobrança duvidosa e provisão para outros riscos e encargos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes aos processos de elaboração e revisão dessas estimativas. A Companhia revisa as suas estimativas, no mínimo, anualmente.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa; e
- Provisão para contingências.

j) Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência, as receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. São reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação destes serviços e são apresentadas líquidas dos impostos sobre o valor agregado, devoluções e descontos incidentes, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impuntualidade de clientes (multa).

A Companhia reconhece a receita quando: I) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; II) é provável que os valores serão arrecadados; III) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e IV) os bens e serviços são entregues.

k) Instrumentos financeiros

Aplicações Financeira: A Companhia tem como prática histórica fazer aplicações de baixo risco. As aplicações são realizadas com o intuito de manter a valorização dos recursos, são gerenciados num modelo de negócios cujo objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais (juros e principal) subsequentemente mensurados ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48.

Clientes: As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, são mensurados pelo preço de transação no reconhecimento inicial e subsequente, determinado pelo CPC 47. O ativo é classificado e mensurado pelo custo amortizado pois gera fluxos de caixas que são exclusivamente para pagamento de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia fatura os serviços de água e esgoto mensalmente com vencimento médio de 10 dias.

Fornecedores: A Companhia não financia compras com fornecedores e seus prazos médios de vencimento são de 30 dias. É mensurado inicialmente pelo valor de transação que corresponde ao seu valor justo e subsequentemente ao custo amortizado. Além de possuir uma política de pagamento que contempla a antecipação aos fornecedores.

l) Reapresentação das Demonstrações Contábeis

Foram realizados ajustes referentes aos tributos de PIS e COFINS, com base no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Reapresentamos as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os efeitos com dos ajustes realizados:

Balanco Patrimonial			
Ativo	2020	Ajuste	2020
			Reapresentado
Circulante	45.570	699	46.269
Créditos a Receber	1.589	699	2.288
Total do Ativo	178.101	699	178.800
Passivo	2020	Ajuste	2020
			Reapresentado
Patrimônio Líquido	(466.469)	699	(465.770)
Prejuízos acumulados	(893.778)	699	(893.079)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	178.101	699	178.800

Demonstrações de Resultado

	<u>2020</u>	<u>Ajuste</u>	<u>2020</u> Reapresentado
(-) Despesas Tributárias	(19.839)	699	(19.140)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(219.129)	699	(218.430)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	<u>2020</u>	<u>Ajuste</u>	<u>2020</u> Reapresentado
Prejuízo Líquido do Exercício	(219.219)	699	(218.430)
Resultado Abrangente do Período	(219.129)	699	(218.430)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Prejuízos Acumulados
Resultado do Exercício (Originalmente apresentado) (a)	(219.129)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Originalmente apresentados) (c)	(893.778)
Ajuste (b)	699
Resultado do Exercício (Reapresentado) (a+b)	(218.430)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentados) (b+c)	(893.079)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	<u>2020</u>	<u>Ajuste</u>	<u>2020</u> Reapresentado
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo Líquido do Exercício	(219.129)	699	(218.430)
Variação nas Contas Ativas e Passivas			
Ativas	(36.578)	(699)	(37.277)
Créditos a Receber	(449)	(699)	(1.148)
Caixa Aplicado nas Atividades Operacionais	(36.950)	-	(36.950)

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representados por saldo de caixa, bancos e aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com liquidez inferior a 90 dias. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo estava assim representado.

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	3	4
Banco Conta Movimento	866	1.873
Aplicações Financeiras	155	64
Total	1.024	1.941

5. Contas a Receber de Clientes

Em 31 de dezembro de 2021, o contas a receber de clientes, estava assim composto:

	31/12/2021	31/12/2020
Clientes Particulares	314.866	281.617
Clientes Públicos	39.815	36.778
Parcelamentos Particulares	8.920	9.062
Parcelamentos Públicos	14	14
(+) Arrecadação à Discriminar	427	528
(-) EPCLD	(361.515)	(292.701)
Total	2.527	35.298

A Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estimou as prováveis perdas com créditos de liquidação duvidosa (EPCLD), conforme exposto no quadro a seguir:

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2020
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	(361.515)	(68.814)	-	(292.701)
Total	(361.515)	(68.814)	-	(292.701)

6. Créditos a Receber

Os créditos a receber, em 31 de dezembro de 2021, estavam assim representados:

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos	162	888
Adiantamento à Terceiros	153	879
Adiantamento à Empregados	9	9
Impostos ou Contribuições Antecipados	301	1.069
IRPJ	246	247
CSLL	55	55
PIS/PASEP	-	137
COFINS	-	630
Depósitos Dados em Garantia	229	223
Depósitos Judiciais	219	223
Depósitos Recursais	10	-
Outros Créditos à Receber	152	108
Reclamações	27	27
Cartão de Crédito	125	81
Total	844	2.288

Os depósitos judiciais representam o saldo de valores bloqueados pela justiça nas contas

correntes da Companhia em 31 de dezembro de 2021, por sua vez, os valores contabilizados como depósitos recursais referem-se a interposição de recursos em processos judiciais, ambos para fazer face a ações judiciais em andamento.

Os saldos de PIS/PASEP e COFINS, em 2020, foram ajustados conforme nota explicativa 3.I.

7. Estoque de Materiais

Em 31 de dezembro de 2021, o estoque estava assim apresentado:

	31/12/2021	31/12/2020
Material em Almoxarifado	6.258	6.742
Total	6.258	6.742

8. Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia estava assim composto, em 31 de dezembro de 2021, inclusive no que tange as movimentações:

a) Sistema de Água

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2020
Sistema de Água	223.736	14.133	(1)	209.604
Barragem e Tomada de Água	34.515	259	(1)	34.257
Equipamentos Eletrônicos - Captação	9.788	1.382	-	8.406
Tubos e Conexões de FO. FO	22.335	-	-	22.335
Equipamentos para Tratamentos	58.665	7.313	-	51.352
Cilindro de aço p/ Cloro	23	-	-	23
Equipamentos Eletrônicos - Distribuição	13.121	-	-	13.121
Reservatórios	27.780	4.916	-	22.864
Rede de Água	55.866	263	-	55.603
Hidrômetros	1.643	-	-	1.643
(-) Depreciação Acumulada Sistema de Água	(122.510)	(7.646)	1	(114.865)
Barragem e Tomada de Água	(24.431)	(1.728)	1	(22.704)
Equipamentos Eletrônicos - Captação	(7.498)	(399)	-	(7.099)
Tubos e Conexões de FO. FO	(6.846)	(447)	-	(6.399)
Equipamentos para Tratamentos	(44.433)	(2.431)	-	(42.002)
Cilindro de aço p/ Cloro	(23)	-	-	(23)
Equipamentos Eletrônicos - Distribuição	(11.364)	(410)	-	(10.954)
Reservatórios	(11.235)	(1.076)	-	(10.159)
Rede de Água	(15.042)	(1.154)	-	(13.888)
Hidrômetros	(1.638)	(1)	-	(1.637)
Total do Imobilizado Sistema de Água	101.226	6.487	-	94.739

b) Sistema de Esgoto

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2020
Sistema de Esgoto	15.375	-	-	15.375
Topografia e Sondagem	726	-	-	726
Tubos e Conexões de PVC	13.068	-	-	13.068
Estação Elevatória	1.581	-	-	1.581
(-) Depreciação Acumulada Sistema de Esgoto	(6.692)	(307)	-	(6.385)
Topografia e Sondagem	(230)	(14)	-	(216)
Tubos e Conexões de PVC	(5.889)	(261)	-	(5.628)
Estação Elevatória	(573)	(32)	-	(541)
Total do Imobilizado Sistema de Esgoto	8.683	(307)	-	8.990

c) Bens

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2020
Bens de Uso Administrativo	11.277	350	-	10.927
Escritório	209	-	-	209
Terrenos	166	-	-	166
Edifícios e Estruturas	3.508	350	-	3.158
Benfeitorias	1.672	-	-	1.672
Válvulas e Hidrantes	11	-	-	11
Móveis e Utensílios	874	-	-	874
Veículos	1.449	-	-	1.449
Outros Veículos	45	-	-	45
Equipamentos Gerais	381	-	-	381
Equipamentos Eletrônicos	980	-	-	980
Equipamentos de Laboratório	388	-	-	388
Equipamentos de Informática	1.340	-	-	1.340
Máquinas e Acessórios	254	-	-	254
(-) Depreciação Acumulada	(9.152)	(310)	3	(8.845)
Escritório	(187)	(18)	-	(169)
Edifícios e Estruturas	(2.101)	(160)	-	(1.941)
Benfeitorias	(1.131)	(67)	-	(1.064)
Válvulas e Hidrantes	(9)	-	-	(9)
Móveis e Utensílios	(867)	(3)	1	(865)
Veículos	(1.449)	-	-	(1.449)
Outros Veículos	(45)	-	-	(45)
Equipamentos Gerais	(380)	-	-	(380)
Equipamentos Eletrônicos	(1.019)	(41)	-	(978)
Equipamentos de Laboratório	(388)	(13)	2	(377)
Equipamentos de Informática	(1.322)	(8)	-	(1.314)
Máquinas e Acessórios	(254)	-	-	(254)
Total dos Bens	2.125	40	3	2.082

d) Obras em andamento

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2020
Sistema de Água	-	107	(2.022)	1.915
Barragem e Toada de Água	-	-	(208)	208
Tubo e Conexões	-	107	(259)	152
Equipamento p/ Tratamento	-	-	(701)	701
Reservatórios	-	-	(558)	558
Rede de Distribuição	-	-	(296)	296
Uso Administrativo	-	122	(254)	132
Edifícios e Estruturas	-	122	(254)	132
Obras em Andamento - Convênio	16.804	5.048	(12.915)	24.671
Obras em Andamentos - PAC MINI	16.620	5.048	(12.915)	24.487
Obras em Andamento BNDES	184	-	-	184
Total dos Projetos e Obras em Andamento	16.804	5.277	(15.191)	26.718

No exercício de 2021, com base no levantamento realizado conjuntamente pela Diretoria Técnica e a Gerencia de Contabilidade foram realizadas baixas de valores registrados em obras em andamentos.

e) Composição do imobilizado

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2020
Imobilizado	250.388	14.483	(1)	235.907
Sistema de Água	223.736	14.133	(1)	209.605
Sistema de Esgoto	15.375	-	-	15.375
Bens de Uso Administrativo	11.277	350	-	10.927
Depreciação	(138.354)	(8.263)	4	(130.095)
Depreciação Sistema de Água	(122.510)	(7.646)	1	(114.865)
Depreciação Sistema de Esgoto	(6.692)	(307)	-	(6.385)
Depreciação Bens de Uso Administrativo	(9.152)	(310)	3	(8.845)
Projetos e Obras em Andamento	16.804	5.277	(15.191)	26.718
Total do Imobilizado	128.838	11.497	(15.188)	132.530

9. Fornecedores

Os fornecedores estão relacionados a gastos com serviços e materiais necessários a execução dos projetos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 os saldos estão assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores - PJ	4.800	3.509
Prestadores de Serviços - PJ	11.891	2.676
Prestadores de Serviços - PF	-	7
Total	16.691	6.192

10. Impostos, Taxas e Contribuições

Em 31 de dezembro de 2021, os impostos, taxas e contribuições a recolher estão assim representados:

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Retido na Fonte	15.145	11.878
Previdência Social	95.259	85.593
Seg. Social - In. 03 - Prest. Serv	3.804	3.759
Seg. Social - Daf 203/99 - PF	41	41
Pis/Pasep não Cumulativo	4.851	4.393
FGTS	12.191	10.288
Imposto Sobre Serviços (ISS)	2.500	2.449
Cofins não Cumulativo	24.219	22.106
SESI	902	902
IPTU	145	145
Alvará	11	11
Taxas	7	7
Contribuição Sindical	40	40
Impostos Retido na Fonte	1.406	1.292
Débitos Inscritos em Dívidas	312.063	301.081
Total de Impostos, Taxas e Contribuições	472.584	443.985

No exercício de 2021, os valores referentes a atualização das dívidas tributárias inscritas em dívida ativa foram atualizados.

11. Ordenados e Salários

Os ordenados e salários da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, estavam assim detalhados:

	31/12/2021	31/12/2020
Salários	-	201
Rescisões Contratuais	273	217
Total	273	418

12. Provisões Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, esse subgrupo estavam assim representados:

	31/12/2021	31/12/2020
Férias s/CAESA	2.466	2.243
Prov. p/ Férias/CAESA/Macapá	2.466	2.243
Encargos Sobre Férias	901	792
FGTS	204	180
INSS	697	612
Total	3.367	3.035

13. Parcelamentos

Em 31 de dezembro de 2021, esse subgrupo estavam assim representados:

	31/12/2021	31/12/2020
Parcelamento - Passivo Circulante	3.942	4.558
Parcelamento/Acordo Fornecedores	3.942	4.558
Parcelamento - Passivo Não Circulante	192	-
SESI/Parcelamentos	192	-
Total	4.134	4.558

14. Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2021, o subgrupo outras contas a pagar estavam assim representados:

	31/12/2021	31/12/2020
Consignações	4.368	3.854
Processos Judiciais - PJ	669	79
Outras Contas à Pagar	183	129
Depósitos e Retenções	5	5
Convênios contratados	6	6
Total	5.231	4.073

15. Provisões para Contingências

Em 31 de dezembro de 2021, foram provisionadas com base em planilhas oriundas da Procuradoria Jurídica, as ações determinadas como prováveis para desembolso futuro, atendendo os requisitos do CPC 25. São valores referentes a autuações fiscais, reclamações trabalhistas, indenizações a fornecedores, clientes e processos de execuções fiscais.

	31/12/2021	31/12/2020
Processos de Execuções Fiscais	49.538	49.538
Processos Judiciais Cíveis	22.150	21.821
Processos Judiciais Trabalhistas	33.412	32.257
Provisões para Danos Ambientais	100	100
Total	105.200	103.716

16. Subvenções e Assistências

Em 31 de dezembro de 2021, os recursos que se destinam à ampliação e/ou melhoria dos serviços de água e esgoto no Estado do Amapá, cujos projetos quando concluídos serão incorporados em bens em operação e os recursos aplicados transferidos para créditos de futuro aumento de capital.

	31/12/2021	31/12/2020
Convênio SEINF	-	10.680
Convênios Funasa	-	16.200
Convênios Mc/Caixa	16.017	51.712
Total	16.017	78.592

17. Patrimônio Líquido

17.1 Capital Social

O Capital Social da Companhia é de R\$ 426.992 mil, representado por 5.245.225.458 ações ordinárias, sem valor nominal e com direito a voto, pertencentes a acionistas residentes e domiciliados no país.

Composição Acionária	Quantidade Ações	Percentual (%)
Estado do Amapá	5.245.042.885	99,997%
Outros acionistas	182.573	0,003%
Total	5.245.225.458	100,000%

17.2 Reserva de Capital

As Reservas de Capital estão sendo constituídas, substancialmente, por subvenções para investimentos em saneamento básico, transferida do orçamento do Estado do Amapá e da União. Além das movimentações do período, a Companhia possuía saldos das referidas reservas, anteriores a edição da Lei nº 11.638/2007, formadas a época com base na Lei nº 6.404/76, os quais mativeram seus registrados, para utilização na forma do art. 200 da Lei nº 6.404/76 ou para absorver prejuízos acumulados, quando a Assembleia de Acionistas assim deliberar.

A Reserva de Capital possuía a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
De Órgãos	29.054	43.252
Convênios Funasa	308	308
Total	29.362	43.560

17.3 Reserva Legal

A reserva de Lucro que se originar de doações e subvenções governamentais para investimentos é transferida para reserva de incentivos fiscais. A Reserva Legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, sendo obrigatória para a Companhia, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado. No exercício de 2021 o saldo desta conta é de R\$ 9 mil (em 2020, R\$ 9 mil) referentes a lucros do exercícios anteriores, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo neste exercício.

17.4 Prejuízo Acumulado

A Companhia vem apresentando prejuízo nos últimos exercícios sociais, diminuindo o patrimônio líquido. O Prejuízo Acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estava apresentado no valor de R\$ 940.368 mil (R\$ 893.079 mil em 31 de dezembro de 2020).

18. Receitas Líquidas das Operações Descontinuadas

As receitas líquidas das operações descontinuadas da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentaram a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Diretas de Água	60.657	57.705
Particulares	47.053	43.067
Órgãos Públicos	13.604	14.638
Receitas Indiretas de Água	238	861
Acréscimo por Impontualidade	74	64
Religações e Sansões	-	1
Parcelamentos Particulares	156	790
Outras Indiretas de Água	8	6
Receitas de Esgotos	12.638	12.657
Particulares	8.065	7.396
Órgãos Públicos	4.573	5.261
Total das Receitas de Serviços de Água	73.533	71.223
Tributos sobre Faturamento	(3.338)	(4.127)
PASEP (DV)	(595)	(736)
COFINS (DV)	(2.743)	(3.391)
Cancelamentos de Valores	(8.167)	(2.078)
Serviços de Água (DV)	(6.762)	(1.325)
Serviços de Esgoto (DV)	(1.405)	(753)
Total das Deduções de Receitas	(11.505)	(6.205)
Total	62.028	65.018

19. Custos dos Serviços Prestados das Operações Descontinuadas

Os custos incorridos na prestação de serviços de água e esgoto das operações descontinuadas da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentou a seguinte composição:



	31/12/2021	31/12/2020
Sistema de Abastecimento de Água	55.913	56.755
Remunerações	17.331	16.276
Encargos Sociais	2.122	1.515
Material de Tratamento	12.324	10.798
Material de Conservação	1.598	842
Combustíveis e Lubrificantes	290	180
Outras Despesas com Material	165	24
Serviços de Conservação	344	177
Serviços Profissionais e/ou OP	6	-
Locação de Máquinas	831	631
Energia Elétrica	12.955	12.201
Demais Serviços de Terceiros	-	6
Depreciações do Imobilizado	7.762	13.827
Outros Gastos Gerais	185	278
Sistema de Esgoto	1.817	1.581
Remunerações	964	689
Encargos Sociais	89	107
Material de Conservação e Manutenção	29	10
Serviços de Conservação e Manutenção	401	49
Demais Serviços de Terceiros	27	23
Depreciações e Amortizações	307	703
Total	57.730	58.336

20. Despesas Comerciais

As despesas comerciais da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	68.814	127.963
Remunerações	2.957	2.276
Encargos Sociais	340	554
Taxas e Tarifas	-	1
Serviços Técnicos Profissionais	101	85
Demais Serviços de Terceiros	5	6
Total	72.218	130.885

A Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa conforme descrito na Nota Explicativa nº 5.

21. Despesas Administrativas

As despesas administrativas da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, possuíam a composição a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Encargos Sociais	10.330	11.719
Remunerações	7.177	5.034
Processos Judiciais	5.453	51.497
Honorários da Diretoria e Conselho	842	643
Serviços Profissionais Contratados	524	519
Outros Serviços de Terceiros	467	265
Serviços de Conservação e Manutenção	344	521
Depreciações e Amortizações	192	1.353
Locação de Máquinas	94	28
Serviços de Comunicação	88	85
Outras Despesas com Material	26	30
Energia Elétrica	9	86
Material de Conservação e Manutenção	-	38
Outros Gastos Gerais	129	2.869
Total	26.675	74.687

22. Despesas Tributárias

As despesas tributárias da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estavam assim compostas:

	31/12/2021	31/12/2020
		Reapresentado
Impostos e Taxas Federais	2	3
Impostos e Taxas Estaduais	4	1
Juros	7.291	16.420
Multas	1.116	147
Encargos Legais e Honorários	2.575	3.268
Recuperações de Créditos	-	(699)
Total	10.988	19.140

O saldo de Recuperação de Créditos, em 2020, foram ajustados conforme nota explicativa 3.I.

23. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Outras Receitas Operacionais	57.702	5
Outras Receitas Eventuais	1	5
Receita de Convênios Federais	57.701	-
Outras Despesas Operacionais	(6)	(2)
Baixas ou Perdas do Ativo Fixo	-	(2)
Perdas Eventuais e Extraordinárias	(6)	-
Total	57.696	3

As receitas de convênios federais são decorrentes da execução dos convênios da Companhia, conforme Nota Explicativa nº 16.

24. Resultado Financeiro

O resultado financeiro da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentava a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita Financeira		
Ganhos com Aplicações Financeiras	3	-
Total de Receita Financeira	3	-
Despesa Financeira		
Juros Pagos ou Incorridos	(1)	-
Despesas Bancárias	(404)	(403)
Total de Despesa Financeira	(405)	(403)
Resultado Financeiro Líquido	(402)	(403)

25. Outras Informações

Os créditos fiscais, incidentes sobre o prejuízo fiscal, com base de cálculo negativa de contribuição social e diferenças temporárias que serão utilizados para dedução da carga tributária futura, conservadoramente não foram reconhecidos no ativo fiscal diferido, em função do histórico de prejuízos fiscais recorrentes pela Companhia nos últimos anos.

Não é política da Companhia, operar com derivativos ou outros instrumentos financeiros que envolvam riscos. A Caesa não possui dívidas decorrentes de empréstimos em instituições financeiras e nem exigibilidades indexada a moedas estrangeiras. Os aportes de recursos financeiros realizados pelo acionista controlador, Governo do Estado do Amapá, são provenientes de dotações orçamentárias ou de operações de créditos e são considerados não onerosos.

Considerando o ramo de atividade desenvolvido pela Companhia, não é efetuada nenhuma análise de crédito e em caso de inadimplência o serviço prestado é suspenso pelo critério de corte no fornecimento de água. O nível de perda na realização das contas a receber é considerado alto, entretanto, a Companhia tem envidado esforços no sentido de redução da inadimplência através de diversas ações junto aos seus clientes.

A Companhia não mantém contratos de seguros para coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndio e outros riscos sobre seus ativos e responsabilidades. Durante o exercício não ocorreram perdas significativas decorrentes dos riscos acima mencionados.

26. Eventos Subsequentes

Operação Assistida Consórcio Marco Zero e Período de Transição

Em 12 de janeiro de 2022, a Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A., controlada da Equatorial Participações e Investimentos III S.A., constituída pelo Consórcio Marco Zero, vencedor do leilão, deu início a fase de operação assistida, que ocorrerá no período de 180 dias, podendo ser prorrogado por mais 90 dias, quando será emitido Termo de Transferência do Sistema e encerrado o Período de Transição. Nessa fase, a CAESA continuará responsável pela operação do sistema e titular das receitas provenientes desta operação.

Provável Cisão Total da CAESA e Incorporação do Acervo Líquido pela IDEAS S.A.

O Governo do Estado do Amapá, por meio da Lei nº 2.655, de 2 de abril de 2022, autorizou a criação da IDEAS S.A. – Serviços de Inclusão Digital, Energias Alternativas, e Saneamento Básico Sociedade Anônima, em decorrência da cisão total da CAESA que ocorrerá por meio de deliberação da Assembleia Geral, após manifestação do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, e observando o procedimento previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Guerra da Ucrânia

A invasão da Ucrânia pela Rússia, na última semana do mês de fevereiro de 2022, causou forte reação nos preços dos ativos globais, suscitando dúvidas sobre o impacto que virá nas economias mundiais e os efeitos inflacionários advindos de um choque de commodities.

Como a Rússia é a grande fornecedora de petróleo e gás natural para a União Europeia, sanções sobre as exportações da Rússia tendem a elevar o preço do petróleo e gás natural. A elevação dos preços agrícolas, como o trigo e o milho, deve pressionar também os insumos agrícolas nos mercados, e de alguma forma causar desaceleração das economias mundiais e alta da inflação.

O Banco de Compensações Internacionais (BIS), espécie de banco dos bancos centrais, constata que a economia global enfrenta neste momento uma incerteza generalizada e que os desafios dos Bancos Centrais se tornaram mais complexos, inclusive considerando que sanções tão abrangentes nunca foram aplicadas a um país tão interconectado na economia mundial como a Rússia.

Em função das incertezas acerca do conflito, analistas acreditam que o mercado europeu possivelmente seja o mais prejudicado e, diante da importância dos russos na produção de gás e petróleo, estimam que os efeitos devem ser mais inflacionários. A Companhia está monitorando atentamente as repercussões desse conflito e seus impactos na economia mundial e brasileira, e no mercado em que atua.

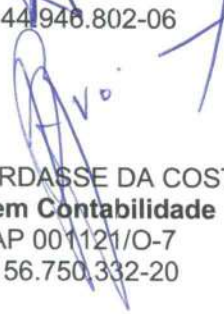
Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA



VALDINEI SANTANA AMANAJAS
Diretor Presidente
CPF: 144.948.802-06



PAULO ROBERTO GOMES DE BARROS
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF: 163.922.722-91

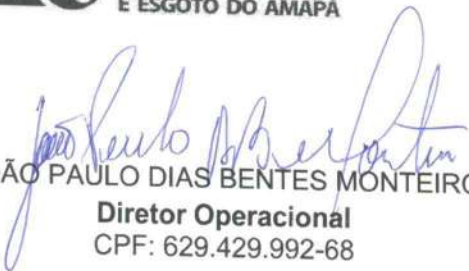


ROSALVO ARDASSE DA COSTA
Técnico em Contabilidade
CRC-AP 001121/O-7
CPF: 156.750.332-20



MAGALY BRITO BEZERRA XAVIER
Diretora Técnico
CPF: 365.935.249-72




JOÃO PAULO DIAS BENTES MONTEIRO
Diretor Operacional
CPF: 629.429.992-68


LUIZ JOSÉ DOS SANTOS MONTEIRO
Diretor Comercial
CPF: 061.595.672-68

ANEXO IX

RELATÓRIO E PARECER – AUDITORIA INTERNA DA CAESA

RELATÓRIO nº 001/2022-AUDIN

Assunto: Prestação de Contas Anual da Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA - Exercício 2021 e Relatório de Gestão.

A Auditoria Interna da Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA, como Unidade Central de Controle Interno, de acordo com as boas práticas de auditoria e no intuito de cumprir sua missão legal e institucional, vem apresentar manifestação sobre a Prestação de Contas e Relatório de Gestão correspondente ao Exercício 2021.

ESTRUTURA E POSICIONAMENTO DA AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da CAESA em âmbito administrativo está vinculada à Diretoria da Presidência conforme Organograma aprovado pelo Conselho de Administração – CONSAD. Seu quadro técnico é formado por funcionários efetivos que compõem uma equipe multidisciplinar, sendo designados para executar suas atribuições com imparcialidade e independência, mediante a definição de uma pauta de ações coordenadas e consignada no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT.

CAPACIDADE DOS CONTROLES INTERNOS

Considerando Controle Interno como planejamento organizacional e todos os métodos e procedimentos adotados dentro da Companhia, a fim de salvaguardar seus ativos, verificar a adequação e o suporte dos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas definidas pela direção.

Considerando que os controles internos devem ser úteis, práticos e econômicos. Que devem ser exercidos em linhas gerais para a segurança e proteção dos ativos e arquivos de informação; documentação e registros adequados; segregação de funções; procedimentos adequados de autorizações para o processamento das transações e verificações independentes.

A avaliação da eficácia dos controles internos da Companhia de Água e Esgoto do Amapá - Caesa objetivou principalmente verificar sua capacidade para evitar ou reduzir o impacto ou a possibilidade da ocorrência de eventos de risco na execução de seus processos e atividades que possam impedir ou dificultar o alcance de objetivos estabelecidos.

Procurou-se examinar se as operações ocorreram de forma ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz; se foram cumpridas as obrigações contidas nas leis, normas e regulamentos aplicáveis.

Das análises realizadas pela Auditoria Interna, evidenciou-se:

- 1) Quanto ao nível de organização administrativa consideramos regular a segregação de funções na Companhia que se apresenta hierarquicamente estruturada. Ressaltamos, porém, a necessidade de atualização das atribuições e limites de alçada de cada setor.

- 2) Constatamos, também, a necessidade de revisão dos processos internos das áreas operacional, comercial e administrativa objetivando maior celeridade e padronização das ações, melhorando sua execução e controle.
- 3) O processamento de autorização e aprovação das transações, conforme a sua especificidade, são desempenhadas somente pelos gestores máximos de cada Diretoria. No caso específico das transações financeiras pelo Diretor Presidente em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro.
- 4) Evidenciamos a necessidade de integração dos sistemas de informações para a elaboração tempestiva das demonstrações contábeis e atendimento das demais obrigações acessórias. A área contábil, fiscal, financeiro, patrimonial e de folha de pagamento trabalham com sistemas distintos da área Comercial e de gestão de material. Os relatórios comerciais e os relatórios das movimentações do estoque são contabilizados manualmente. O cálculo de depreciação é feito por saldo de conta contábil em detrimento do valor dos bens, de suas características técnicas, condições gerais de uso e outros fatores que possam influenciar na sua vida útil.
- 5) Considerando que o controle de entradas e saídas de materiais em estoque deve permitir sua exata mensuração. Evidenciamos que os relatórios de controle de almoxarifado passaram a ter um maior detalhamento de saldos analíticos e apresentação de dados gerenciais. No entanto, os controles internos de materiais ainda necessitam de aperfeiçoamentos. Deve ser observada a rotatividade dos produtos, objetivando identificar materiais com pouca movimentação que possam vir a perder a validade ou se tornar obsoleto, bem como manter estoque mínimo de produtos considerados essenciais as atividades da Companhia.
- 6) No exercício de 2021, a CAESA constituiu comissão para inventariar seu estoque para fins do Balanço Patrimonial. Constatamos que o respectivo inventário vem sendo objeto de ressalva da Auditoria Externa pelo fato da mesma não ter acompanhado a execução das contagens físicas e financeiras. Dessa forma, se faz necessário que a Companhia concilie a data de execução do inventário com a data dos serviços de Auditoria externa, para que a mesma possa realizar seus procedimentos técnicos de validação dos saldos.
- 7) No âmbito comercial, destacamos, as melhorias que vem ocorrendo na conciliação dos valores do Contas a Receber registrado no banco de dados comercial com os valores registrados contabilmente. Quanto a Provisão Para Devedores Duvidosos – PDD, a mesma deve considerar análises criteriosas e parâmetros como a análise individual do saldo de cada devedor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento. Na Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA, constatamos que houve no exercício de 2021 a constituição de Provisão Para Devedores Duvidosos com base em relatório emitido pela Diretoria Comercial.



- 8) Em relação à segurança dos arquivos de informações, conforme constatações junto a Gerência de Tecnologia da Informação da CAESA - GERTI, os bancos de dados da área Comercial estão no Centro de Gestão da Tecnologia da Informação do Governo do Estado do Amapá – PRODAP, enquanto os bancos de dados Administrativos e Financeiros estão armazenados localmente nos equipamentos (servidores) desta Companhia.
- 9) Considerando o elevado número de ações judiciais em desfavor da Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA, ênfase deve ser dada a ações que objetivem mitigar os impactos que tais processos exercem sobre a empresa.

ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES

As recomendações emitidas visam à adequação dos controles internos administrativos e devem ser avaliadas e ponderadas pela autoridade competente. Sua implementação objetiva o aperfeiçoamento de mecanismos, processos e sistemas de controle interno administrativo, aprimoramento de normas e outras melhorias gerenciais nas unidades auditadas. As recomendações de auditoria são resultado do trabalho realizado e possuem correspondência direta com os achados de auditoria, sendo exequíveis e agregando valor à instituição.

Na Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA, o acompanhamento das recomendações da Auditoria Interna é realizado através do Sistema de Gestão de Documentos (PRODOC), disponibilizado pelo Governo do Estado do Amapá – GEA. Trata-se de ferramenta que permite tramitações de processos de forma digital, com gerenciamento, pesquisa, controle e acompanhamento de documentos tramitados. Possibilitando, desta forma, a confirmação de recebimento eletrônico, e monitoramento das deliberações quanto às recomendações emitidas.

MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No exercício de 2021, no planejamento anual de atividades de auditoria interna, as matérias examinadas foram definidas e monitoradas em função dos riscos relacionados aos processos de trabalho da organização e do impacto ocasionado por tais riscos no alcance dos objetivos institucionais. Dentre os critérios elencados para a seleção das ações desenvolvidas e monitoradas, na perspectiva da avaliação dos riscos envolvidos, está a materialidade, a relevância e a criticidade.

O processo de monitoramento tem o objetivo de acompanhar as recomendações formuladas pela AUDIN, bem como proceder à análise das providências adotadas para implementação das mesmas.



COMUNICAÇÃO INTERNA DAS RECOMENDAÇÕES

A Auditoria Interna - AUDIN comunica-se diretamente com a Diretoria da Presidência sobre os achados e recomendações.

Os instrumentos de manifestação representam um entendimento de natureza técnica relativo à área de atuação da AUDIN. É o documento que serve para prestar informações, orientações, opiniões e recomendações, além de apresentar conclusões e encaminhamentos ao gestor responsável.

PLANO DE TRABALHO

O plano Anual de Atividades de Auditoria – PAINT estabeleceu os parâmetros para a organização e condução dos trabalhos, incluindo a priorização de objetos a serem trabalhados, classificados por meio de matriz de risco. Dentre os itens trabalhados destacamos: gestão de pessoal; gestão comercial; gestão de material; gestão patrimonial; gestão de obras; gestão tributária; licitações; passivos judiciais; gestão de contratos; itens requeridos pelo TCE para prestação de contas.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2021

A Companhia apresentou suas Demonstrações Contábeis, cujo Balanço Patrimonial na data base de 31/12/2021 apresentou os seguintes saldos:

Balanço Patrimonial Encerrado no período de 31 de Dezembro de 2021

Conta	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO	139.491.792,25 D	178.100.968,23 D
CIRCULANTE	10.653.820,95 D	45.570.380,53 D
DISPONIBILIDADES	1.024.074,79 D	1.941.157,48 D
CONTAS À RECEBER DE CLIENTES	2.527.104,47 D	35.298.372,33 D
CRÉDITOS À RECEBER	844.219,70 D	1.588.719,17 D
ESTOQUE PARA OPERAÇÃO	6.258.421,99 D	6.742.131,55 D
INVESTIMENTOS	796,99 D	796,99 D
PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS EMPRESAS	796,99 D	796,99 D
INTANGÍVEL	0,00	0,00
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	33.914,00 D	33.914,00 D
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS (CR)	33.914,00 C	33.914,00 C
IMOBILIZADO TÉCNICO	112.034.374,65 D	105.811.105,97 D
SISTEMA DE ÁGUA	223.736.886,15 D	209.603.062,74 D
SISTEMAS DE ESGOTOS	15.374.437,61 D	15.374.437,61 D
BENS	11.276.904,28 D	10.926.581,76 D
DEPRECIACÕES ACUMULADAS	138.353.853,39 C	130.092.976,14 C
PROJETOS E OBRAS EM ANDAMENTO	16.802.799,66 D	26.718.684,74 D
SISTEMA DE ÁGUA	0,00	1.915.101,57 D
BENS	0,00	132.115,01 D
OBRAS EM ANDAMENTO - CONVÊNIOS	16.802.799,66 D	24.671.468,16 D
PASSIVO	139.491.792,25 C	178.100.968,23 C
CIRCULANTE	502.087.906,41 C	462.261.528,49 C
CONTAS À PAGAR	498.720.571,58 C	459.226.259,72 C
PROVISÕES	3.367.334,83 C	3.035.268,77 C
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	121.408.994,94 C	182.308.245,84 C
CONTAS À PAGAR	192.012,35 C	0,00
PROVISÕES	105.200.018,06 C	103.716.335,50 C
SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS	16.016.964,53 C	78.591.910,34 C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	484.005.109,10 D	466.468.806,10 D
CAPITAL SOCIAL	426.991.802,22 C	380.854.885,91 C
RESERVAS DE CAPITAL	29.362.159,15 C	43.560.409,17 C
RESERVAS DE LUCROS	9.523,04 C	9.523,04 C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	940.368.593,51 D	893.778.134,23 D
CRÉDITO PARA AUMENTO DE CAPITAL	0,00	2.884.510,01 C

Examinando as demonstrações contábeis, em nossa opinião as mesmas refletem a posição patrimonial e financeira da Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA, exceto quanto aos itens a seguir relacionados: Imobilizado; Impostos, Taxas e Contribuições; Parcelamento e Acordos com Fornecedores.

O Imobilizado tem o cálculo de depreciação feito por saldo de conta contábil em detrimento do valor dos bens, de suas características técnicas, condições gerais de uso e outros fatores que possam influenciar na sua vida útil.

A Companhia no exercício em questão também não realizou o Teste de Recuperação de Ativos.

Nos registros contábeis do grupo Impostos, Taxas e Contribuições, apenas a Dívida Ativa junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN teve reconhecido contabilmente os juros, multas e demais encargos incidentes sobre os valores em atraso. Os tributos registrados neste grupo necessitam de conciliação da dívida em cobrança administrativa com a dívida em trâmite na PGFN e em execução fiscal, mitigando inconsistências relacionadas a registros em duplicidade.

A Conta do Passivo Circulante "Parcelamento e Acordos com Fornecedores", demanda conciliação com a conta "Processos Judiciais Cíveis" do Passivo Não Circulante com a finalidade de eliminar duplicidade de registros.

Em termos de Análise de Balanço destacamos:

Índice de Liquidez Corrente: representa o quanto a empresa dispõe, em valores imediatamente disponíveis ou direitos conversíveis rapidamente em dinheiro, para saldar suas obrigações de curto prazo. Seu resultado indica quantos reais a empresa possui em bens e direito de curto prazo (Ativo Circulante) para fazer frente a cada real de dívidas de curto prazo que a empresa tem a pagar (Passivo Circulante). É obtido pela fórmula "Liquidez Corrente = Ativo Circulante / Passivo Circulante". No Balanço em análise, o resultado de **0,02** demonstra que a empresa não teria capital disponível suficiente para quitar suas obrigações a curto prazo, quando necessário.

Índice de Liquidez Seca: esse índice diferencia-se da Liquidez Corrente, por não conter o valor dos estoques. Esse índice se obtém pelo quociente da seguinte divisão: $\text{Liquidez Seca} = (\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}) / \text{Passivo Circulante}$. O resultado de **0,0088** não considera a utilização do estoque como disponibilidade, já que a liquidez do estoque dependeria de sua venda, o que não faz parte da atividade econômica da Caesa. O resultado demonstra que a empresa não teria capital disponível suficiente para quitar suas obrigações a curto prazo.

Índice de Liquidez Geral: esse índice mais abrangente serve para detectar a saúde financeira da empresa de forma global (no que se refere à liquidez), avaliando a situação de longo prazo da empresa. A fórmula para obtenção do seu quociente é: $\text{Liquidez Geral} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$. Assim, o Índice de Liquidez Geral indica quanto a empresa possui em dinheiro, bens e direitos realizáveis a curto e longo prazo, para fazer face à totalidade de suas dívidas. O resultado 0,017 demonstra que se a empresa negociar

todos os seus bens e direitos de curto e de longo prazos não conseguirá honrar todas as suas dívidas, estando com a saúde financeira comprometida.

Índice de Solvência Geral: o índice de solvência geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolvem, além dos recursos líquidos, também os permanentes. $ISG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante e Exigível a Longo prazo (Não Circulante)}}$. O resultado obtido foi de 0,22. Resultado menor que 1 (um) representa insolvência, ou seja, passivo a descoberto, obrigações maiores que os bens e direitos.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Constatamos que o Relatório de Gestão em sua elaboração procurou seguir as diretrizes da Decisão Normativa nº 018/2021 – TCE/AP que dispõe sobre as unidades jurisdicionadas cujos dirigentes máximos devem apresentar Relatório de Gestão, forma, conteúdo e prazo de apresentação; Decisão Normativa nº 019/2021 – TCE/AP que dispõe acerca das unidades jurisdicionada cujos gestores terão as contas julgadas, forma, conteúdo e prazo de entrega das peças complementares; Decisão Normativa nº 020/2022 – TCE/AP que dispõe sobre a prorrogação de prazo para apresentação do Relatório de Gestão e Peças Complementares.

CONCLUSÃO

As Demonstrações Contábeis apontam um desequilíbrio econômico e financeiro, com Patrimônio Líquido a Descoberto, oriundo de sucessivos prejuízos e aumento dos passivos da Companhia, impactando diretamente na continuidade de suas operações.

No exercício de 2021, ocorreu o leilão de concessão da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do estado do Amapá. O consórcio Marco Zero, formado pelas empresas Equatorial Participações e Investimentos e Sam Ambiental Engenharia, venceu o leilão realizado em 02 de setembro de 2021, na Bolsa de Valores - B3, em São Paulo. O grupo apresentou proposta com um deságio de 20% em relação à tarifa de referência, além de outorga de R\$ 930 milhões, 1.760% acima do valor mínimo estipulado pelo edital, de R\$ 50 milhões. O consórcio Marco Zero assumirá o compromisso de promover o abastecimento de água e a coleta e o tratamento de esgoto das áreas urbanas de todos os 16 municípios do Amapá, durante os 35 anos da concessão. O Governo do Estado do Amapá – GEA, prevê a criação de uma nova companhia, denominada Serviços de Inclusão Digital, Energias Alternativas e Saneamento (Ideas S.A), que atenderá com serviços de internet, energias renováveis, água e esgoto, localidades de fora dos centros urbanos, como comunidades quilombolas, extrativistas, ribeirinhas e indígenas que ficaram fora das áreas da concessão.

Segue o parecer da Unidade Central de Controle Interno referente às Contas de Gestão do exercício 2021, da Companhia de Água e Esgoto do Amapá - CAESA, prosseguindo para conhecimento do Sr. Diretor Presidente.

PARECER DE AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da Companhia de Água e Esgoto do Amapá - CAESA, em cumprimento de sua missão legal e institucional, de acordo com as boas práticas de auditoria ao examinar o funcionamento do sistema de controle interno, mediante o acompanhamento e auditoria da gestão, objetivou avaliar de forma sistêmica áreas consideradas relevantes para as atividades desenvolvidas pela Companhia, apresentando recomendações para o aperfeiçoamento do controle e acompanhamento das atividades.

Constatamos que o Processo de Prestação de Contas Anual está sendo iniciado e organizado pelo Núcleo de Planejamento - NUPLAN, com peças previstas na Decisão Normativa nº 018 e 019/2021 - TCE/AP.

Diante do exposto, no que diz respeito às contas da Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA, durante o exercício de 2021, com base no exposto no Relatório de Auditoria Interna, e considerado as Demonstrações Contábeis, em nossa opinião, exceto quanto aos pontos de ressalvas, somos de manifestação pela aprovação com ressalvas das Contas.

O Relatório de Gestão deverá ser submetido à apreciação dos demais órgãos de controle interno e do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE.

Macapá – AP, 30 de maio de 2022.



Jocimar A. P. Mendonça
Auditor Interno
CRC - AP 001163

ANEXO X

RELATÓRIO E PARECER – AUDITORES INDEPENDENTES

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO AMAPÁ CAESA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES Findo em 31 de dezembro de 2021

Rua Dom Vital, 115, Salas 13, 14 e 15, Farol – Cep: 57051-200 – Maceió – Alagoas – Fone: +55 (82) 3023-0179
www.convicta.net.br

Página 1

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO AMAPÁ CAESA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Findo em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo:

✓ Apresentação.....	pág. 04
✓ Metodologia do Trabalho.....	pág. 06
✓ Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2021.....	pág. 08
✓ Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas.....	pág. 15

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

(1.1) Com vistas à execução dos trabalhos referente à auditoria independente, voltada ao exame das demonstrações financeiras findas em **31 de dezembro de 2021**, informamos que a documentação da **COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO AMAPÁ - CAESA**, foi analisada durante o período de **03 de maio a 17 de junho de 2022**.

(1.2) Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, numa base seletiva, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

✓ **Apresentação**

APRESENTAÇÃO

Firma de Auditoria

Nome empresarial: **CONVICTA Auditores Independentes S/S**

Endereço: RUA Dom Vital, 115, sala 15, Farol - CEP: 57051-200,
Maceió - Alagoas - Brasil

Inscrições: CNPJ nº 03.061.922/0001-05
CRC/AL nº 196 - CVM nº 7.706 - CNAI-PJ nº 62
CVM / SUSEP / BACEN / OCB / IBRACON / IIA BRASIL / MP-AL

Responsável Técnico: Carlos Henrique do Nascimento
Contador - CRC/AL nº 3.376 | CNAI nº 594

Entidade Auditada

Nome empresarial: **Companhia de Água e Esgotos do Amapá - CAESA**

Endereço: Avenida Ernestino Borges, nº 222, CEP 68900-000, Central,
Macapá - AP

Inscrição: CNPJ nº 05.976.311/0001-04

Presidente: Valdinei Santana Amanajás

Contador: Rosalvo Ardasse da Costa
CRC AP-001121/O-7

✓ **Metodologia de Trabalho**

METODOLOGIA DE TRABALHO

Os trabalhos foram realizados em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) aplicáveis à auditoria independente, instituídas pelas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e em consonância com a legislação vigente, envolvendo a análise das operações realizadas juntamente com seus respectivos registros contábeis, através da documentação probante e outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias, em grau e profundidade suficiente à emissão do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em **31 de dezembro de 2021**.

Utilizamos os procedimentos representativos da técnica de seleção de amostragens indicada para este tipo de trabalho, inclusive efetuando a análise de controles internos existentes na Entidade.

Nosso trabalho foi desenvolvido obedecendo uma linha de ação sequenciada, tendo como objetivo precípuo a constatação do atendimento das finalidades, conforme exposto a seguir:

- a) Planejamento dos trabalhos de auditoria;
- b) Contatos com os responsáveis pelas áreas: contábil, administrativa e financeira, envolvidos com a movimentação dos recursos, registros contábeis e outros documentos, para um melhor entendimento das operações realizadas;
- c) Conhecimento e análise das transações praticadas, com a finalidade de conhecer os principais fluxos de documentos e informações, bem como as funções básicas de seus controles internos e contábeis;
- d) Avaliação e mensuração dos sistemas de controles internos utilizados, visando a constatação de sua segurança, principalmente, no tocante a existência da segregação de funções e responsabilidades;
- e) Testes das transações escrituradas na contabilidade, com base nos relatórios e demonstrativos contábeis, a fim de avaliar a sua consistência e o cumprimento dos contratos, normas e dispositivos legais;
- f) Quantificação e avaliação realizadas sobre os saldos das rubricas integrantes das demonstrações financeiras, visando, com base nos resultados das constatações, apresentar este relatório, expressando nossa opinião sobre as demonstrações financeiras auditadas;
- g) Avaliação da base contábil de continuidade operacional usada pela Administração.

✓ **Relatório dos Auditores Independentes sobre
as Demonstrações Financeiras findas em 31 de
dezembro de 2021**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Assembleia Geral e Presidência da
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO AMAPÁ - CAESA
Macapá - AP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO AMAPÁ - CAESA** ("**COMPANHIA**"), que compreendem o balanço patrimonial, em **31 de dezembro de 2021**, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA**, em **31 de dezembro de 2021**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

(I) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as cartas de circularizações de Clientes (Nota Explicativa nº 5), Fornecedores (Nota Explicativa nº 9) e das contas correntes e aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 4), das instituições financeiras: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A. e Caixa Econômica Federal da **COMPANHIA**, não foram respondidas a esta firma de auditoria; representando assim, limitação de escopo de nossos trabalhos. Além disso na circularização recebida do Banco Santander S.A. identificamos que a **COMPANHIA** não reconheceu contabilmente duas aplicações financeiras, no montante de R\$ 24 mil. Portanto, não foi possível, por meio deste procedimento de auditoria, concluirmos sobre os saldos contábeis destas contas, bem como os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações financeiras findas naquela data.

(II) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a **COMPANHIA**, constituiu estimativa com perdas para créditos de liquidação duvidosa de clientes, conforme descrito nas Notas Explicativas nº 3.c e nº 5, no valor de R\$ 68.814 mil e possuía saldos acumulados registrados no montante de R\$ 361.515 mil, naquela data, para os quais não dispunha de controles adequados e suficientes e política interna que permitisse estimar de forma confiável o valor das prováveis perdas; representando, assim, limitação de escopo de nossos trabalhos. Consequentemente, não foi possível ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, confirmarmos o valor da estimativa com perdas e os eventuais efeitos que possam vir a impactar as demonstrações financeiras findas naquela data.

(III) Não acompanhamos a contagem física dos estoques de materiais (R\$ 6.258 mil – Nota Explicativa nº 7), da **COMPANHIA**, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como não foram apresentados controles internos suficientes e adequados que permitissem aferir aqueles valores. Portanto, não foi possível confirmarmos a adequação daqueles saldos por meio

de procedimentos adicionais de auditoria, e consequentemente os eventuais efeitos que possam vir a impactar as demonstrações financeiras findas naquela data.

(IV) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a **COMPANHIA** não possuía informações e controles internos individuais adequados e suficientes em relação aos bens patrimoniais apresentados no ativo imobilizado, cujo custo contábil naquela data totalizou R\$ 267.192 mil, bem como a respectiva depreciação acumulada, no valor de R\$ 138.354 mil (Nota Explicativa nº 8); cujos efeitos estão sujeitos a levantamentos patrimoniais com vistas a atender a CPC 27 – Ativo Imobilizado. Além disso, não foi realizada a análise e o teste quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos). A ausência de controles e informações adequadas de análise e de teste de recuperabilidade desses ativos não permitiu avaliar a existência de possíveis perdas de ativos registrados com valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda relativos ao ativo, naquela data. Sendo assim, não foi possível, nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre os saldos contábeis dessas contas, bem como os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações financeiras do exercício findo naquela data.

(V) A **COMPANHIA**, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não possuía controles internos adequados, suficiente e atualizados referentes a aproximadamente R\$ 160.521 mil incluídos nos saldos de “impostos, taxas e contribuições” (Nota Explicativa nº 10); também não possuía controles internos adequados e suficientes, no tocante aos “parcelamentos”, passivo circulante e não circulante, nos valores de R\$ 3.942 mil e R\$ 192 mil, respectivamente (Nota Explicativa nº 13), de “outras contas a pagar”, no valor de R\$ 5.231 (Nota Explicativa nº 14) e de “subvenções e assistências”, no valor de R\$ 16.017 mil (Nota Explicativa nº 16); assim como das respectivas “receitas de convênios federais”, no valor de R\$ 57.701 mil (Nota Explicativa nº 23), representando, assim, limitação do escopo dos nossos trabalhos. Consequentemente, não foi possível, nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre a adequação daqueles saldos, bem como os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações financeiras do exercício findo naquela data.

(VI) A **COMPANHIA**, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentava diferenças não conciliadas, de cerca de R\$ 43.285 mil, entre os controles internos das Provisões para Contingências e os saldos contábeis (R\$ 105.200 mil, Nota Explicativa nº 15), referente a ações judiciais com prognóstico provável não contabilizadas. Bem como as cartas de circularização dos assessores jurídicos próprios e/ou terceirizados no tocante as provisões e contingências passivas, relacionadas as ações trabalhistas, tributárias, cíveis e/ou ambientais (CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), não foram respondidas a esta firma de auditoria; representando, assim, limitação de escopo de nossos trabalhos. Diante disso, não foi possível, nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre os saldos das provisões passivas não reconhecidas e das contingências passivas, e os respectivos efeitos que possam vir a impactar às demonstrações financeiras do exercício findo naquela data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a **COMPANHIA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de

acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Amapá

As operações de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado do Amapá foram objeto Edital de Concorrência Internacional nº 01/2021 - Concessão da Prestação Regionalizada dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e dos Serviços Complementares dos Municípios do Estado do Amapá (Nota Explicativa nº 1.1), referente a concessão da prestação regionalizada dos serviços e serviços complementares na área de concessão, por meio da exploração das infraestruturas integrantes do sistema, hoje de propriedade da **COMPANHIA**. O Consórcio Marco Zero, representado pela empresa Líder Equatorial Participações e Investimentos III S.A., foi declarado vencedor, com proposta comercial de (i) deságio tarifário máximo igual a 20% (vinte por cento); e (ii) outorga total de R\$ 930.008 mil, paga aos municípios. O início da operação pelo consórcio vencedor se dará após concluído o período de operação assistida. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Operação Assistida e Período de Transição

Em 12 de janeiro de 2022, a Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A., controlada da Equatorial Participações e Investimentos III S.A., constituída pelo Consórcio Marco Zero, vencedor do leilão, deu início a fase de operação assistida, que ocorrerá no período de 180 dias, podendo ser prorrogado por mais 90 dias (Nota Explicativa nº 26), quando será emitido Termo de Transferência do Sistema e encerrado o Período de Transição. Nessa fase, a **COMPANHIA** continuará responsável pela operação do sistema e titular das receitas provenientes desta operação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Provável Cisão Total da CAESA e Incorporação do Acervo Líquido pela IDEAS S.A.

O Governo do Estado do Amapá, por meio da Lei nº 2.655, de 2 de abril de 2022, autorizou a criação da IDEAS S.A. – Serviços de Inclusão Digital, Energias Alternativas, e Saneamento Básico Sociedade Anônima, em decorrência da cisão total da **COMPANHIA** (Nota Explicativa nº 26) que ocorrerá por meio de deliberação da Assembleia Geral, após manifestação do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, e observando o procedimento previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Incerteza Relevante Relacionada com a Continuidade Operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 17.4 às demonstrações contábeis, que indica que a **COMPANHIA** incorreu no prejuízo de R\$ 47.289 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, nessa data, o passivo circulante da companhia excedeu o total do ativo em R\$ 362.596 mil. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 17.4, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 26, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da **COMPANHIA**. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Impactos Causados pela Pandemia da COVID-19

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.2, no tocante aos efeitos do COVID-19 sobre as demonstrações financeiras. A administração da **COMPANHIA** entende que não houve necessidade de eventuais mudanças nas premissas e julgamentos atualmente adotados, ou de ajustes nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, e como resultado da implementação de medidas de monitoramento constante do caixa, a **COMPANHIA**, estima que manterá equilibrado seu fluxo de caixa. Com isso, acredita ter recursos adequados para continuar suas operações no curto prazo e médio prazo, deste modo, o pressuposto de *going concern* foi aplicado na preparação das demonstrações financeiras findas naquela data. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Guerra da Ucrânia

Conforme Nota Explicativa nº 26, a invasão da Ucrânia pela Rússia, no mês de fevereiro de 2022, causou forte reação nos preços dos ativos globais, suscitando dúvidas sobre o impacto que virá nas economias mundiais e os efeitos inflacionários advindos de um choque de commodities. Como a Rússia é a grande fornecedora de petróleo e gás natural para a União Europeia, sanções sobre exportações da Rússia tendem a elevar o preço do petróleo e gás natural, e em conjunto com a elevação dos preços agrícolas, como o trigo, milho e insumos agrícolas nos mercados, deve de alguma forma causar desaceleração das economias mundiais e alta de inflação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação de Saldos Comparativos das Demonstrações Financeiras

Conforme divulgado na nota explicativa nº 3.1, a **COMPANHIA** procedeu com reapresentações, de forma retrospectiva, dos saldos das demonstrações contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação. Os saldos foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Relatório da Administração

A **COMPANHIA** não elaborou e apresentou, em 31 de dezembro de 2021, Relatório da Administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Revisão dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Os valores referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações do resultado, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, que estão sendo apresentadas pela administração da **COMPANHIA** como informações suplementares e comparativas, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram opinião, em 26 de julho de 2021, com ressalvas relacionadas a: a) ausência de inventário físico de estoques, b) ausência de revisão periódica da vida útil dos ativos imobilizados, c) ausência de aplicação da ICPC 01 – Contratos de Concessões, d) ausência de composição dos saldos e de atualização dos valores de Impostos, Taxas e Contribuições, e) inadequações nos registros das provisões para contingências, f) ausência de controles

adequados para as Subvenções e Assistências, e g) inadequações na apresentação das demonstrações contábeis; e ênfases relacionadas a: i) incerteza relevante quanto a continuidade operacional, ii) ausência de cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado, e iii) ausência de reapresentação das demonstrações.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **COMPANHIA** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **COMPANHIA** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da **COMPANHIA** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

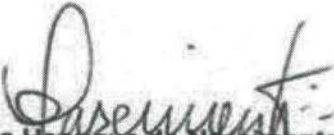
- (a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- (b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **COMPANHIA**.
- (c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- (d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **COMPANHIA** a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maceió/AL, 17 de junho de 2022.

CONVICTA
Auditores Independentes S/S
CRC/AL nº 196 | CVM nº 7.706 | CNAI-PJ nº 62


Carlos Henrique do Nascimento
Contador
CRC/AL nº 3.376 | CNAI nº 594

✓ **Demonstrações Financeiras e Notas
Explicativas**

Avenida Ernestino Borges, nº 222 - Central
CEP: 68900-000 | Macapá - AL | Telefone: (96) 8801-3947
[HTTPS://CAESA.PORTAQ.AP.GOV.BR](https://caesa.portaq.ap.gov.br)

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO AMAPÁ - CAESA

CNPJ nº 05.976.311/0001-04

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Milhares de Reais)

Ativo	Notas	2021		Passivo	Notas	2020	
						Reapresentado	Reapresentado
Circulante		10.653		Circulante		502.088	462.262
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.024		Fornecedores	9	16.691	6.193
Contas a Receber de Clientes	5	2.527		Impostos, Taxas e Contribuições	10	472.584	443.985
Créditos a Receber	6	844		Ordenados e Salários	11	273	418
Estoque de Materiais	7	6.258		Provisões Trabalhistas	12	3.367	3.035
				Parcelamentos	13	3.942	4.558
Não Circulante		128.839		Outras Contas a Pagar	14	5.231	4.073
Investimentos Imobilizado	8	128.838		Não Circulante		121.409	182.308
				Parcelamentos	13	192	-
				Provisões para Contingências	15	105.200	103.716
				Subvenções e Assistências	16	16.017	78.592
				Patrimônio Líquido	17	(484.005)	(465.770)
				Capital Social	17.1	426.992	380.855
				Reservas de Capital	17.2	29.362	43.560
				Reserva Legal	17.3	9	9
				Crédito para aumento de Capital		-	2.885
				Prejuízos acumulados	17.4	(940.368)	(893.079)
Total do Ativo		139.492		Total do Passivo e Patrimônio Líquido		139.492	178.800

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO AMAPÁ - CAESA

CNPJ nº 05.976.311/0001-04

Demonstrações de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Milhares de Reais)

	Notas	2021	2020
			Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	18	62.028	65.018
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	19	(57.730)	(58.336)
LUCRO BRUTO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		4.298	6.682
(-) Despesas Comerciais	20	(72.218)	(130.885)
(-) Despesas Administrativas	21	(25.675)	(74.687)
(-) Despesas Tributárias	22	(10.988)	(19.140)
(+) Outras Receitas (Despesas) Operacionais	23	57.696	3
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(46.887)	(218.027)
Resultado Financeiro Líquido	24	(402)	(403)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(47.289)	(218.430)
(-) Imposto de Renda		-	-
(-) Contribuição Social		-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(47.289)	(218.430)

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO AMAPÁ - CAESA

CNPJ nº 05.976.311/0001-04

Demonstrações dos Resultados Abrangentes**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Em Milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
		Reapresentado
Prejuízo Líquido do Exercício	<u>(47.289)</u>	<u>(218.430)</u>
Resultado Abrangente do Exercício	<u>(47.289)</u>	<u>(218.430)</u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO AMAPÁ - CAESA

CNPJ nº 05.976.311/0001-04

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Milhares de Reais)

	Notas	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Crédito para Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		380.855	734	9	2.885	(674.649)	(290.166)
Aumento de Capital			42.826				42.826
Resultado do Exercício						(218.430)	(218.430)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	17	380.855	43.560	9	2.885	(893.079)	(465.770)
Aumento de Capital		46.137					-
Aumento da Reserva de Capital			(43.252)		(2.885)		29.054
Resultado do Exercício			29.054			(47.289)	(47.289)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17	426.992	29.362	9	-	(940.368)	(484.005)

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO AMAPÁ - CAESA

CNPJ nº 05.976.311/0001-04

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Milhares de Reais)

	Notas	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			Reapresentado
Prejuízo Líquido do Exercício		(47.289)	(218.430)
Ajustes do Resultado Líquido			
Estimativa de Perda com Créditos de Liquidação Duvidosa		68.814	127.953
Depreciação e Amortização		8.261	15.882
Provisões para Contingências		1.484	51.497
Lucro (ou Prejuízo) Líquido do Exercício Ajustado		31.270	(23.098)
Variação nas Contas Ativas e Passivas			
Ativas		(34.115)	(37.277)
Contas a Receber de Clientes		(36.043)	(35.375)
Créditos a Receber		1.444	(1.148)
Estoques		484	(754)
Passivas		(22.557)	23.425
Fornecedores		10.498	(18.821)
Impostos, Taxas e Contribuições		28.599	38.303
Ordenados e Salários a Pagar		(145)	(2.789)
Provisões Trabalhistas		332	(395)
Subvenções e Assistências		(62.575)	3.448
Parcelamento		(424)	3.830
Outras Contas a Pagar		1.158	(151)
Caixa Aplicado nas Atividades Operacionais		(25.402)	(36.950)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de Imobilizado		(4.569)	(4.114)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos		(4.569)	(4.114)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Aumento de Capital		29.054	42.826
Caixa Gerado nas Atividades de Financiamentos		29.054	42.826
Geração (ou Aplicação) de Caixa e Equivalentes de Caixa no Exercício		(917)	1.762
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	1.941	179
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	1.024	1.941
Geração (ou Aplicação) de Caixa e Equivalentes de Caixa no Exercício		(917)	1.762

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Água e Esgotos do Amapá - CAESA
Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO AMAPÁ – CAESA instituída Sociedade de Economia Mista de capital fechado, criada pelo Decreto Lei nº 490 de 04 de março de 1969, de capita autorizado, órgão da Administração Indireta, regida por este Estatuto, pelo Decreto de Criação, pela Lei 6.404/76 e suas alterações, e subsidiariamente pela Lei nº 11.445/2007 (Lei de Saneamento Básico). Constituída com Integralização do capital Social por Atos da Assembleia Geral realizada em 24 de abril de 1973. Tem como acionista majoritário o Governo do Estado do Amapá, com 99,99% das ações. Seu objetivo social é coordenar o planejamento, executar e explorar os serviços públicos de saneamento básico no Estado do Amapá, incluindo captação, tratamento e distribuição de água, a coleta e o tratamento de esgoto sanitário.

1.1 Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Amapá

As operações de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado do Amapá foram objeto Edital de Concorrência Internacional nº 01/2021 - Concessão da Prestação Regionalizada dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e dos Serviços Complementares dos Municípios do Estado do Amapá, referente a concessão da prestação regionalizada dos serviços e serviços complementares na área de concessão, por meio da exploração das infraestruturas integrantes do sistema, hoje de propriedade da CAESA. O Consórcio Marco Zero, representado pela empresa líder Equatorial Participações e Investimentos III S.A., foi declarado vencedor, com proposta comercial de (i) deságio tarifário máximo igual a 20% (vinte por cento); e (ii) outorga total de R\$ 930.008 mil, paga aos municípios. O início da operação pelo consórcio vencedor se dará após concluído o período de operação assistida.

1.2 Coronavírus (COVID-19)

A CAESA desde o início do surto do novo Coronavírus (COVID-19) no Brasil, mantém acompanhamento próximo dos impactos deste evento em suas operações. Diversas medidas e protocolos vêm sendo adotados no sentido de preservar a integridade, a saúde e a segurança de todos os seus colaboradores, tanto no contexto administrativo como operacional, além de se determinar planos de contingência para a sustentação de suas operações. Os canais de comunicação da Companhia com seus colaboradores vêm sendo utilizados diariamente na conscientização acerca de cuidados necessários para evitar o contágio e a transmissão do vírus.

Os nossos planos de contingência envolvem diversas frentes de atuação: (1) implantação do regime de trabalho remoto da maneira mais generalizada possível, (2) acompanhamento de casos sintomáticos pela área de segurança e medicina do trabalho para medidas (em conformidade com as orientações das autoridades) imediatas de encaminhamento de cada caso, e (3) eventuais planos de contingência para fazer face à diminuição no consumo de energia elétrica no mercado nacional, que venham a impactar o faturamento vinculado às atividades de geração e transmissão.

Embora as operações da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, não temos como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados a este cenário de um possível desdobramento da pandemia e novas variantes e, portanto, seguimos com o monitoramento de futuros impactos financeiros e avaliação de ações a serem tomadas, assim como garantimos que as decisões da Companhia sejam constantemente atualizadas considerando as orientações de saúde em vigor no Brasil e no mundo.

A administração da Companhia entende que não houve necessidade de eventuais mudanças nas premissas e julgamentos atualmente adotados, ou de ajustes nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021, e como resultado da implementação de medidas de monitoramento constante de caixa e dos gastos, a Companhia, estima que manterá equilibrado seu fluxo de caixa. Com isso, acredita ter recursos adequados para continuar suas operações no curto prazo e médio prazo, deste modo, o pressuposto de *going concern* foi aplicado na preparação das demonstrações financeiras findas naquela data.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a égide da Estrutura Conceitual, objetivando fornecer informações para a tomada de decisões, sendo estas apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em simetria com os Pronunciamentos Contábeis (CPC) além de estar alinhada com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, bem como em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e suas atualização. A Companhia vem adotando o pronunciamento CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado por entender ser um demonstrativo de grande importância para a sociedade. A Companhia adota as avaliações e os procedimentos necessários para a apresentação das demonstrações contábeis em conformidade com novas práticas contábeis.

Essas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A administração da Companhia autorizou a conclusão da presente demonstração contábil em 27 de maio de 2021, avaliando como eventos subsequentes aqueles citados na nota explicativa nº 26.

3. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do Balanço, não ultrapassando o valor de mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas, e não divergem

significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

b) Contas a Receber de Clientes

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água e pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável. Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.

c) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi constituída provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para as contas a receber vencidas a mais de 90 dias.

d) Estoques de Materiais

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto, bem como aqueles destinados a projetos, estão demonstrados ao custo médio de aquisição, sendo classificados no ativo circulante.

e) Imobilizado

O imobilizado técnico do sistema de abastecimento de água e esgoto e de bens de uso geral é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, mediante aplicação das taxas permitidas pela legislação fiscal e que levam em conta a vida útil dos bens, sendo depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.

f) Projetos e Obras em Andamento

São registrados pelos investimentos realizados durante a fase de construção, em instalações técnicas para implantação, ampliação e/ou melhoria de sistemas de água e esgotos e em bens e instalações de uso administrativo. Estas aplicações incluem os custos

de estudos e projetos, os custos e financiamentos e de administração de obras, durante as fases de planejamento e execução delas.

g) Salários e Encargos Sociais

Os salários, provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares, quando negociados em acordos coletivos de trabalho, com os encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

h) Provisão para Contingências

São constituídas provisões para fazer face às contingências e obrigações legais potenciais, sendo as mesmas calculadas, tendo por base a correspondente probabilidade de perda baseada na opinião de seus assessores jurídicos. A Companhia constitui provisão para contingências, nos montantes considerados necessários para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho desfavorável de processos trabalhistas, tributários, cíveis e ambientais, os quais estão em andamento.

i) Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, quando aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de cobrança duvidosa e provisão para outros riscos e encargos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes aos processos de elaboração e revisão dessas estimativas. A Companhia revisa as suas estimativas, no mínimo, anualmente.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa; e
- Provisão para contingências.

j) Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência, as receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. São reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação destes serviços e são apresentadas líquidas dos impostos sobre o valor agregado, devoluções e descontos incidentes, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impuntualidade de clientes (multa).

A Companhia reconhece a receita quando: I) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; II) é provável que os valores serão arrecadados; III) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e IV) os bens e serviços são entregues.

k) Instrumentos financeiros

Aplicações Financeira: A Companhia tem como prática histórica fazer aplicações de baixo risco. As aplicações são realizadas com o intuito de manter a valorização dos recursos, são gerenciados num modelo de negócios cujo objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais (juros e principal) subsequentemente mensurados ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48.

Clientes: As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, são mensurados pelo preço de transação no reconhecimento inicial e subsequente, determinado pelo CPC 47. O ativo é classificado e mensurado pelo custo amortizado pois gera fluxos de caixas que são exclusivamente para pagamento de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia fatura os serviços de água e esgoto mensalmente com vencimento médio de 10 dias.

Fornecedores: A Companhia não financia compras com fornecedores e seus prazos médios de vencimento são de 30 dias. É mensurado inicialmente pelo valor de transação que corresponde ao seu valor justo e subsequentemente ao custo amortizado. Além de possuir uma política de pagamento que contempla a antecipação aos fornecedores.

l) Reapresentação das Demonstrações Contábeis

Foram realizados ajustes referentes aos tributos de PIS e COFINS, com base no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Reapresentamos as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os efeitos com dos ajustes realizados:

Balanco Patrimonial			
Ativo	2020	Ajuste	2020
			Reapresentado
Circulante	45.570	699	46.269
Créditos a Receber	1.589	699	2.288
Total do Ativo	178.101	699	178.800
Passivo	2020	Ajuste	2020
			Reapresentado
Patrimônio Líquido	(466.469)	699	(465.770)
Prejuízos acumulados	(893.778)	699	(893.079)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	178.101	699	178.800

Demonstrações de Resultado

	<u>2020</u>	<u>Ajuste</u>	<u>2020</u> Reapresentado
(-) Despesas Tributárias	(19.839)	699	(19.140)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(219.129)	699	(218.430)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	<u>2020</u>	<u>Ajuste</u>	<u>2020</u> Reapresentado
Prejuízo Líquido do Exercício	(219.219)	699	(218.430)
Resultado Abrangente do Período	(219.129)	699	(218.430)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Prejuízos Acumulados
Resultado do Exercício (Originalmente apresentado) (a)	(219.129)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Originalmente apresentados) (c)	(893.778)
Ajuste (b)	699
Resultado do Exercício (Reapresentado) (a+b)	(218.430)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentados) (b+c)	(893.079)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	<u>2020</u>	<u>Ajuste</u>	<u>2020</u> Reapresentado
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo Líquido do Exercício	(219.129)	699	(218.430)
Variação nas Contas Ativas e Passivas			
Ativas	(36.578)	(699)	(37.277)
Créditos a Receber	(449)	(699)	(1.148)
Caixa Aplicado nas Atividades Operacionais	(36.950)	-	(36.950)

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representados por saldo de caixa, bancos e aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com liquidez inferior a 90 dias. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo estava assim representado.

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	3	4
Banco Conta Movimento	866	1.873
Aplicações Financeiras	155	64
Total	1.024	1.941

5. Contas a Receber de Clientes

Em 31 de dezembro de 2021, o contas a receber de clientes, estava assim composto:

	31/12/2021	31/12/2020
Clientes Particulares	314.866	281.617
Clientes Públicos	39.815	36.778
Parcelamentos Particulares	8.920	9.062
Parcelamentos Públicos	14	14
(+) Arrecadação à Discriminar	427	528
(-) EPCLD	(361.515)	(292.701)
Total	2.527	35.298

A Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estimou as prováveis perdas com créditos de liquidação duvidosa (EPCLD), conforme exposto no quadro a seguir:

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2020
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	(361.515)	(68.814)	-	(292.701)
Total	(361.515)	(68.814)	-	(292.701)

6. Créditos a Receber

Os créditos a receber, em 31 de dezembro de 2021, estavam assim representados:

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos	162	888
Adiantamento à Terceiros	153	879
Adiantamento à Empregados	9	9
Impostos ou Contribuições Antecipados	301	1.069
IRPJ	246	247
CSLL	55	55
PIS/PASEP	-	137
COFINS	-	630
Depósitos Dados em Garantia	229	223
Depósitos Judiciais	219	223
Depósitos Recursais	10	-
Outros Créditos à Receber	152	108
Reclamações	27	27
Cartão de Crédito	125	81
Total	844	2.288

Os depósitos judiciais representam o saldo de valores bloqueados pela justiça nas contas

correntes da Companhia em 31 de dezembro de 2021, por sua vez, os valores contabilizados como depósitos recursais referem-se a interposição de recursos em processos judiciais, ambos para fazer face a ações judiciais em andamento.

Os saldos de PIS/PASEP e COFINS, em 2020, foram ajustados conforme nota explicativa 3.I.

7. Estoque de Materiais

Em 31 de dezembro de 2021, o estoque estava assim apresentado:

	31/12/2021	31/12/2020
Material em Almoxarifado	6.258	6.742
Total	6.258	6.742

8. Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia estava assim composto, em 31 de dezembro de 2021, inclusive no que tange as movimentações:

a) Sistema de Água

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2020
Sistema de Água	223.736	14.133	(1)	209.604
Barragem e Tomada de Água	34.515	259	(1)	34.257
Equipamentos Eletrônicos - Captação	9.788	1.382	-	8.406
Tubos e Conexões de FO. FO	22.335	-	-	22.335
Equipamentos para Tratamentos	58.665	7.313	-	51.352
Cilindro de aço p/ Cloro	23	-	-	23
Equipamentos Eletrônicos - Distribuição	13.121	-	-	13.121
Reservatórios	27.780	4.916	-	22.864
Rede de Água	55.866	263	-	55.603
Hidrômetros	1.643	-	-	1.643
(-) Depreciação Acumulada Sistema de Água	(122.510)	(7.646)	1	(114.865)
Barragem e Tomada de Água	(24.431)	(1.728)	1	(22.704)
Equipamentos Eletrônicos - Captação	(7.498)	(399)	-	(7.099)
Tubos e Conexões de FO. FO	(6.846)	(447)	-	(6.399)
Equipamentos para Tratamentos	(44.433)	(2.431)	-	(42.002)
Cilindro de aço p/ Cloro	(23)	-	-	(23)
Equipamentos Eletrônicos - Distribuição	(11.364)	(410)	-	(10.954)
Reservatórios	(11.235)	(1.076)	-	(10.159)
Rede de Água	(15.042)	(1.154)	-	(13.888)
Hidrômetros	(1.638)	(1)	-	(1.637)
Total do Imobilizado Sistema de Água	101.226	6.487	-	94.739

b) Sistema de Esgoto

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2020
Sistema de Esgoto	15.375	-	-	15.375
Topografia e Sondagem	726	-	-	726
Tubos e Conexões de PVC	13.068	-	-	13.068
Estação Elevatória	1.581	-	-	1.581
(-) Depreciação Acumulada Sistema de Esgoto	(6.692)	(307)	-	(6.385)
Topografia e Sondagem	(230)	(14)	-	(216)
Tubos e Conexões de PVC	(5.889)	(261)	-	(5.628)
Estação Elevatória	(573)	(32)	-	(541)
Total do Imobilizado Sistema de Esgoto	8.683	(307)	-	8.990

c) Bens

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2020
Bens de Uso Administrativo	11.277	350	-	10.927
Escritório	209	-	-	209
Terrenos	166	-	-	166
Edifícios e Estruturas	3.508	350	-	3.158
Benfeitorias	1.672	-	-	1.672
Válvulas e Hidrantes	11	-	-	11
Móveis e Utensílios	874	-	-	874
Veículos	1.449	-	-	1.449
Outros Veículos	45	-	-	45
Equipamentos Gerais	381	-	-	381
Equipamentos Eletrônicos	980	-	-	980
Equipamentos de Laboratório	388	-	-	388
Equipamentos de Informática	1.340	-	-	1.340
Máquinas e Acessórios	254	-	-	254
(-) Depreciação Acumulada	(9.152)	(310)	3	(8.845)
Escritório	(187)	(18)	-	(169)
Edifícios e Estruturas	(2.101)	(160)	-	(1.941)
Benfeitorias	(1.131)	(67)	-	(1.064)
Válvulas e Hidrantes	(9)	-	-	(9)
Móveis e Utensílios	(867)	(3)	1	(865)
Veículos	(1.449)	-	-	(1.449)
Outros Veículos	(45)	-	-	(45)
Equipamentos Gerais	(380)	-	-	(380)
Equipamentos Eletrônicos	(1.019)	(41)	-	(978)
Equipamentos de Laboratório	(388)	(13)	2	(377)
Equipamentos de Informática	(1.322)	(8)	-	(1.314)
Máquinas e Acessórios	(254)	-	-	(254)
Total dos Bens	2.125	40	3	2.082

d) Obras em andamento

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2020
Sistema de Água	-	107	(2.022)	1.915
Barragem e Toada de Água	-	-	(208)	208
Tubo e Conexões	-	107	(259)	152
Equipamento p/ Tratamento	-	-	(701)	701
Reservatórios	-	-	(558)	558
Rede de Distribuição	-	-	(296)	296
Uso Administrativo	-	122	(254)	132
Edifícios e Estruturas	-	122	(254)	132
Obras em Andamento - Convênio	16.804	5.048	(12.915)	24.671
Obras em Andamentos - PAC MINI	16.620	5.048	(12.915)	24.487
Obras em Andamento BNDES	184	-	-	184
Total dos Projetos e Obras em Andamento	16.804	5.277	(15.191)	26.718

No exercício de 2021, com base no levantamento realizado conjuntamente pela Diretoria Técnica e a Gerencia de Contabilidade foram realizadas baixas de valores registrados em obras em andamentos.

e) Composição do imobilizado

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2020
Imobilizado	250.388	14.483	(1)	235.907
Sistema de Água	223.736	14.133	(1)	209.605
Sistema de Esgoto	15.375	-	-	15.375
Bens de Uso Administrativo	11.277	350	-	10.927
Depreciação	(138.354)	(8.263)	4	(130.095)
Depreciação Sistema de Água	(122.510)	(7.646)	1	(114.865)
Depreciação Sistema de Esgoto	(6.692)	(307)	-	(6.385)
Depreciação Bens de Uso Administrativo	(9.152)	(310)	3	(8.845)
Projetos e Obras em Andamento	16.804	5.277	(15.191)	26.718
Total do Imobilizado	128.838	11.497	(15.188)	132.530

9. Fornecedores

Os fornecedores estão relacionados a gastos com serviços e materiais necessários a execução dos projetos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 os saldos estão assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores - PJ	4.800	3.509
Prestadores de Serviços - PJ	11.891	2.676
Prestadores de Serviços - PF	-	7
Total	16.691	6.192

10. Impostos, Taxas e Contribuições

Em 31 de dezembro de 2021, os impostos, taxas e contribuições a recolher estão assim representados:

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Retido na Fonte	15.145	11.878
Previdência Social	95.259	85.593
Seg. Social - In. 03 - Prest. Serv	3.804	3.759
Seg. Social - Daf 203/99 - PF	41	41
Pis/Pasep não Cumulativo	4.851	4.393
FGTS	12.191	10.288
Imposto Sobre Serviços (ISS)	2.500	2.449
Cofins não Cumulativo	24.219	22.106
SESI	902	902
IPTU	145	145
Alvará	11	11
Taxas	7	7
Contribuição Sindical	40	40
Impostos Retido na Fonte	1.406	1.292
Débitos Inscritos em Dívidas	312.063	301.081
Total de Impostos, Taxas e Contribuições	472.584	443.985

No exercício de 2021, os valores referentes a atualização das dívidas tributárias inscritas em dívida ativa foram atualizados.

11. Ordenados e Salários

Os ordenados e salários da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, estavam assim detalhados:

	31/12/2021	31/12/2020
Salários	-	201
Rescisões Contratuais	273	217
Total	273	418

12. Provisões Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, esse subgrupo estavam assim representados:

	31/12/2021	31/12/2020
Férias s/CAESA	2.466	2.243
Prov. p/ Férias/CAESA/Macapá	2.466	2.243
Encargos Sobre Férias	901	792
FGTS	204	180
INSS	697	612
Total	3.367	3.035

13. Parcelamentos

Em 31 de dezembro de 2021, esse subgrupo estavam assim representados:

	31/12/2021	31/12/2020
Parcelamento - Passivo Circulante	3.942	4.558
Parcelamento/Acordo Fornecedores	3.942	4.558
Parcelamento - Passivo Não Circulante	192	-
SESI/Parcelamentos	192	-
Total	4.134	4.558

14. Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2021, o subgrupo outras contas a pagar estavam assim representados:

	31/12/2021	31/12/2020
Consignações	4.368	3.854
Processos Judiciais - PJ	669	79
Outras Contas à Pagar	183	129
Depósitos e Retenções	5	5
Convênios contratados	6	6
Total	5.231	4.073

15. Provisões para Contingências

Em 31 de dezembro de 2021, foram provisionadas com base em planilhas oriundas da Procuradoria Jurídica, as ações determinadas como prováveis para desembolso futuro, atendendo os requisitos do CPC 25. São valores referentes a autuações fiscais, reclamações trabalhistas, indenizações a fornecedores, clientes e processos de execuções fiscais.

	31/12/2021	31/12/2020
Processos de Execuções Fiscais	49.538	49.538
Processos Judiciais Cíveis	22.150	21.821
Processos Judiciais Trabalhistas	33.412	32.257
Provisões para Danos Ambientais	100	100
Total	105.200	103.716

16. Subvenções e Assistências

Em 31 de dezembro de 2021, os recursos que se destinam à ampliação e/ou melhoria dos serviços de água e esgoto no Estado do Amapá, cujos projetos quando concluídos serão incorporados em bens em operação e os recursos aplicados transferidos para créditos de futuro aumento de capital.

	31/12/2021	31/12/2020
Convênio SEINF	-	10.680
Convênios Funasa	-	16.200
Convênios Mc/Caixa	16.017	51.712
Total	16.017	78.592

17. Patrimônio Líquido

17.1 Capital Social

O Capital Social da Companhia é de R\$ 426.992 mil, representado por 5.245.225.458 ações ordinárias, sem valor nominal e com direito a voto, pertencentes a acionistas residentes e domiciliados no país.

Composição Acionária	Quantidade Ações	Percentual (%)
Estado do Amapá	5.245.042.885	99,997%
Outros acionistas	182.573	0,003%
Total	5.245.225.458	100,000%

17.2 Reserva de Capital

As Reservas de Capital estão sendo constituídas, substancialmente, por subvenções para investimentos em saneamento básico, transferida do orçamento do Estado do Amapá e da União. Além das movimentações do período, a Companhia possuía saldos das referidas reservas, anteriores a edição da Lei nº 11.638/2007, formadas a época com base na Lei nº 6.404/76, os quais mativeram seus registros, para utilização na forma do art. 200 da Lei nº 6.404/76 ou para absorver prejuízos acumulados, quando a Assembleia de Acionistas assim deliberar.

A Reserva de Capital possuía a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
De Órgãos	29.054	43.252
Convênios Funasa	308	308
Total	29.362	43.560

17.3 Reserva Legal

A reserva de Lucro que se originar de doações e subvenções governamentais para investimentos é transferida para reserva de incentivos fiscais. A Reserva Legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, sendo obrigatória para a Companhia, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado. No exercício de 2021 o saldo desta conta é de R\$ 9 mil (em 2020, R\$ 9 mil) referentes a lucros do exercícios anteriores, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo neste exercício.

17.4 Prejuízo Acumulado

A Companhia vem apresentando prejuízo nos últimos exercícios sociais, diminuindo o patrimônio líquido. O Prejuízo Acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estava apresentado no valor de R\$ 940.368 mil (R\$ 893.079 mil em 31 de dezembro de 2020).

18. Receitas Líquidas das Operações Descontinuadas

As receitas líquidas das operações descontinuadas da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentaram a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Diretas de Água	60.657	57.705
Particulares	47.053	43.067
Órgãos Públicos	13.604	14.638
Receitas Indiretas de Água	238	861
Acréscimo por Impontualidade	74	64
Religações e Sansões	-	1
Parcelamentos Particulares	156	790
Outras Indiretas de Água	8	6
Receitas de Esgotos	12.638	12.657
Particulares	8.065	7.396
Órgãos Públicos	4.573	5.261
Total das Receitas de Serviços de Água	73.533	71.223
Tributos sobre Faturamento	(3.338)	(4.127)
PASEP (DV)	(595)	(736)
COFINS (DV)	(2.743)	(3.391)
Cancelamentos de Valores	(8.167)	(2.078)
Serviços de Água (DV)	(6.762)	(1.325)
Serviços de Esgoto (DV)	(1.405)	(753)
Total das Deduções de Receitas	(11.505)	(6.205)
Total	62.028	65.018

19. Custos dos Serviços Prestados das Operações Descontinuadas

Os custos incorridos na prestação de serviços de água e esgoto das operações descontinuadas da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentou a seguinte composição:



	31/12/2021	31/12/2020
Sistema de Abastecimento de Água	55.913	56.755
Remunerações	17.331	16.276
Encargos Sociais	2.122	1.515
Material de Tratamento	12.324	10.798
Material de Conservação	1.598	842
Combustíveis e Lubrificantes	290	180
Outras Despesas com Material	165	24
Serviços de Conservação	344	177
Serviços Profissionais e/ou OP	6	-
Locação de Máquinas	831	631
Energia Elétrica	12.955	12.201
Demais Serviços de Terceiros	-	6
Depreciações do Imobilizado	7.762	13.827
Outros Gastos Gerais	185	278
Sistema de Esgoto	1.817	1.581
Remunerações	964	689
Encargos Sociais	89	107
Material de Conservação e Manutenção	29	10
Serviços de Conservação e Manutenção	401	49
Demais Serviços de Terceiros	27	23
Depreciações e Amortizações	307	703
Total	57.730	58.336

20. Despesas Comerciais

As despesas comerciais da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	68.814	127.963
Remunerações	2.957	2.276
Encargos Sociais	340	554
Taxas e Tarifas	-	1
Serviços Técnicos Profissionais	101	85
Demais Serviços de Terceiros	5	6
Total	72.218	130.885

A Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa conforme descrito na Nota Explicativa nº 5.

21. Despesas Administrativas

As despesas administrativas da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, possuíam a composição a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Encargos Sociais	10.330	11.719
Remunerações	7.177	5.034
Processos Judiciais	5.453	51.497
Honorários da Diretoria e Conselho	842	643
Serviços Profissionais Contratados	524	519
Outros Serviços de Terceiros	467	265
Serviços de Conservação e Manutenção	344	521
Depreciações e Amortizações	192	1.353
Locação de Máquinas	94	28
Serviços de Comunicação	88	85
Outras Despesas com Material	26	30
Energia Elétrica	9	86
Material de Conservação e Manutenção	-	38
Outros Gastos Gerais	129	2.869
Total	26.675	74.687

22. Despesas Tributárias

As despesas tributárias da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estavam assim compostas:

	31/12/2021	31/12/2020
		Reapresentado
Impostos e Taxas Federais	2	3
Impostos e Taxas Estaduais	4	1
Juros	7.291	16.420
Multas	1.116	147
Encargos Legais e Honorários	2.575	3.268
Recuperações de Créditos	-	(699)
Total	10.988	19.140

O saldo de Recuperação de Créditos, em 2020, foram ajustados conforme nota explicativa 3.I.

23. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Outras Receitas Operacionais	57.702	5
Outras Receitas Eventuais	1	5
Receita de Convênios Federais	57.701	-
Outras Despesas Operacionais	(6)	(2)
Baixas ou Perdas do Ativo Fixo	-	(2)
Perdas Eventuais e Extraordinárias	(6)	-
Total	57.696	3

As receitas de convênios federais são decorrentes da execução dos convênios da Companhia, conforme Nota Explicativa nº 16.

24. Resultado Financeiro

O resultado financeiro da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentava a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita Financeira		
Ganhos com Aplicações Financeiras	3	-
Total de Receita Financeira	3	-
Despesa Financeira		
Juros Pagos ou Incorridos	(1)	-
Despesas Bancárias	(404)	(403)
Total de Despesa Financeira	(405)	(403)
Resultado Financeiro Líquido	(402)	(403)

25. Outras Informações

Os créditos fiscais, incidentes sobre o prejuízo fiscal, com base de cálculo negativa de contribuição social e diferenças temporárias que serão utilizados para dedução da carga tributária futura, conservadoramente não foram reconhecidos no ativo fiscal diferido, em função do histórico de prejuízos fiscais recorrentes pela Companhia nos últimos anos.

Não é política da Companhia, operar com derivativos ou outros instrumentos financeiros que envolvam riscos. A Caesa não possui dívidas decorrentes de empréstimos em instituições financeiras e nem exigibilidades indexada a moedas estrangeiras. Os aportes de recursos financeiros realizados pelo acionista controlador, Governo do Estado do Amapá, são provenientes de dotações orçamentárias ou de operações de créditos e são considerados não onerosos.

Considerando o ramo de atividade desenvolvido pela Companhia, não é efetuada nenhuma análise de crédito e em caso de inadimplência o serviço prestado é suspenso pelo critério de corte no fornecimento de água. O nível de perda na realização das contas a receber é considerado alto, entretanto, a Companhia tem envidado esforços no sentido de redução da inadimplência através de diversas ações junto aos seus clientes.

A Companhia não mantém contratos de seguros para coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndio e outros riscos sobre seus ativos e responsabilidades. Durante o exercício não ocorreram perdas significativas decorrentes dos riscos acima mencionados.

26. Eventos Subsequentes

Operação Assistida Consórcio Marco Zero e Período de Transição

Em 12 de janeiro de 2022, a Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A., controlada da Equatorial Participações e Investimentos III S.A., constituída pelo Consórcio Marco Zero, vencedor do leilão, deu início a fase de operação assistida, que ocorrerá no período de 180 dias, podendo ser prorrogado por mais 90 dias, quando será emitido Termo de Transferência do Sistema e encerrado o Período de Transição. Nessa fase, a CAESA continuará responsável pela operação do sistema e titular das receitas provenientes desta operação.

Provável Cisão Total da CAESA e Incorporação do Acervo Líquido pela IDEAS S.A.

O Governo do Estado do Amapá, por meio da Lei nº 2.655, de 2 de abril de 2022, autorizou a criação da IDEAS S.A. – Serviços de Inclusão Digital, Energias Alternativas, e Saneamento Básico Sociedade Anônima, em decorrência da cisão total da CAESA que ocorrerá por meio de deliberação da Assembleia Geral, após manifestação do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, e observando o procedimento previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Guerra da Ucrânia

A invasão da Ucrânia pela Rússia, na última semana do mês de fevereiro de 2022, causou forte reação nos preços dos ativos globais, suscitando dúvidas sobre o impacto que virá nas economias mundiais e os efeitos inflacionários advindos de um choque de commodities.

Como a Rússia é a grande fornecedora de petróleo e gás natural para a União Europeia, sanções sobre as exportações da Rússia tendem a elevar o preço do petróleo e gás natural. A elevação dos preços agrícolas, como o trigo e o milho, deve pressionar também os insumos agrícolas nos mercados, e de alguma forma causar desaceleração das economias mundiais e alta da inflação.

O Banco de Compensações Internacionais (BIS), espécie de banco dos bancos centrais, constata que a economia global enfrenta neste momento uma incerteza generalizada e que os desafios dos Bancos Centrais se tornaram mais complexos, inclusive considerando que sanções tão abrangentes nunca foram aplicadas a um país tão interconectado na economia mundial como a Rússia.

Em função das incertezas acerca do conflito, analistas acreditam que o mercado europeu possivelmente seja o mais prejudicado e, diante da importância dos russos na produção de gás e petróleo, estimam que os efeitos devem ser mais inflacionários. A Companhia está monitorando atentamente as repercussões desse conflito e seus impactos na economia mundial e brasileira, e no mercado em que atua.

Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA



VALDINEI SANTANA AMANAJAS
Diretor Presidente
CPF: 144.948.802-06



PAULO ROBERTO GOMES DE BARROS
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF: 163.922.722-91

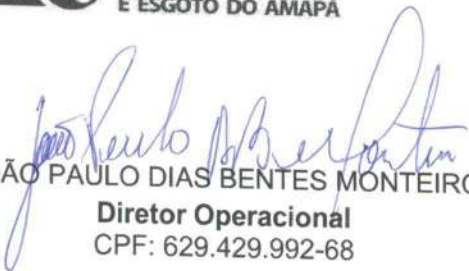


ROSALVO ARDASSE DA COSTA
Técnico em Contabilidade
CRC-AP 001121/O-7
CPF: 156.750.332-20



MAGALY BRITO BEZERRA XAVIER
Diretora Técnico
CPF: 365.935.249-72




JOÃO PAULO DIAS BENTES MONTEIRO
Diretor Operacional
CPF: 629.429.992-68


LUIZ JOSÉ DOS SANTOS MONTEIRO
Diretor Comercial
CPF: 061.595.672-68

ANEXO XI

PARECER DO CONSELHO FISCAL – CONFIS/CAESA

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO AMAPÁ - CAESA
CONSELHO FISCAL- CONFIS

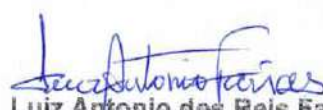
PARECER DO CONSELHO FISCAL

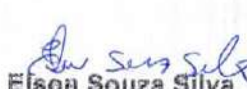
Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se o Conselho Fiscal da Companhia de Água e Esgoto do Amapá - CAESA, para analisar os relatórios das Auditorias interna e externa, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Para os trabalhos de Auditoria externa, a CAESA contratou a empresa, CONVICTA Auditores Independente s/s, com domicílio, a Rua Dom Vidal nº 115, Salas 13, 14 e 15, Farol - Maceio - Alagoas - AL.

O CONFIS Considerou o relatório dos auditores independentes, CONVICTA, expedido em 14 de junho de 2022 e sua autonomia para interpretar e opinar sobre as contas e o relatório. **Por unanimidade dos votos de seus membros aprova as contas da CAESA do exercício findo em 31 de dezembro de 2021**, observando as manifestações e ressalvas dos Auditores independentes. Por estarem de acordo os conselheiros datam e assinam.

Macapá - AP, 20 de junho de 2022.


Jussara Kella Mouat
Membro do CONFIS


Luiz Antonio dos Reis Farias
Presidente do CONFIS


Elson Souza Silva
Membro do CONFIS

ANEXO XII

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD/CAESA



PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, o Conselho de Administração da Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA reuniu-se para examinar as Demonstrações Contábeis e Financeiras, o Relatório da Auditoria Independente, o Relatório da Auditoria Interna e o Parecer do Conselho Fiscal – CONFIS, decidiu:

APROVAR POR UNANIMIDADE as contas do Exercício de 2021, com as ressalvas apontadas no Relatório da Auditoria Externa, Parecer da Auditoria Interna e no Parecer do Conselho Fiscal da Companhia.

Dessa forma, o Conselho de Administração é de parecer favorável que as referidas Demonstrações Contábeis e Financeiras sejam apreciadas pela Assembléia Geral de Acionistas da Empresa.

Assinam o Parecer os Membros do Conselho, sob a Presidência do Dr. Valdinei Santana Amanajás.

Macapá – AP, 22 de junho de 2022.


Valdinei Santana Amanajás
Presidente do CONSAD

Aldrin Nunes Torrinha
Membro Efetivo


Regiane Parnow Ennes
Membro Efetivo


Carlos Luiz Pereira Marques
Membro Efetivo

ANEXO XIII

**ATA DA 48ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - AGO E 66ª ASSEMBLÉIA
GERAL EXTRAORDINÁRIA - AGE DA CAESA (27/06/2022)**